

ANA MARIA DE FÁTIMA TARINI
JACOB DOS SANTOS BIZIAK
JOÃO CARLOS CATTELAN
(ORGANIZADORES)

**PODER,
DIZER,
RESISTIR:**

ENSAIOS EM ANÁLISE DE DISCURSO

PODER, DIZER, RESISTIR:

ENSAIOS EM ANÁLISE DE DISCURSO



**ANA MARIA DE FÁTIMA LEME TARINI,
JACOB DOS SANTOS BIZIAK
JOÃO CARLOS CATTELAN
(ORGANIZADORES)**

**PODER, DIZER, RESISTIR:
ENSAIOS EM ANÁLISE DE DISCURSO**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Ana Maria de Fátima Leme Tarini; Jacob dos Santos Biziak; João Carlos Cattelan (Organizadores)

Poder, dizer, resistir: ensaios em análise do discurso. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. 184p.

ISBN 978-85-7993-721-7

1. Análise do discurso. 2. A questão do sujeito. 3. As vozes discursivas. 4. Autores. I. Título.

CDD – 410

Capa: Andersen Bianchi com quadro de Francisco de Goya: “Saturno devorando um filho” (Museu do Prado)

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 - São Carlos – SP

2019

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
SUJEITO, INTERPELAÇÃO IDEOLÓGICA E RESISTÊNCIA TARINI, Ana Maria de Fátima Leme	13
SUJEITO(S) DE DISCURSO: [na fronteira] entre responsividade e assujeitamento FILHO, Marcelo Nicomedes dos Reis Silva SANTOS, Eliane Pereira dos	27
NEGAÇÃO E RESISTÊNCIA: #EleNão CATTELAN, João Carlos	49
FEMINILIDADE E FEMINISMO: resistência ao controle patriarcal PEREIRA, Fernanda	69
POSIÇÕES-SUJEITOS DISTINTAS NOS FEMINISMOS: a resistência no feminismo negro SANTOS, Eliana Cristina Pereira	83
ATRÁS DA PORTA E O DISCURSO DE AMOR: Uma relação eu- outro BIZIAK, Jacob dos Santos	101

A MULHER NA CULTURA POPULAR MARANHENSE: análise discursiva em letras do brega	115
FILHO, Marcelo Nicomedes dos Reis Silva TARINI, Ana Maria de Fátima Leme	
A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV) E A PRODUÇÃO DISCURSIVA DOS EFEITOS DE VERDADE: o político e suas (in)determinações	135
MOREL, Marco Aurélio	
AS VOZES DISCURSIVAS DE PROFESSORAS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA SOBRE O LIVRO DIDÁTICO	157
SOUZA, Antônio Carlos Santana de SCHMIDT, Cristiane FERNANDES, Rafael de Souza Bento	
SOBE A AUTORIA	179

APRESENTAÇÃO

*dentro de muito poucas horas
a censura
sobre a nossa capacidade de predizer o futuro
cairá
e não nos restará proteção
leio isto num manual de instruções
e penso novamente na hipótese da poesia
(Dora Ribeiro, **O poeta não existe**)*

Este livro é uma proposta para apresentar, refletir, discutir e analisar diferentes possibilidades de trabalhos para os quais podemos nos apropriar dos estudos da Análise de discurso francesa (AD). Pensando nisso, como propor um volume que algum diferencial ofereça em meio a tantos outros que já existem em torno dessa referência teórica? Antes, trata-se de uma reunião de textos cuja proposta é analítica; ou seja, pensando gestos de leitura em relação a materialidades que nos façam pensar o funcionamento da língua e da subjetividade, principalmente, em relação às questões da interpelação ideológica e da resistência. Afinal, todo sujeito, necessariamente resiste àquilo com que se identifica, em uma produção interminável de relações de identidade e diferença, nas quais o sentido é sempre um "mais tarde", sempre uma promessa de futuro intervalar.

Portanto, além de uma proposta analítica, pensamos na presença de todo um material - que, por sua força, (re)existe - em relação a momentos cuja historicidade reclama incertezas que nos levam a (re)produzir entre letra e silêncio, errando (ambíguos!) sentidos. Sendo assim, acreditando que não há sentido possível antes da emergência de um sujeito, queremos refletir sobre as infinitas possibilidades de se sentir estrangeiro em uma língua que nos constitui e faz dizer em determinadas condições: paradoxalmente, somos (des)feitos pela língua que nos faz nascer à custa de estarmos sempre em um lugar perdido para sempre, "do o/Outro". Uma língua que nos faz enunciar e não dizer, concomitantemente, entender e estranhar, ser e, portanto, desejar. Ainda que em um tempo obscuro - aliás, há

temporalidade que assim não seja? - como os sujeitos podem resistir? Em quais termos? Como é possível foracluir sua identificação e, ao mesmo tempo, a não reconhecer?

Dessa forma, acreditando que este volume opta por propor mais teor analítico do que revisitação de teorias, intentamos refletir em quais pequenas, mas importantes, possibilidades se faz Análise de Discurso, hoje. A reunião de artigos de diversos pesquisadores desta teoria e que trabalham com diferentes temáticas mostra um pouco de como a AD tem sido tratada, abordada, referenciada no Brasil.

O capítulo **SUJEITO, INTERPELAÇÃO IDEOLÓGICA E RESISTÊNCIA** propõe uma reflexão teórica no campo da Análise de Discurso de linha francesa (AD) acerca dessas três categorias-temáticas elencadas para o livro e alguns excertos para o qual se lança um breve olhar analítico. Em AD busca-se constantemente apresentar práticas, metodologias e possibilidades de análise, comumente denominadas gestos de leitura, para compreender os efeitos de sentido para os sujeitos do/no discurso. Mas, neste artigo, a autora "escolheu" trazer reflexões teóricas, não deixando de reconhecer que é na materialidade discursiva, isto é, no funcionamento da linguagem, que se pode observar o discurso e a determinação das condições de produção e são os discursos que constituem sujeitos e são suportados por eles nas relações de linguagem, o que significa que os discursos são processos de identificação tanto do sujeito quanto de construção da realidade e das possibilidades de argumentação. Sendo a construção discursiva sempre uma tomada de posição.

No capítulo **SUJEITO(S) DE DISCURSO: [NA FRONTEIRA] ENTRE RESPONSABILIDADE E O ASSUJEITAMENTO**, autor e autora trazem à luz a discussão a respeito da constituição do sujeito na análise de discurso. Sabe-se que não é somente a questão do sujeito que é colocada em evidência. Além destes pontos tensionais, do sujeito dialógico ou do sujeito assujeitado, há outros pontos teóricos que proporcionam aproximações e afastamentos entre as linhas teóricas de análise de discurso, no caso, a bakhtiniana e a pecheutiana e, neste trabalho, a proposta é discutir a questão da constituição do sujeito nos dois campos de análise do discurso, apontando suas características, semelhanças e divergências.

No capítulo **NEGAÇÃO E RESISTÊNCIA: #EleNão**, o autor objetiva, com este estudo, refletir sobre uma das formas de fazer frente ao

instituído/estatuído interpelativo: a *negação*. A negação se faz sobre o pressuposto da afirmação precedente, assim como esta se justifica tendo como horizonte a negação proferida. Só se diz ‘não’ para negar o ‘sim’ e só se diz ‘sim’ para negar o ‘não’. ‘Sim’ e ‘não’ nunca são absolutos, mas sim a contraparte contraditória e polêmica do Outro/Sujeito. Ele alerta o leitor que aqui trata da negação de resistência positiva, que busca o irrealizado, e não aquela que é movida pelo conformismo e pela passividade estagnadora. E neste sentido, compreende o Movimento Feminista, como a forma de resistência ao poder patriarcal, opondo-se ao controle exercido sobre o feminino, reivindicando saberes, lugares, poderes, autonomia para as mulheres.

Em **FEMINILIDADE E FEMINISMO: RESISTÊNCIA AO CONTROLE PATRIARCAL?**, as autoras, assim como em todos os artigos, também mobilizam como perspectiva teórica a AD, para refletir sobre os processos discursivos que permitiram a emergência de formas de resistência das mulheres, no interior do poder patriarcal, possibilitando a luta pela equidade de gênero. Dessa forma, como mostrarão com este texto, o discurso feminista poderia ser compreendido como a falha que produz rupturas com o discurso estabilizado que coloca a mulher como “bela, recatada, do lar”, promovendo mudanças, ressignificações, ou seja, como um *acontecimento discursivo* capaz de perturbar a *memória discursiva*, produzindo novos significados, novas redes de sentido, possibilitando conquistas ao longo da história da luta das mulheres.

O artigo **POSIÇÕES-SUJEITOS DISTINTAS NOS FEMINISMOS: A RESISTÊNCIA NO FEMINISMO NEGRO** objetiva desenvolver reflexões sobre os processos discursivos do seriado brasileiro *Coisa mais linda* (2019). Os dizeres das personagens Malu e Adélia nas sequências discursivas (SD) de um diálogo exibido no terceiro episódio da série são analisados a fim de trazer à tona a complexidade problemática da interseccionalidade: interfaces entre gênero, raça e classe. Fato é, que, faz-se necessária a diferenciação entre o Movimento Feminista e o Movimento Feminista Negro que neste texto é apresentado em duas facetas distintas: o Feminismo Branco Hegemônico e o Feminismo Negro de resistência. De tal modo que, que a autora apresenta duas FDs, uma para cada faceta do feminismo, nas quais as personagens são inscritas ou se inscrevem, dois feminismos distintos. Malu, mulher branca, é apresentada como rica, e Adélia, mulher negra, é pobre. Ao

longo da série vai se tecendo a trama, as posições-sujeito e os lugares ocupados pelas mulheres.

No capítulo **ATRÁS DA PORTA E O DISCURSO DE AMOR: UMA RELAÇÃO EU-OUTRO**, o autor propõe uma análise do texto “Atrás da porta”, de Chico Buarque, explorando como a subjetividade se constitui por meio de uma relação de alteridade entre o eu e o outro. Mobilizando como referenciais teóricos a Psicanálise e a Análise de Discurso de Pêcheux (como no artigo anterior), pretende discutir como o discurso de/sobre amor funciona no texto e faz funcionar efeitos de um feminino em submissão a um outro, masculino, mostrando como as fronteiras entre o amor e o ódio são tão fortes quando há uma relação (de amor) entre um eu e um outro. Nesse texto, dividido em dois momentos, discute-se o feminino como discurso, marcado pelo funcionamento do estético e realiza-se uma análise de “Atrás da porta”, mostrando como este discurso de/sobre amor funciona e diz sobre um feminino e sua relação com um outro, masculino.

A MULHER NA CULTURA POPULAR MARANHENSE: ANÁLISE DISCURSIVA EM LETRAS DO BREGA é um artigo que mostra que trabalho do analista de discurso não é analisar o texto somente sob o aspecto da língua, nem da gramática, sabendo-se que tais questões podem ser contempladas em um estudo discursivo, a Análise do Discurso se preocupa em como a linguagem produz efeitos, ligada ao mundo e seus processos históricos. Sabendo que a linguagem não é algo transparente, mas opaca por natureza, a AD se ocupa em analisar como determinados textos significam em determinadas situações, em certos contextos. Objetivam analisar o discurso machista e como este retrata a mulher nas letras de músicas do “estilo” brega. Para isso, trazem para a discussão alguns conceitos acerca de temas que envolvem a pesquisa, como os que envolvem a brega e o machismo, bem como questões de cultura e cultura popular, contextualizando-os para que se possa compreender suas origens e analisar os recortes discursivos.

No artigo **A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV) E A PRODUÇÃO DISCURSIVA DOS EFEITOS DE VERDADE: O POLÍTICO E SUAS (IN)DETERMINAÇÕES**, o autor analisa o(s) discurso(s) referentes à Comissão Nacional da Verdade (CNV), Lei nº 12.528/2011, que surgiu com o propósito de investigar violações dos direitos

humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil, com ênfase no período em que o país sofreu um dos episódios mais lamentáveis de sua história: a ditadura civil-militar instaurada após o Golpe. Este artigo busca uma leitura discursiva dos efeitos de verdade engendrados pela Lei nº 12.528/2011 em sua intersecção com outros discursos, sobretudo, com o discurso político. Pensar discursivamente a verdade a partir de uma lei implica reconhecer o curso para a constituição de esse efeito de verdade. No caso desta lei, a produção discursiva da verdade pode ser verificada no entrecruzamento de discursos jurídicos, políticos e humanitários, que se submetem a coerções entre si e, com isso, possibilitam efeitos de verdade. A verdade se constitui no cerne da lei que instituiu a CNV. Entretanto, de que forma isso se dá?

Em **AS VOZES DISCURSIVAS DE PROFESSORAS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA SOBRE O LIVRO DIDÁTICO**, os autores e a autora afirmam que a motivação para o desenvolvimento deste estudo é encontrado no ensino de cultura e língua estrangeira em espaços institucionalizados, que são mediados por materiais didáticos, especialmente o livro didático. Pesquisas recentes sobre o papel deste material têm mostrado que é um recurso do qual dispõem professores e alunos no âmbito do ensino superior, visando o contato com a língua e a cultura estudadas, de forma que destinar um lugar para a escuta de vozes de docentes sobre o livro didático corresponde a essa perspectiva. Considerando essas delineações preliminares, o estudo tem como objetivo analisar as concepções teórico-metodológicas de docentes formadoras (usuárias (ou não) de obras didáticas) acerca do papel do livro didático de língua estrangeira adotado numa universidade.

Temos, então, um material heterogêneo que reflete a própria condição de a língua existir: entre identidade e diferença para fazer significar. As leituras, então, lançamos ao infinito dos encontros que darão novas existências aos textos, aqui, reunidos. O importante é que a pergunta não se cale e nem deixe de ecoar significações: como é possível SER no reconhecimento paradoxal de nossas próprias (im)possibilidades como sujeitos (re)existentes?

**POR ANA MARIA DE FÁTIMA LEME TARINI, JACOB DOS SANTOS
BIZIAK E JOÃO CARLOS CATTELAN.**

SUJEITO, INTERPELAÇÃO IDEOLÓGICA E RESISTÊNCIA¹

TARINI, Ana Maria de Fátima Leme

APONTAMENTOS INICIAIS

Em Análise de discurso (doravante, AD), buscamos constantemente apresentar práticas, metodologias e possibilidades de análise, que comumente denominamos gestos de leitura, para compreendermos os efeitos de sentido para os sujeitos do/no discurso. Neste artigo "escolhemos" trazer nossas reflexões teóricas acerca dessas categorias-temáticas elencadas e alguns excertos como mostra desses efeitos de sentido de uma materialidade discursiva. Desta forma, este capítulo se propõe a ser uma introdução não do livro que aborda essas categorias que são também ferramentas para as análises ao longo dos seus capítulos, mas sim uma introdução temática.

Ao nos referirmos à AD, precisamos sempre demarcar nosso “território”, estabelecer para o leitor nosso lugar de fala, na tentativa de singularizá-lo em meio a tantas outras análises de discurso que circulam nos estudos de linguagem e em outros meios acadêmicos. Para tanto, é preciso observar que a noção de ‘discurso’ é cara à AD. Pêcheux (2010, p. 81) define-o como “efeito de sentidos entre os pontos A e B”, ou seja, entre locutores, sendo o discurso um espaço de funcionamento e a materialização da relação entre a língua e a ideologia. Para Orlandi (2005), discurso tem a ideia de curso, de percurso, de movimento. À luz desta posição, discurso é palavra em movimento, é prática de linguagem, um objeto sócio-histórico no qual a Linguística está pressuposta como uma disciplina de base. É na materialidade discursiva, isto é, no funcionamento da linguagem, que se pode observar o discurso e a determinação das condições de produção. Para Orlandi (2005, p. 21), os discursos constituem sujeitos e são suportados por eles nas relações de linguagem, o que significa que “são processos de identificação do sujeito, de argumentação, de

¹ Parte da discussão teórica que ora trazemos pode ser observada na pesquisa de Tarini (2017).

subjetivação, de construção da realidade, etc”. A construção discursiva é uma tomada de posição.

Do ponto de vista discursivo, esses processos de identificação, de subjetivação e de construção de discurso são constituídos dependendo das condições de produção da materialidade discursiva. A relação entre língua e objeto é sempre atravessada por uma memória do dizer, um já-dito, e essa memória é que determina as práticas discursivas do sujeito. Por este viés, em AD, compreendemos que o dizer do sujeito é determinado sempre por outros dizeres, ou todo e qualquer discurso é determinado pelo interdiscurso, discursos de outro lugar, do qual o sujeito nem sempre vislumbra sua origem, mas num exercício parafrástico o retoma.

Com estes apontamentos, buscamos mostrar o ponto de partida de nossas reflexões sobre a noção de discurso na AD. E, para dar continuidade ao percurso traçado para esses apontamentos teóricos, conceituaremos sujeito, interpelação ideológica e resistência.

CONCEITUANDO SUJEITO, INTERPELAÇÃO IDEOLÓGICA E RESISTÊNCIA

Com o arcabouço teórico da AD, a princípio, compreendemos, conforme Orlandi (2005, p. 21) que “no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição de sujeitos e produção de sentidos”. É na/pela linguagem que nos constituímos enquanto sujeitos, de forma que o conceito de sujeito se torna crucial para a AD. Não se trata do sujeito linguístico-enunciativo (eu), aquele que fala, mas o sujeito ao/do discurso: o sujeito ideológico, que não é "proprietário" de seu dizer, não é o sujeito do direito, nem é o indivíduo cartesiano do “cogito ergo sum”, idealizado, racional, que, antes pensa e, por isso, existe e dá sentido à sua existência. É do sujeito que é o tempo todo dissimulado, do sujeito assujeitado do/ao discurso que tratamos.

Nota-se que, ao falar em sujeito, Althusser não abre mão da teoria da interpelação ideológica, ponto fundamental para a AD. Althusser (2001, p.85) afirma que “A ideologia é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”, o que nos impulsiona a concordar com Henry (2010, p. 31), que afirma

que os sujeitos são suporte; eles não são fonte ou origem do dizer, visto que “todo sujeito humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática social enquanto sujeito”.

Ser agente de uma prática social é se postar enquanto sujeito (homem, por exemplo) e argumentar a partir de uma posição que ocupa (pai, marido, etc.). É preciso ver que “as condições sociopolítico-ideológicas mapeiam, num dado momento histórico-social, as possibilidades de expressão e, portanto, de produção de sentido pelo sujeito” (CORACINI, 2007, p. 9). As posições-sujeito do/no discurso se constituem na/pela história, que é contraditória e na qual o sujeito tem a possibilidade de tomada de decisão, tem “escolhas”, mas dentro das possibilidades que lhe são postas pela classe social à qual pertence ou pensa pertencer, não havendo como escapar da ideologia. A mulher é um ser social, historicamente determinado, que funciona no entorno coletivo, bem como o homem.

Embora a identificação seja descentrada pela ideologia e pelo inconsciente, “todo sujeito é colocado como autor de e responsável por seus atos [...] é interpelado em ‘sujeito responsável’” (PÊCHEUX, 2009, p.198). Esse sujeito não é onipotente e nem escapa da interpelação ideológica por uma atitude consciente, por uma tomada de decisão que promova uma escolha ou mudança. Deve-se pensar no sujeito “múltiplo, que atravessa e é atravessado por vários discursos, porque não se relaciona mecanicamente com a ordem social da qual faz parte, porque representa vários papéis, etc.” (ORLANDI, 1988, p.11). Assim, não há o sujeito dono de si e de seu destino, mas sim posições-sujeito estabelecidas discursivamente.

Sob essa ótica, Pêcheux (2009, p. 272), afirma que para Althusser, “os sujeitos ‘funcionam sozinhos’ porque são sujeitos, isto é, indivíduos interpelados em sujeito pela ideologia”. A teorização mostrada pela AD é que o sujeito produz discurso e é produzido por ele, isto é, o sujeito do discurso está sujeito ao discurso. Tanto na perspectiva cultural como político-ideológica da AD, o sujeito é descentrado. Para Ferreira (2010, p. 6), “A concepção de sujeito formulada por Lacan, como um sujeito descentrado, efeito do significante que remete para um outro significante, encontra eco em outros campos das ciências humanas, como é o caso da análise do discurso”, dos estudos culturais, dos novos estudos da história, etc.

O sujeito produz discursos e é produzido, constituído pelos discursos, de forma que ele funciona sozinho, pensa ser autônomo, ser único e ter poder de decisão sobre sua existência, mas está sujeito ao discurso num processo de interpelação ideológica, o que ele não tem consciência, pois está inacessível a ele. Ele não se percebe como um sujeito de uma classe e como assujeitado à materialidade discursiva que produz e/ou reproduz.

O que a AD denomina como interpelação-assujeitamento é melhor definido quando Pêcheux e Fuchs (2010, p.176-177) estabelecem que, na dissimulação da interpelação, há duas formas de esquecimento: esquecimento nº 1, que é constitutivo da própria subjetividade da língua e é uma zona "inacessível ao sujeito"; esquecimento nº 2, acessível ao sujeito, que pode retornar a seu discurso ou se antecipar a seus efeitos: “Na medida em que o sujeito se corrige para explicitar a si próprio o que disse, para aprofundar 'o que pensa' e formulá-lo mais adequadamente, pode-se dizer que esta zona nº 2, que é a dos processos de enunciação, se caracteriza por um funcionamento do tipo pré-consciente/consciente” (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 176).

Nos estudos de linguagem, essencialmente na análise de conteúdo, há a ilusão subjetiva do sujeito senhor de si e especialmente do seu discurso; neste caso, não se postula que “desconhece” o assujeitamento a uma formação discursiva (FD), o que pode ser consequência dos processos históricos de identificação, da existência da crença iluminista inicial e sociológica posterior ou do narcisismo universal, do “eu sou dono de mim”.

Com a AD, os estudos acerca da constituição do sujeito da linguagem dão um salto (talvez alto demais para alguns estudiosos que discordam da concepção de sujeito na AD). É cara aos estudos discursivos a retomada que Pêcheux (2009) faz de Lacan sobre o inconsciente, que mostra a incompletude da língua e a falha no processo de identificação (do Eu). Em “Só há causa daquilo que falha”, Pêcheux (2009 [1978], p. 277) mostra que há uma causa que se manifesta numa pulsação sentido/non-sens (evidência de sentido/subjetividade), evidenciando um sujeito dividido entre o que fala no sonho, no chiste, no lapso e em outras tantas falhas e o que relata o que fala no sonho, que troca uma palavra por outra e que usa metáforas: algo escapa.

Ainda na esteira dos estudos apresentados em *Semântica e discurso*, Pêcheux (2009, p. 281) assume outros pontos incontornáveis no discurso: “Não há dominação sem resistência” (a contradição é que uma só existe se houver a outra, num processo de identificação e negação) e “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja”, de forma que penso a partir de uma posição-sujeito. Nisto, Pêcheux/Althusser se diferenciam de Foucault. O sujeito, para Pêcheux, é o sujeito da Ideologia, incapaz de escapar dela, enquanto, para Foucault, o sujeito é do discurso.

A AD postula a relação sujeito/língua/história, embasada no Marxismo, na Psicanálise e na Linguística, em que o real do sujeito é o inconsciente, o real da língua é a falha e a incompletude e a contradição é o real da história, sendo que o inconsciente é o que possibilita o ato falho. A língua não é transparente, mas opaca e incompleta, num constante ir e vir de afirmação/negação. E a história é contraditória, sempre inacabada e incompleta, seja pela incapacidade do nosso olhar de ver tudo ou de alcançar tudo, ou pela dinâmica da própria história sempre a ser construída e reconstruída. Com a AD, objetivamos explicitar os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação, bem como efetuar a busca de interpretações possíveis, pensando as possibilidades de leitura de um corpus, expondo a descrição e o jogo de interpretação com base num jogo de exposição entre o visível e as fronteiras do invisível. A invisibilidade, muitas vezes, está no ponto de partida. Parece que partimos do mesmo ponto, mas as diferenças são silenciadas e/ou negadas nos discursos, como acontece, por exemplo, no caso das mulheres de diferentes regiões e classes sociais que são vistas apenas como mulheres, como se tivessem as mesmas condições sociais e culturais, discurso que as torna iguais, mas não o são.

Salvo em poucos momentos em que os sujeitos se rebelam, na maioria dos casos, os discursos tidos como divergentes reforçam ou reafirmam o sistema capitalista e mercantilista vigente, apagando as diferenças em nome da igualdade abstrata jurídica. O problema é que a especificação da igualdade “perante a lei” possibilita crer que é apenas perante a lei que essas diferenças persistem em todas as outras instâncias da vida social e sejam hierarquizadas. Mas se pode ver que nem mesmo perante a lei todos são iguais, visto que há tratamentos diferenciados para as pessoas, dependendo de quem são e do que

representam simbolicamente. Basta ver o tratamento diferenciado para usuários de drogas de classe média e os usuários pobres; o primeiro é visto como doente e o segundo como um viciado e possivelmente traficante.

Para Pêcheux (2009), o processo de interpelação-identificação cria tanto o sujeito de direito (o da universalidade moral), como o sujeito ideológico que o reduplica. O sujeito é interpelado pela ideologia e é constituído sob a evidência da constatação que veicula e mascara o que já estava estabelecido, ou seja, todos sabem o que é ser pai, ser mãe, ser homem e mulher na sociedade. Há uma norma identificadora fazendo com que se estabeleçam posições para os sujeitos, na/pela ideologia, o que, para Pêcheux (2009, p. 146, grifos do autor), "através do 'hábito' e do 'uso', está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser, e isso, às vezes, por meio de 'desvios' linguisticamente marcados entre a constatação e a norma". O sentido do discurso é constituído nos desvios entre a norma e a constatação, o que possibilita entender que o significado é dado pela FD na qual o sujeito está inserido. No entanto, há mobilidade de uma FD a outra; não há homogeneização, ou uma parede discursiva que impossibilite a penetração de outras formações ou que não permita algum tipo de deslize e de fuga.

Desta forma, o sujeito do discurso não está apenas determinado a reproduzir as relações de produção dominante por meio da luta de classes, mas pode transformá-las e/ou resistir ao discurso dominante. Esses movimentos podem provocar deslizamentos, rupturas com a formação discursiva na qual o sujeito está inserido e até movência, afinal não há ritual sem falhas, conforme Pêcheux (2009); então todo ritual supõe a falha e a presença de contradição.

As formas de resistência podem ser múltiplas e diversas; são da ordem do político e do simbólico no jogo da interpelação ideológica produzida no/pelo sujeito. Como corpus, utilizou-se a imagem a seguir, vista em uma das ruas de Curitiba no mês de novembro de 2018.

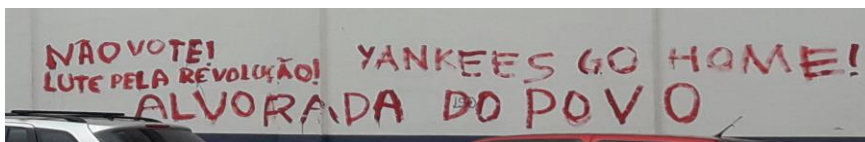


Figura 01 – foto da autora

Ao nos depararmos com essa materialidade num muro, percebemos que ela é constituída por quatro enunciados: “Não vote!”, “Lute pela revolução!”, “Yankees go home” e “Alvorada do Povo”. À primeira vista, parecem ser discursos que não se conectam, que não possuem relação de dependência linguística ou semântica. Depois, notamos que o primeiro e o segundo parecem ser complementares, e talvez o sejam. Por fim, “yankees go home” (em inglês) e “alvorada do povo” não possuem, aparentemente, proximidade. Mas, ao considerarmos as condições de produção (ou o pouco que sabemos desta pichação), podemos aferir que todas estão relacionadas e podem ser complementares, considerando o trabalho interdiscursivo realizado.

Se considerarmos que a pichação “Não vote! Lute pela revolução!” aconteceu num período próximo às eleições federais no Brasil, esse discurso mais parece um chamamento a um levante contra o que está (ou estava naquele momento) estabelecido. E, no que se refere à “Yankees go home”, o imperativo é dirigido aos estadunidenses, conhecidos fora de seu país como Yankees (mas lá são somente os do norte que são yankees, desde a Guerra de Secessão). Estes estariam aqui no Brasil e deveriam voltar para casa? Nesta lógica, este último discurso é uma resposta a outros usados em manifestações recentemente como “Military intervention now” e “SOS armed forces”. Enquanto estes clamam pela vinda de militares e, em inglês, referem-se a estrangeiros falantes desta língua, o discurso no muro usa de uma memória discursiva resgatada para mandá-los para casa. O sujeito (ou sujeitos?) defende que agora haja (ou haverá) a “alvorada do povo”, sendo que ‘alvorada’ lembra crepúsculo, levantar e despertar de um tempo adormecido, um acordar.

Quando pensamos em resistência, pode vir à mente um grupo que se organiza durante uma guerra para lutar contra a dominação, ou mulheres sufragistas com braços erguidos lutando pelo direito ao voto, enfim pessoas que se insurgem para demonstrar sua insatisfação, para ser contra algo que lhes atinge econômica, social ou moralmente. Ou ainda, imaginamos rupturas, quedas, muros caindo, elos de correntes sendo quebrados. Essas memórias estão relacionadas às lutas por uma sociedade mais justa e mais respeitosa com os seus. Mas, a memória também pode funcionar como resistência, como apagamento, reproduzindo ou interrompendo o

curso das construções discursivas. Achard (2010, p.16), ao abordar questões a respeito da memória e da produção discursiva do sentido, acredita que “a memória não restitui frases escutadas no passado, mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrase”. Sendo assim, o que retomamos são os princípios culturais arraigados no imaginário, a repetição de determinados discursos que vêm à tona apagando outros. Isso significa dizer, pelo viés do inconsciente, conforme Pêcheux (2009, p. 277-218), que a “interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas” e as falhas já estão no processo de interpelação, percebido na produção da materialidade discursiva. É, então, por meio do lapso, do ato falho que se encontra a “origem não-detectável da resistência e da revolta”.

Quando se fala em resistência, nem sempre estamos tratando de organizações ou de atos planejados para demonstrar tal postura, como resistir a uma situação política, por exemplo. Muitas vezes a resistência está na mudança de hábito, mudanças culturais e/ou de práticas do dizer e de concepção de vida que já não são as mesmas de outrora; ou que já não eram, mas estavam invisíveis. Este pode ser o caso das mulheres, por exemplo. Elas apresentam muitas formas de resistência, e de manifestações, ao longo da história das mulheres no Brasil e do feminismo.

A resistência como ações efetivas foram visíveis no período de ditadura militar, mesmo que muitas organizações de esquerda não absorvessem a participação feminina como um todo, de forma que parecia não ser importante; ainda assim elas foram diversas e fundamentais, segundo Joffily (2016). Esse engajamento era uma postura de dupla resistência: às ações militares, bem como ao comportamento machista de militares e de militantes revolucionários. “Seja porque consideravam a gravidez e a maternidade como algo incompatíveis com a militância, e mesmo por uma certa ‘divisão sexual’ das tarefas revolucionárias”, elas eram vistas pelos militares, num primeiro momento, como não perigosas (por muitos militantes também), mas “das mulheres que participaram da guerrilha urbana, cerca de 45 foram mortas ou estão desaparecidas até os dias atuais”².

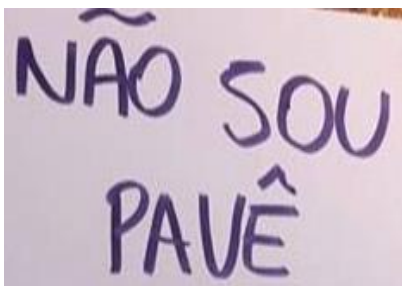
² Conforme <http://memoriasdaditadura.org.br/mulheres/>, acesso em: 20 de novembro de 2018.

Há situações e ações um tanto sutis, não percebidas, ou não percebidas de imediato. No entanto, em uma análise mais comparativa são dados a ver. Observemos o caso da concepção de família. Engels (2009, p. 94), em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, postula que a primeira divisão de trabalho foi feita entre homens e mulheres para a continuidade da família e a manutenção da reprodução humana e esse modelo vigente significava (e significa) a “escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher”. Na atualidade, muitas mulheres têm lidado com essa obrigação de manutenção familiar como negação. Quando uma mulher diz “não quero ter filhos”, não diz não quero ter família, mas o dado está dado. Rompe com a maternidade que lhe é dada como natural.

Mitchell (1971, p. 99) destaca que “Fala-se de mulher, da família como se fossem sempre as mesmas [...] Assim a análise de feminilidade e da família devem-se a um todo monolítico: mãe e filho, lugar de mulher [...] seu destino natural”. Então, não querer ser dona de casa, não querer casar, nem ter filhos, é um comportamento que muda o rumo da organização da sociedade familiar: “Por isso mesmo, quando eram capturadas pelo regime, as forças repressoras tentavam recolocá-las em seu ‘devido lugar’. Eram chamadas de ‘vagabundas’ e ‘prostitutas’ e eram obrigadas a ficar nuas em frente aos agentes da ditadura, sempre do sexo masculino”³. Com estes mesmos termos são denominadas nos discursos de anti-feministas nas redes sociais atualmente, inclusive há páginas intituladas assim no Facebook.

Por esse viés, desafiar uma ordem estabelecida é um ato de resistência; o “não quero”, que parece uma escolha, é uma resposta. Isto pode ocorrer devido ao fato de que às mulheres cabe o ônus (invisível) e o bônus (visível) da maternidade, mas também pode ser um “grito de liberdade” ao destino estabelecido em nome da naturalização do papel da mulher e à obrigação que a sociedade impõe. Mostras dessa nova postura têm sido trazidas à luz do discurso. Recentemente, em fevereiro de 2018, vimos cartazes colados ou pendurados nos corpos das mulheres que brincavam o/no carnaval com enunciados:

³ Ainda em <http://memoriasdaditadura.org.br/mulheres/>, acesso em: 20 nov. 2018.



Figuras 02 e 03 – fotos da autora

O primeiro cartaz faz alusão à conhecida proposição “é pavê ou pra cumê?”, vista como piadinha ou gracinha de algum membro da família, quando se serve a sobremesa denominada pavê. Neste caso, a pessoa que usa já deixa claro “não sou pavê” e, com essa declaração, o efeito de sentido trazido à memória de quem lê, provavelmente (a menos que não seja brasileiro), é a continuação da sentença: é “pra cumê”. O “pavê”, que seria “para ver” no português padrão, é tudo que não é. E o “para comer” entendido como sequência deste discurso é o declarado pela usuária no jogo semântico do subentendido.

Em outro corpo, encontramos “Tu não é garçom, mas serve”, fazendo um trocadilho com a função do trabalho do homem que serve bebidas e comidas. Neste caso, o “serve” se refere a servir a alguém também, todavia é um servir, ou servidão, ou serviço sexual. Esses dois eventos mostram as mulheres como protagonistas da conquista. Elas ocupam o lugar que muito tem sido de homens. E o que é isso, resistência? Formas de resistência.

No filme (fictício) *Fonte das mulheres* (em português), vemos que em um vilarejo entre o norte da África e o Oriente Médio, as mulheres buscam água em um manancial muito distante sob um sol intenso e sofrem com muitos problemas que decorrem desse trabalho visto como obrigação delas. Então, a personagem Leila inicia uma revolta e passa a liderar uma greve de sexo das mulheres, ação que força os homens a realizar este trabalho, aos poucos eles vão se obrigando a buscar água, trabalho que antes era visto como feminino. Essa história não ocorreu na realidade, contudo muitas outras ocorrem; são mães que cuidam dos filhos e um dia os abandona; são mulheres pobres que não aceitam sua condição e, como consequência, rompem com o destino profissional (ser empregadas domésticas) e entram para o crime. Em suma, essa negação do “está destinado a elas” é uma forma

de resistência, ao mesmo tempo que uma aceitação de uma “outra” existência.

E a nós, pesquisadores e pesquisadoras, cabe compreender como se constituem esses discursos, seja no direito, na ciência, na arte, na vida cultural, nas redes sociais, etc., e não outros discursos. Não se pode olhar apenas para o que e quanto se avançou nas lutas por igualdade social/equidade; há que se pensar por que foi possível a mobilidade para se constituir resistências/existências, inclusive notar que mobilidade é essa. Pêcheux (2011) argumenta que os processos de reprodução ideológicos devem ser abordados como local de resistência múltipla: “um local no qual surge o imprevisível contínuo, porque cada ritual ideológico continuamente se depara com rejeições e atos falhos de todos os tipos, que interrompem a perpetuação das reproduções” (PÊCHEUX, 2011, p. 115). Isso significa que a resistência é próprio do processo de construção discursiva e de construção de sujeitos.

CONSIDERAÇÕES NÃO-CONCLUSIVAS

Embasados no arcabouço teórico da AD, afirmamos que o dizer do sujeito é determinado sempre por outros dizeres, ou todo e qualquer discurso é determinado pelo interdiscurso, que vem de outro lugar, do qual o sujeito não vislumbra a origem. Mas os discursos são retomados num exercício parafrástico na materialidade discursiva que o sujeito produz, gerando efeitos de sentidos diferentes entre interlocutores conforme a FD em que eles estão inseridos, mas há mobilidade, pois, conforme dito, as formações discursivas não são uma muralha, não são fechadas em si, podem ser atravessadas, e são, por outras formações.

No caso dos exemplos dados, os quais não foram analisados profundamente porque essa não era a proposta, são recortes discursivos encontrados neste ano. O primeiro caso remete a um posicionamento político contrário à eleição, que incita a lutar pela revolução e contrário aos discursos que se produziram nesse período, como o da intervenção militar que seria necessária ao país. O segundo e terceiro recortes (que eram cartazes) tratam de novos posicionamentos das mulheres com relação à posição por elas ocupada nas relações de sedução. Assim como os exemplos últimos

em que o par resistência/existência são parte de um processo de constituição de sujeitos e sentidos.

Ainda sobre os discursos das mulheres, percebemos que os discursos mudaram, mas o que se vê também é uma mudança de ocupação de espaço. Esses discursos antes masculinos, hoje são femininos. Eles causam preocupação aos mais conservadoras, tanto que o movimento ultraconservador crescente demonstra uma reação contundente de formações ideológicas que visam à manutenção de um modelo imaginário de família e organização familiar dita como a correta (com pai e mãe). A luta pela manutenção deste modelo de sociedade está mais latente a cada dia, bem como o da “ordem e progresso”. A escola sem ideologia de gênero nada mais é que um posicionamento meio para um fim maior: a defesa/manutenção da “família tradicional brasileira”, mesmo que esta nunca tenha sido a realidade da maioria da sociedade brasileira criada por avós e mães solteiras.

O que vemos é que o sentido de uma palavra, expressão ou proposição não existe em sua relação transparente com a literalidade do significante, mas é definido pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que são (re-)produzidas, conforme Pêcheux (2009, p. 146-147). O fato é que não há sujeito sem ideologia e não há ideologia sem sujeito. O Sujeito ao/do discurso de gênero, sem gênero, transgênero, de direita, de esquerda, de centro, pentecostal, católico, evangélico, criacionista, ateu, etc. é sempre assujeitado a algum discurso, à(s) ideologia(s) que determina(m) o que pode e deve ser dito naquela posição-sujeito.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. et al. Memória e Produção discursiva do sentido. In: **Papel da Memória**. Trad. José Horta Nunes. 3.ed. Campinas, SP: Pontes editores, 2010.

CORACINI, M. J. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução**. Campinas. SP: Mercado de Letras, 2007.

ENGELS, F. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Clube dos Editores, 2009.

FERREIRA, M. C. L., **Análise do discurso e suas interfaces o lugar do sujeito na trama do discurso**. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/28636/17316> Acesso em: 18 de novembro de 2018.

JOFFILY, O. R. **Esperança Equilibrista: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2016.

MITCHELL, J. **Woman's Estate**. England: Penguin Books, 1971.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes. 2005.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas, SP: n. 19, p.07-24, jul/dez.1990.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. E. P. Orlandi. 4.ed. Campinas, São Paulo: Ed. da UNICAMP, 2009 [1975].

_____. **Análise Automática do Discurso (AAD-69)**. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethania Mariani et. al, Campinas, SP: 4.ed. Editora da UNICAMP, 2010 [1983].

_____. Ideologia: aprisionamento ou campo paradoxal? In: **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Textos escolhidos por Eni Orlandi. 2.ed. Campinas, SP: Ed. Pontes, 2011 [1983].

PÊCHEUX, M; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethania Mariani et. al, Campinas, SP: 4.ed. Editora da UNICAMP, 2010.

SUJEITO(S) DE DISCURSO: [na fronteira] entre responsividade e assujeitamento

FILHO, Marcelo Nicomedes dos Reis Silva
SANTOS, Eliane Pereira dos

APRESENTAÇÃO

A constituição do sujeito na Análise de Discurso (doravante, AD) sempre foi uma questão complexa, porque a constituição da(s) disciplina(s) envolvendo o discurso apresentam campos teóricos distintos e definidos. Sabe-se que não é somente a questão do sujeito que é colocada em evidência. Além destes pontos tensionais, do sujeito dialógico ou do sujeito assujeitado, há outros pontos teóricos que proporcionam aproximações e afastamentos entre as linhas teóricas bakhtiniana e pecheutiana, dos quais podemos citar a heterogeneidade do discurso apontada por Jacqueline Authier-Revuz¹ e Dominique Maingueneau, mas não vamos nos aprofundar nisto, pois o foco é o sujeito nos dois casos.

As maiores tensões são causadas pelas divergências das duas teorias com relação à (in)consciência deste sujeito. Os adeptos da teoria bakhtiniana seguem os ensinamentos do Círculo de Bakhtin, teoria que fala de um sujeito relativamente consciente daquilo que faz e enuncia. O outro lado da moeda apresenta um sujeito de base psicanalítica, inconsciente, cujas bases teóricas são estabelecidas nos estudos de Althusser (1985), aliado aos de Lacan (1998), apresentando um sujeito clivado, dividido, constituído pela falha e determinado ideologicamente por filiações a Formações Discursivas (doravante FD) que são regidas por Formações Ideológicas.

O que propomos é uma discussão complexa, levando em consideração que não existe uma definição fechada do que venha a ser o sujeito para o grupo de Bakhtin. Ao longo deste artigo, tentaremos

¹ A autora apresenta o conceito de heterogeneidade discursiva a partir dos estudos de Bakhtin. A partir do conceito de dialogia, ela estabelece os conceitos de heterogeneidade mostrada e constitutiva em seu livro *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido* (2004).

demonstrar como, nesta linha, o círculo chegou a um entendimento acerca da constituição do sujeito. Já na linha da AD Francesa, Pêcheux e seus seguidores, tais como Paul Henry e outros, desenvolveram estudos aprofundados acerca da temática, o que facilita o trânsito por ter um conceito mais definido, que não deixa de ser atravessado por falhas como o próprio sujeito da AD o é.

Neste trabalho, propomos discutir a questão da constituição do sujeito nos dois campos de AD, apontando características, semelhanças e divergências. Esta pesquisa se justifica pela relevância do tema, já que o sujeito, tanto na teoria dialógica, quanto na teoria do discurso de linha francesa, representa o ponto central e a ele se agregam outros conceitos chave nas duas teorias.

Metodologicamente, este trabalho se referem a uma pesquisa qualitativa, de natureza analítico-descritiva, de base bibliográfica. Para isso, nos apoiaremos nos estudos do círculo de Bakhtin (1992, 2004, 2015 [1934-1936]) e seguidores, como Volochinov (2013 [1926]) e Geraldi (2004), nos estudos de Pêcheux (2009 [1975]) e outros teóricos da AD francesa, a exemplo de Orlandi (1987, 2007) e Indursky (2011). Após discutir as duas perspectivas de sujeito, analisaremos um *corpus* com o intuito de demonstrar como se materializa discursivamente cada viés teórico; por fim, vem a conclusão.

REFERENCIAL TEÓRICO EM BAKHTIN E O CÍRCULO

A LINGUAGEM

Na teoria dialógica, a linguagem é sempre de natureza social. Para Volochinov (2013, [1926] p. 141), “A linguagem é o produto da atividade humana coletiva e reflete em todos os seus elementos tanto a organização econômica como a sociopolítica da sociedade que a gerou.” A linguagem é vista como um produto da vida social e o elemento que possibilitou a criação dos sistemas ideológicos da vida humana: a ciência, a arte, a moral, o direito, ou seja: a linguagem organiza as relações de interações sociais, bem como nosso discurso interior e nossa consciência. Sobre isso, Volochinov (2013, [1926], p. 155) postula: “Sem linguagem interior não existe consciência, assim como não existe linguagem exterior sem linguagem interior”.

Na teoria dialógica, o discurso nunca é neutro, haja vista que a linguagem é socioideológica, constituída por signos, e, sendo o signo de natureza social, a linguagem também o será. Nesse sentido, o autor faz uma distinção entre sinal e signo para dizer que só em estado dicionarizado a palavra será desprovida de uma valoração apreciativa e de um valor ideológico.

Volochínov/Bakhtin (2010 [1929-1930] p. 33) estabelece uma relação entre signo, ideologia e consciência; signo e ideologia seriam inseparáveis: “Sem signos não existe ideologia [...] Tudo que é ideológico possui um valor semiótico”. Nessa teoria, a consciência também possui um valor ideológico, uma vez que é constituída pelas interações sociais e pela compreensão ativa do falante frente a vida real. Bakhtin (Volochinov[1929-1930] p.34) enuncia: “A compreensão é uma resposta a um signo por meio de signo”. Dessa maneira, toda consciência é sóciosemiótica e não nasce na subjetividade individual de um falante. Desde o início é de base social, constituída pelas relações dialógicas que o sujeito mantém com outros discursos ao longo da vida. Volochínov/Bakhtin (2010, p. 13) afirmam que “A consciência toma forma e existência nos signos criados por um grupo social no processo de sua interação social”. Assim, não existe discurso interior e nem consciência sem linguagem ou sem signos.

A CONSCIÊNCIA

Para tratar da consciência, embasamo-nos na afirmação de Bakhtin/ Voloshinov ([1927] 2004, p. 78) que abordam o tema e nos ajudam a avançar neste percurso com relação ao sujeito na visão do círculo.

O que é a consciência de um homem isolado senão a ideologia do seu comportamento? Neste sentido podemos perfeitamente compará-la à ideologia na própria acepção do termo, ideologia essa que é a expressão da consciência de classe. Mas não se pode tomar como verdade nenhuma ideologia, seja individual ou de classe, nem acreditar nela sob palavra. A ideologia mente para aquele que não é capaz de penetrar no jogo de forças materiais objetivas que se esconde por detrás dela.

Esta noção de consciência nos leva a refletir sobre o caráter ideológico do sujeito, que precisa da linguagem para se referir e ser

referido pelo outro. Geraldi (2004, p. 229) enfatiza essa característica do sujeito, de ser responsável por aquilo que enuncia. O autor mostra que

a responsabilidade abarca, contém, implica necessariamente a alteridade perante a qual o ato responsável é uma resposta. Somos cada um com o outro na irrecusável continuidade da história. Buscar nos eventos, nas singularidades, nas unicidades dos atos desta caminhada como se realizam as ‘respostas responsáveis’ é um modo de reencontrar os deslocamentos imperceptíveis na construção continuada dos valores, dos sentidos que regem, mas que se fazem e se desfazem na existência.

O autor busca enfatizar a alteridade, mostrando como o pensamento de forma participativa tem sua concretização e exposição por meio da linguagem. Isso nos faz pensar que os enunciados são construções que, embora já tenham sido ditas, sempre recuperam vozes, visto sua efetiva consolidação no processo de interação/diálogo, já que, ao enunciar, o sujeito, em relação dialógica, produz um novo enunciado, já que, dadas as novas condições, ele nunca existiu.

Desta forma, podemos pensar cada enunciado como uma resposta a enunciados que já foram proferidos e, assim, faz-se ouvir a voz do outro no eu, no novo enunciado construído. Isso explica por que “cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma ‘resposta’ aos enunciados precedentes de um determinado campo” (BAKHTIN, 2003, p. 297). Assim, podemos pensar no enunciado como “pleno de variadas atitudes responsivas a outros enunciados, de outra esfera da comunicação discursiva” (p. 297). Não se pode negar, no entanto, que tudo que é enunciado pelos sujeitos é determinado pela esfera social da qual faz parte e que, dependendo da esfera de comunicação discursiva a que o sujeito se filia, seu dizer tem atitudes valorativas relacionadas à ideologia dominante daquela esfera social.

Estas reflexões reforçam o caráter responsivo do sujeito, de um sujeito que retoma (é permeado por) diversas vozes por meio do enunciado, mas que recria e que é responsável por aquilo que produz. Ao retomar o discurso outro, o falante (autor) atualiza sentidos por meio de suas valorações apreciativas, de sua atitude avaliativo-responsiva e de sua resposta ativamente interessada. Sobre isso, Bakhtin (1992, p. 290) explica que

a compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável); toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: [...] o ouvinte que recebe e compreende a significação de um discurso adota simultaneamente, para com esse discurso, uma atitude responsiva ativa: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar.

Para a teoria dialógica, a compreensão é sempre um ato responsivo, pois exige do falante um posicionamento valorativo. O falante responde de um lugar singular que só ele pode ocupar. É desse lugar que mantém com o discurso outras relações dialógicas de aproximação ou distanciamento. Ele não pode ser visto apenas como aquele que fala, mas como aquele que enuncia de um lugar que dentro do todo assume sua singularidade responsável e, portanto, responde dialógica e valorativamente ao discurso do outro. Conforme Bakhtin (2012), a responsividade é marcada pela ideia de resposta, de alternância dos sujeitos e pela condição de não poder se eximir da responsabilidade de dizer a partir do lugar social e singular que assume na eventicidade da vida real.

Isso se alinha ao caráter dialógico com que ocorrem as relações entre enunciados, visto que todo dizer possui certa conclusibilidade dentro da corrente da comunicação verbal, mas é carente da resposta do outro, o que efetiva a relevância da relação dialógica estabelecida entre os interlocutores, visto que o homem, como ser social, necessita da interação e da alteridade enunciativa entre o eu e outro para refletir e refratar sentidos. Nessa esteira, atentamos, na seção seguinte, para o conceito de ‘enunciado’ para o círculo.

O ENUNCIADO

O estudo da linguagem precisa ser ancorado em relações dialógicas reveladoras de valorações apreciativas inerentes aos sentidos. Pensando na natureza social da linguagem, Bakhtin (2015, [1934-1936]) propõe que ela deve ser estudada a partir de um gênero discursivo, uma vez que, segundo ele, toda comunicação verbal se concretiza por meio de enunciados, ou seja, de gêneros discursivos,

que são, segundo Bakhtin (2003 [1979]) “formas relativamente estáveis de enunciados”. Assim, o enunciado deve ser o fio condutor de todo estudo da linguagem. Posicionando-se contra o objetivismo abstrato, a teoria dialógica afirma ser o enunciado a unidade real da comunicação discursiva. A existência do enunciado estaria diretamente atrelada ao contexto extraverbal e a uma necessidade social. Bakhtin (2003 [1979]) distingue entre *enunciado* e *oração*. Sobre o primeiro, ele diz que é a unidade da comunicação discursiva, já a oração é uma unidade da língua, ou seja, palavras vistas em sentido dicionarizado, apartadas das relações de interação social. O autor destaca três características do enunciado que o diferenciam de oração: a alternância dos sujeitos, a conclusibilidade e a valoração apreciativa.

Sobre a alternância dos sujeitos, Bakhtin (2003, [1979], p. 275) afirma: “O falante termina o seu enunciado para passar a palavra ao outro ou dar lugar à sua compreensão ativamente responsiva”. Ou seja, o enunciado é marcado pela possibilidade da réplica, é sempre dialógico, tendo numa ponta o locutor e na outra o interlocutor, o que nos leva à segunda característica; a conclusibilidade.

Na teoria dialógica, não há um acabamento do enunciado, pois este é sempre elo de um discurso maior, está na fronteira entre o meu discurso e o discurso do outro. Acaba-se o discurso para passar a palavra ao outro e, nesse entrecruzamento de discursos, constrói-se um tecido dialógico onde o fim é impossível de ser marcado de forma objetiva e precisa, pois ele não existe.

A terceira característica do enunciado é a valoração apreciativa. A linguagem vista em sua relação dialógica com a comunicação da vida real será sempre perpassada por uma atitude valorativa do sujeito falante que, ao enunciar, produz a avaliação de outros discursos que mantêm uma relação de diálogo com o seu. Volochínov (2013[1926], p. 77), ao relacionar a valoração apreciativa ao contexto extraverbal, esclarece: “A palavra na vida, com toda a sua evidência, não se centra em si mesma. Surge da situação extraverbal da vida e conserva com ela o vínculo estreito”. Desse modo, a valoração apreciativa é própria da palavra dialógica e da palavra no uso social.

Conforme a teoria dialógica, não existe um adão bíblico. O enunciado surge como resposta a outros enunciados já ditos e os sentidos se constroem nesse elo entre o discurso próprio e o do outro. As relações dialógicas são relações de sentidos que se estabelecem no

diálogo entre diferentes discursos. Dialogismo não se confunde com diálogo face a face. É um princípio constitutivo da linguagem em uso. O dialogismo, nessa perspectiva, é um modo avaliativo-responsivo de compreender o mundo, as relações sociais e a vida, dentro de um contínuo, que organiza a vida real em ações e relações interligadas.

Na teoria dialógica o sujeito é constituído nas relações dialógicas com outros discursos. Ele é um ser individual e social ao mesmo tempo, isto é, ele é social porque se constitui dialogicamente na alteridade com o outro, mas, por outro lado, ele sempre responde do seu lugar singular que ocupa na existência da vida real, a partir da valoração apreciativa que torna o dito único e irrepetível.

Ao falar do sujeito no romance, Bakhtin (2015[1934-1936], p. 124) destaca várias características do falante no gênero romance, mas dentre elas há uma que se aplica ao falante em qualquer enunciado: “O falante é um homem essencialmente social, historicamente concreto e definido, e seu discurso é uma linguagem social (ainda que no embrião), uma linguagem de grupo”. Com isso, percebemos que o sujeito é um ser dialógico e um ser de resposta que compreende e é compreendido na relação de alteridade com outro.

Na teoria dialógica, *ideologia* não tem o sentido de mascaramento da realidade, ou efeito de sentido pejorativo, mas remete a uma tomada de posição pelo sujeito falante. Volochínov (2013 [1930], p.138), em nota de rodapé, define ideologia como “todo o conjunto de reflexos e interpretações da realidade social e natural que se sucedem no cérebro do homem, fixados por meio de palavras, desenhos, esquemas ou outras formas sígnicas”. A consciência teria um caráter sócio-histórico e ideológico e não pode ser vista como produto de um falante isolado do meio social, o que nos leva a refletir o papel do sujeito.

O SUJEITO

Esta seção nos conduz às últimas reflexões sobre o sujeito bakhtiniano, que se refere à constituição pelo outro. Esta última parte do percurso incia com as proposições de Bakhtin/Volochínov (2010, [1929-1930], p. 117), que postulam que “A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros [...] A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor”. A citação aponta para a

relevância do interlocutor e da réplica para a organização do enunciado.

Na teoria dialógica, o enunciado é o próprio gênero. O sujeito efetiva seu projeto de dizer em um dado enunciado, que guia muitas das suas escolhas linguísticas e valorações apreciativas:

Cabe salientar em especial a extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso, nos quais devemos incluir as breves réplicas do diálogo do cotidiano [...] o relato do dia a-a-adia, a carta em todas as suas diversas formas) [...] mas aí também devemos incluir as variadas formas de manifestações científicas e todos os gêneros literários (do provérbio ao romance de muitos volumes). (BAKHTIN, 2003. p. 262)

Bakhtin (1992, p. 348), diz que “cada pensamento e cada vida se fundem no diálogo inconclusível”, ou seja, assim como os pensamentos, a materialidade discursiva, o enunciado e a própria constituição do sujeito, tudo é inconcluso; ele está sempre em constituição, em construção, por seu caráter de incompletude. Isso leva a pensar na ideia do movimento que há entre o eu e o outro, que é algo constitutivo do sujeito. Para Bakhtin (2003), a tomada de posição do falante se concretiza na alteridade com o outro, ou seja, na organização do discurso, o falante sempre leva em consideração o seu interlocutor. Ele é parte constitutiva da resposta. A compreensão responsiva do sujeito falante é sempre de natureza social e dialógica. O autor apresenta três formas com que isso pode ocorrer e, assim, surgem três categorias, que são: o “eu-para-mim”, “eu-para-o-outro” e “o-outro-para-mim”. Para Freitas (2013),

Essa tríade sintetiza uma perspectiva que pode ser aplicada para a compreensão da produção da subjetividade: um eu que se constitui a partir do outro, mas na interação e não na fusão com o outro. Mais uma vez é enfatizado por Bakhtin o papel essencial da alteridade na modelagem e constituição do sujeito. (FREITAS, 2013, p. 191)

Essa citação reforça o pensamento de incompletude do sujeito, fazendo com que exista esse vai-e-vém, do eu para o outro, ou seja, é evidenciado o olhar em relação ao outro e vice-versa, uma vez que a constituição do sujeito, sob esta ótica, ocorre por meio da interação e do constante diálogo entre as múltiplas vozes que o rodeiam.

Buscamos apresentar aspectos que abordassem a constituição do sujeito por Bakhtin, o Círculo e seus comentadores. Sabemos que a definição de sujeito não é fechada para o Círculo de Bakhtin, por este motivo, tentamos discutir os aspectos mais relevantes que nos façam refletir sobre esta construção social do sujeito, em uma relação, acima de tudo dialógica e, por conseguinte, responsiva. Vimos um sujeito que é relativamente consciente daquilo que quer e enuncia e ficou evidente a sua incompletude em toda a constituição. A necessidade do outro em Bakhtin é visceral; sem o outro, as relações dialógicas não ocorrem. Na seção que segue, buscaremos demonstrar como se constitui o sujeito da AD francesa, na perspectiva de Pêcheux e suas relações com Althusser e Lacan.

O SUJEITO EM PÊCHEUX

Retomaremos a discussão acerca do sujeito, desta vez pelo viés da AD francesa. Para alcançarmos nosso objetivo inicial, que é discutir a questão da constituição do sujeito nos dois campos de análise do discurso, apontando suas características, semelhanças e divergências, faremos um resgate do quadro epistemológico da AD e buscaremos entender como a disciplina se posiciona. Isso auxiliará no entendimento de como a concepção de sujeito é desenvolvida. Segundo Fuchs & Pêcheux (1975, p.160), a AD se constitui na articulação de três regiões do conhecimento, que são:

1. O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. A linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Os autores complementam explicando que as três regiões são “atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica) (FUCHS & PÊCHEUX, 1975. p. 160). Este atravessamento psicanalítico será nosso fio condutor para chegar à constituição do sujeito em Pêcheux. Os autores, ao optarem por esse viés psicanalítico, sustentaram-se na teoria de Althusser sobre o assujeitamento e nos estudos de Lacan sobre o inconsciente, como elo

que articulasse as três regiões de forma que se pudesse estudar o discurso rompendo com diversas teorias mais antigas, dentre elas, a de “sujeito uno, livre, caracterizado pela consciência (isto é, sem inconsciente, sem ideologia), tomado como origem)” (POSSENTI, 2011, p. 388).

O processo pelo qual o indivíduo empírico se transforma em sujeito do discurso é chamado de interpelação. É por meio da ideologia que esse processo ocorre. Segundo Pêcheux (2009 [1975], p. 145), há “o processo de interpelação-identificação que produz o sujeito no lugar deixado vazio” e isso ocorre por meio do funcionamento da ideologia. O autor explica este processo mostrando que é “a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc.” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 145). É pelo funcionamento da ideologia que se dá o efeito de evidência, ou seja, a sensação as coisas só poderem ser vistas e ditas daquela forma. É pela condição de se perceber que “todo mundo sabe” que produz as “evidências de fazer com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos de o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 146, grifos do autor). O sentido, ou como o autor prefere, o efeito de sentido é produzido dentro de determinadas condições de produção; dito de outra forma, as palavras não carregam consigo os sentidos, elas os adquirem por meio de posições ideológicas e no processo sócio-histórico em que são expostas (PÊCHEUX, 2009 [1975]).

Isso nos conduz a mais um conceito chave da AD, o de *formação discursiva* (doravante, FD). É por meio deste conceito que entendemos como, de forma inconsciente, o sujeito enuncia. Inicialmente, abordaremos o conceito de FD, o que nos levará, logo em seguida, a outros dois pontos-chave, que são os *esquecimentos*. Primeiro, vamos tratar da conceituação de FD, que é descrita desta forma por Pêcheux (2009 [1975], p. 147 - grifos do autor):

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o *que pode e deve ser dito* (articulando sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.

Como exposto, as palavras e expressões adquirem seus sentidos no interior das FDs que dominam os sujeitos que nela estão inseridos e enunciam a partir daquelas posições. Ou seja: é por meio das FDs que os sujeitos são *interpelados* em sujeitos falantes; desta forma, eles enunciam a partir daquelas posições ideológicas que dominam as FDs a que estão filiados.

Cada FD apresenta um conjunto de dizeres que podem ser ditos, sendo “gerenciados” pela ideologia que domina aquela FD. Todos os dizeres já ditos na sociedade desde sua fundação até os dias de hoje estão no que Pêcheux chama de *Interdiscurso*. Nele, as FDs fazem recortes, selecionando um conjunto de dizeres, que constituem uma *memória discursiva*. Faremos a distinção rápida da diferença ente os dois termos.

Para entender esta distinção, apoiar-nos-emos em Freda Indursky (2011, p. 87 – 88). A autora faz a distinção da seguinte forma:

a *memória discursiva* é regionalizada, circunscrita ao que pode ser dito em uma FD e, por essa razão, é esburacada, lacunar. Já o *interdiscurso* abarca a memória discursiva referente ao complexo de todas as FD. Ou seja, a memória que o *interdiscurso* compreende é uma memória ampla, totalizante e, por conseguinte, saturada.

Como a memória discursiva é regionalizada e isso faz com que apenas alguns dizeres sejam disponibilizados, isso não significa que os dizeres são apagados por completo; eles se apagam naquela FD, mas ficam disponíveis na amplitude do *interdiscurso*.

Vejamos o que diz Pêcheux (2009 [1975], p. 149) sobre o assujeitamento, o *interdiscurso* e a ideologia. O autor argumenta que

o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação do dos indivíduos em sujeitos (e especialmente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do *interdiscurso*, intrincado nesse complexo) e fornece ‘a cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas - aceitas - experimentadas.

Com estas palavras, o autor nos leva a refletir sobre o que ele chama de “EGO”, que é o imaginário do sujeito e o lugar onde se

constitui para ele a relação imaginária com a realidade. É por meio deste imaginário que o sujeito “não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao Outro, ou ao Sujeito, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito *sob a forma de autonomia*” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 149, grifos do autor).

Assim, entendemos que o sujeito se constitui “pelo esquecimento daquilo que o determina” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 149), ou seja, o sujeito é sempre já sujeito e ele sempre já se esqueceu como se constituiu. Com isso, podemos pensar na “forma-sujeito” do discurso, que é a “forma da existência histórica de qualquer indivíduo, agente de práticas sociais” (ALTHUSSER, 1978, p. 67). É por meio da forma-sujeito que se reproduz a evidência ideológica de uma FD e que o sujeito reproduz o conjunto de dizeres possíveis na FD, o que causa um efeito de homogeneidade e impossibilidade de os dizeres serem questionados, causando a impressão de que há o funcionamento de um ritual sem falhas. Mas o ritual do assujeitamento falha. Pode haver uma contra-identificação quando o sujeito não está completamente identificado com a FD que o domina e quando questiona e não a reproduz mais com tanta segurança.

Finalmente, abordaremos a questão dos *esquecimentos*, que são algo inerente ao discurso. É por meio deles que o sujeito enuncia por duas formas diferentes. Vejamos quais são. Primeiramente, falaremos no esquecimento número 2², que é também chamado de esquecimento enunciativo, já que é da ordem da enunciação. É por meio dele que o sujeito “seleciona³” aquilo que vai enunciar, dentro de um conjunto de dizeres possíveis de uma determinada FD.

Pêcheux (2009 [1975], p. 161 - grifos do autor) chama

esquecimento nº 2 ao ‘esquecimento’ pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase - um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo, e não

² Seguiremos a ordem que foram apresentados pelo autor.

³ As aspas, aqui empregadas, apontam para uma dissimilação da autonomia do sujeito ou seja, as “escolhas” feitas pelo sujeito são na verdade determinadas pela ideologia que o afeta e isso ocorre por meio dos esquecimentos que veremos em seguida mais detalhadamente.

um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada.

Já o esquecimento número 1, que é também chamado de esquecimento ideológico, é responsável pelo sujeito se considerar a fonte daquilo que diz. É por meio dele que o sujeito pode dizer “eu sei o que estou dizendo”, “eu sei do que estou falando”. Neste esquecimento, fica evidente que há uma “autonomia⁴” do sujeito, já que ele fala em primeira pessoa e acha que aquilo que enuncia é “novo⁵” e dito por ele somente daquela forma. Pêcheux (2009 [1975], p. 162) diz que, para explicar este esquecimento, é preciso apelar para a ‘noção de sistema inconsciente’, já que

o esquecimento nº 1 dá conta do fato de que o sujeito não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Neste caso, o esquecimento nº1 remete, por uma analogia com o recalque do inconsciente, a esse exterior, na medida em que esse exterior determina a formação discursiva em questão.

Por fim, ficaremos com as últimas reflexões acerca do sujeito na AD. Não que este tema se esgote com essa pequena discussão que promovemos neste artigo, mas o esboçado nos permite ter uma ideia da noção de inconsciente que afeta o sujeito na perspectiva de Pêcheux. A última reflexão cai sobre a questão da “tomada de posição” pelo sujeito. Afinal, se na AD ele é inconsciente, como ele pode tomar decisões acerca de qualquer ato de fala que “deseje”. Pêcheux (2009 [1975], p. 159) demonstra o que é a “tomada de posição” para ele:

Diremos que a marca do inconsciente como ‘discurso do Outro’ designa no sujeito a presença eficaz do ‘Sujeito’, que faz com que todo sujeito ‘funcione’, isto é, tome posição, ‘em toda consciência e em toda liberdade’, tome iniciativas pelas quais se torna ‘responsável’ como autor

⁴ A autonomia que o sujeito tem é restrita. Seu interpelamento ideológico é o real responsável por essa autonomia. Dito de outra forma, o sujeito é levado a dizer e agir segundo o conjunto de discursos que o afeta por meio do assujeitando a uma determinada FD.

⁵ Segundo a teoria da AD, não existe nenhum discurso novo. Todos os discursos são ditos e depois esquecidos e, posteriormente, recuperados por meio de paráfrase por meio do interdiscurso.

de seus atos etc., e as noções de asserção e de enunciação estão aí para designar, no domínio da ‘linguagem’, os atos de tomada de posição do sujeito, enquanto sujeito-falante.

Esta afirmação nos leva a refletir que esta “tomada de posição”, tomada como “ato de fala”, não pode ser entendida como “ato ordinário” do falante, mas efeito da “forma-sujeito” e “da determinação do interdiscurso como discurso-transverso, isto é, efeito da “exterioridade” do real ideológico, na medida em que ela “se volta sobre si mesma” para se atravessar (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 160-161). Desta forma, entendemos que a tomada do sujeito é fruto do seu assujeitamento, ou seja, afetado por uma interpelação ideológica, o sujeito é dominado por uma FD e, de forma inconsciente, reproduz o conjunto de dizeres que estão na matriz da FD por meio do interdiscurso e da memória discursiva, valendo-se também do discurso transverso, já que existe uma “seleção” do dizer que é trabalhada por meio dos esquecimentos, mais precisamente, o nº 2, que é da ordem da enunciação, e reforçado pelo esquecimento nº 1, pois, ao falar “eu sei o que estou dizendo”, o sujeito tem um efeito de consciência e acredita ser a fonte daquilo que enuncia.

GESTOS ANALÍTICOS

Como descrevemos, os pressupostos teóricos acerca do sujeito nas duas teorias, inicialmente, na teoria bakhtiniana e, em seguida, na teoria pecheutiana, intentamos realizar uma análise, enfatizando o sujeito em Bakhtin e em Pêcheux, utilizando uma tirinha de *Armandinho*.

O VIÉS BAKHTINIANO

A tirinha escolhida, como mencionamos, é do *Armandinho*, personagem criado por Alexandre Beck. No gesto analítico, analisaremos a dimensão verbo-visual e algumas de suas relações dialógicas estabelecidas.



Fonte: Facebook, 2018

Armandinho é um personagem que foi criado pelo agrônomo e publicitário, de 40 anos, Alexandre Beck. Assíduo leitor de outros personagens como Mafalda e Calvin, o autor decidiu dar vida ao personagem em questão depois de ter se entediado com as histórias que lia dos outros personagens. Com Armandinho, Beck, que é pai de dois adolescentes, conseguiu transpor para as tiras questões que permeavam sua vida como pai, imprimindo nas tirinhas um convite à reflexão sobre os assuntos que permeavam os nossos dias.

A tirinha em análise foi produzida no dia 17 de abril de 2018, dois dias antes do dia do índio comemorado em 19 de abril. Sabemos que os problemas de conviência com os índios vem se agravando com os passar dos anos e a tira surge com uma forma de refletir sobre essa condição. O autor usa a internet para divulgar as tirinhas de Armandinho, mantém um blog pessoal e uma página no *Facebook* em que são periodicamente publicadas as tirinhas. O público leitor da tirinha é composto, em sua maioria, por adolescentes e adultos, já que o teor das histórias envolvendo o personagem são sempre ligados a acontecimentos atuais e com uma carga de humor e crítica bem elaboradas.

Ao circular na internet, o leitor é convidado a se posicionar e o faz por meio dos comentários na fan page do *Facebook*. Isso também fica expresso pelo número de curtidas que as tiras recebem que geralmente ultrapassam as duas mil reações na página.

O gênero tirinha é dotado de alguns textos e imagens e podemos dizer que ela é um enunciado verbo-visual, cuja temática, usualmente, está associada ao cotidiano, trazendo uma visão crítica da realidade. Fazendo um movimento sócio-histórico, o sujeito enuncia acerca de uma questão que é discutida nas escolas, o “descobrimento”. Na versão “oficial”, o Brasil foi “descoberto” pelos portugueses no ano

de 1500 depois de Cabral ter aportado aqui e ter tomado posse das terras que foram prometidas à Coroa portuguesa por meio do tratado Bula inter Coetera. Este tratado visava garantir que tanto Portugal como Espanha tivessem direito às terras do Novo Mundo. Este acordo garantiu que Portugal tomasse posse do que hoje é o Brasil, mas a terra já era habitada por índios, que eram os primeiros habitantes das terras do Novo Mundo.

Na tira, podemos observar que muitas vozes permeiam os enunciados do sujeito, o que demonstra o caráter heterogêneo do discurso, ou seja, são vozes que advêm de outros lugares e de outros discursos, que demonstram o caráter dialógico do discurso, o que faz com que não reduzamos as questões dialógicas a apenas comunicações interpessoais, de pessoas para pessoas; os enunciados se relacionam para além de relações dialógicas que extrapolam o verbal.

Partindo, pois, da defesa de que, na concepção do filósofo russo, o sujeito é permeado por ideologias, ocupa uma posição axiológica e se constitui como sujeito a partir das vivências e da interação com o meio, temos que, na tirinha, o posicionamento está envolto por história, ideologia e relações dialógicas, visto que não se tem apenas uma relação com o dito em sala de aula, na materialidade do conteúdo, mas com todos os diálogos estabelecidos pelo sujeito enquanto um ser histórico e dialogicamente constituído.

O personagem tem uma atitude e se posiciona, ou seja, ideologicamente, o sujeito produz outro sentido, que não é aquele que é transmitido em aula, quando enuncia “e a versão dos índios?!”. Este gesto nos mostra o que Bakhtin chama de **resposta ativa**, que gera uma **atitude responsiva**.

Com isso, ao se posicionar, Armandinho, o sujeito da enunciação, aqui analisado, discorda do que foi explicado na aula e questiona a prevalência de somente um lado da história. Isso se explica no que diz Bakhtin (1992, p. 290):

a compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude **responsiva ativa** (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável); toda compreensão é prenehe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: [...] o ouvinte que recebe e compreende a significação de um discurso adota simultaneamente, para com esse discurso, uma **atitude responsiva**

ativa: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar. (grifos nossos).

A atitude do sujeito indica que ele se mostrou dotado de intencionalidade, ou seja, sua atitude ativa ao responder ao enunciado do professor demonstrou uma consciência, que dialoga com o discurso outro, refutando-o, mostrando uma valoração apreciativa de discordância, não apenas em relação ao discurso do professor, mas, principalmente, de um discurso que foi disseminado ao longo do tempo como “verdade” absoluta. O sujeito é dialógico e é constituído por práticas sociais, atravessado ideologicamente. Ele se posiciona frente às situações, sendo capaz de atualizar sentidos e questionar “verdades”, já que a sua inserção social permite tal condição. Dessa forma, para os pensadores da teoria dialógica, não há uma verdade pronta; há discursos que se inter cruzam e polemizam a partir de relações dialógicas e axiológicas presentes na compreensão responsiva de um sujeito constituído dialogicamente por meio dos muitos discursos com os quais interagiu ao longo de sua existência.

Isso nos leva a compreender que

o enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinaram tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas. (BAKHTIN, 1992, p. 300)

Podemos entender o enunciado como um nó na cadeia discursiva; é por ele que se cria a comunicação e, por conseguinte, as atitudes responsivas diretas. Para finalizar esta parte, é importante ressaltar o caráter responsivo do sujeito, que faz com que ele reaja às possibilidades que lhes são impostas ou apresentadas, situações em que pode concordar ou discordar, transformando discursos provenientes de outros lugares em novos enunciados, em que ele pode buscar respostas às suas próprias perguntas.

O VIÉS PECHUTIANO

Usaremos o mesmo *corpus* nesse segundo momento. Desenvolveremos a análise separando o *corpus* em duas sequências discursivas (doravante, SD). A SD1: *e assim foi o descobrimento do*

Brasil! e a SD2: *como assim?!/e a versão dos índios?!* É possível perceber que há dois sujeitos que estão em duas FDs diferentes: o professor (a) que apresenta uma versão da história, a oficial para o “descobrimento”, e Armandinho que diz *como assim?!/e a versão dos índios?!*

Todo dizer silencia outro (ORLANDI, 2007), ou seja, toda vez que um sujeito enuncia de uma determinada posição sujeito, ele fala de algum lugar, o lugar que ocupa o professor é o lugar de professor-cientista. Existe aí uma relação de apagamento de outras versões e isso é feito pelo professor, como podemos ver nas palavras de Orlandi (2011, p. 21):

O professor apropria-se do cientista e se confunde com ele sem que se explicita sua voz de mediador. Há aí um apagamento, isto é, apaga-se o modo pelo qual o professor apropria-se do conhecimento do cientista, tornando-se ele próprio possuidor daquele conhecimento.

A autoridade exercida pelo professor sobre Armandinho tem por objetivo transmitir a versão da ideologia dominante por um aparelho ideológico de estado (AIE), a escola. O discurso do professor reforça o discurso colonizador da “descoberta”, dito oficial, que, por circular na academia, ganha o *status* de verdade, já que a “fala do professor informa, e, logo, tem interesse e utilidade. O professor diz o que é, logo sabe, o que autoriza o aluno, a partir de seu contato com o professor, a dizer que sabe, isto é, ele aprendeu”. (ORLANDI, 2011, p. 21)

Mesmo estando em uma relação hierárquica abaixo do professor, Armandinho questiona-o, quando pergunta *como assim?! e a versão dos índios?!* Nesta SD, Armandinho demonstra que enuncia de outra FD, não a do professor, mas a de um discurso silenciado que é o discurso da “posse” das terras do Novo mundo pelos índios que habitavam as Américas antes de qualquer exploração por parte de algum país europeu. A memória discursiva que é regatada por Armandinho é diferente da que o professor aborda; as duas remontam ao período Colonial, mas diferem em relação à FD.

A FD dominante, que é a versão do descobrimento, apaga e silencia as versões que sejam contrárias ao seu discurso. Armandinho enuncia não levando em consideração a dominância do povo europeu que “descobriu” o Brasil, mas dos índios que não foram “descobertos” e sim violentados durante séculos de exploração, sofrendo com

trabalhos forçados, sendo expostos a doenças que eram desconhecidas até o contato com os europeus.

A ideologia que perpassa o discurso de cada um é diferente, devido aos atravessamentos ideológicos por que cada sujeito passou. Não há dúvida que outros sujeitos se filiam ao discurso do “descobrimento”, inclusive o próprio Armandinho, mas, como vimos na seção anterior, o assujeitamento é um ritual com falhas, ou seja, assim como o sujeito pode se filiar, ele pode se desfilar de alguma FD. Armandinho, aqui, ao enunciar contrariamente à fala do professor, resiste ao discurso que lhe é imposto, o que faz com que ele se contraidentifique; é o momento em que o sujeito, embora filiado a uma FD, questione o discurso apresentado, podendo se filiar a outra FD que o interpele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que é impossível condensar em poucas páginas uma questão crucial nas duas teorias do discurso, a saber, o sujeito. Nossa intenção foi a de demonstrar de maneira bem simples os aspectos mais importantes das duas teorias, mostrando suas variações bem como suas particularidades. Sabemos que há mais a ser explorado, mas, com o que foi apresentado, conseguimos mostrar o funcionamento de ambas as teorias em um corpus discursivo.

O sujeito na perspectiva bakhtiniana, como na pecheutiana, é ideológico, mas, na visão do teórico russo, ele, além de ser atravessado ideologicamente, é responsivo e ativo e sempre expressa uma determinada posição axiológica em seus enunciados, uma vez que estes são sempre sociais. A atividade mental dos sujeitos é social, uma vez que é permeada por discursos com os quais interagem socialmente. Este aspecto da interação verbal é fator importante, uma vez que justifica por que até a consciência do sujeito é social e não neutra.

Já, em Pêcheux, o sujeito é, como dissemos, assujeitado e seus dizeres são regulados pela FD que o domina, o que faz com que ele, por meio do interdiscurso e da memória discursiva, enuncie a partir de conjunto de dizeres possíveis suas “ideias” por meio de um efeito de consciência. Suas “vontades”, “atos” e enunciados são regulados pelo inconsciente, acessando o interdiscurso pelos esquecimentos nº 2 e nº

1, que são, como vimos, da ordem da enunciação e da ordem ideológica.

Finalizamos este artigo não esboçando uma preferência por nenhuma das teorias apresentadas, pois ambas têm seus alcances e aplicações. Não se pode determinar cientificamente um território infinito de uso de cada uma delas, mas, como pesquisadores, somos aferrados pela história e pelo social, assim e nos filiamos a cadeias de sentido diferentes, podendo “escolher” uma ou outra teoria, o que faz com que não se possa apontar uma melhor ou pior; tudo depende do corpus de pesquisa e dos objetivos que queremos alcançar.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. 257 p.
ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, v. 2, 1985.

BAKHTIN, M./VOLOSHINOV, V. Nikolaevic. **O Freudismo** (1927) (trad. Paulo Bezerra). São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad.: Michel Lahud & Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2010 [1929-1930].

_____. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 4.ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1992.

_____. **Para uma filosofia do ato Responsável**. Trad.: Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Pedro & João editores, 2012 [1920-1924]

_____. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Trad.: Paulo Bezerra.

_____. **Teoria do Romance I: a estilística**. Trad.: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015 [1934-1936]

INDURSKY, F. **A memória na cena do discurso**. Memória e história na/da análise do discurso. Campinas: Mercado de Letras, p. 67-89, 2011.

FREITAS, M. T. A. Identidade e alteridade em Bakhtin. In: PAULA, L. de; STAFFUZA, G. (Org.). **Círculo de Bakhtin: pensamento interacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.v. 3, p.183-199.

FUCHS, C.; PÊCHEUX, M. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). GADET, F.; HAK, T. **Por uma**

- análise automática do discurso.** 4.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.
- GERALDI, J. W. Alteridades: espaços e tempos de instabilidades. In: L. Negri e R. P. de Oliveira (Orgs.) **Sentido e significação em torno da obra de Rodolfo Ilari.** São Paulo, SP: Contexto, 2004.
- LACAN, J. **O seminário: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise.** (1964). Rio de Janeiro: J. 1998.
- ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso.** Campinas: Pontes, 1987.
- _____. **As formas do silêncio.** Unicamp, Campinas, Brasil, 2007.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Trad. E. P. Orlandi. 4.ed. Campinas, São Paulo: Ed. da UNICAMP, 2009 [1975].
- VOLOCHINOV, V. N. **Discurso na vida e discurso na arte.** In: A construção da enunciação e outros ensaios. Trad.: João Wanderley Geraldi. São Paulo: Pedro & João editores, 2013 [1926].

NEGAÇÃO E RESISTÊNCIA: #EleNão

CATTELAN, João Carlos

INTRODUÇÃO

A Análise de Discurso de linha francesa (doravante, AD) defende que a subjetivação (transformação do indivíduo em sujeito) acontece pela *interpelação*, que redundaria na constituição de uma subjetividade não-subjetiva. Como Noam Chomsky, considerando o ponto de vista sintático, defende a não-subjetividade, já que as estruturas profundas comandariam a produção das estruturas superficiais, do ponto de vista discursivo, o sujeito seria determinado por princípios ideológicos que o reduziriam a um autômato, repetidor mecânico de visadas axiológicas, e à não-percepção dos fios de leitura que professa. Às vezes, de forma apressada, o sujeito acaba sendo tido como assujeitado: mero porta-voz de um ponto de vista.

A primeira observação sobre esta assunção é que ela parece se pautar na inobservância dos tipos/gêneros discursivos, assumindo que a transformação do indivíduo em sujeito se faz por meio de um discurso ditatorial com tenazes que não podem ser rompidas e o colocam numa engrenagem de (re)produção de paráfrases. Sem negar que a interpelação convoque para determinadas miradas, seria adequado assumir que discursos de natureza distintas produzem acordos diferentes: mais assujeitamento nesse, menos naquele; uma doutrina esclerosada de um lado, uma obra aberta de outro.

A segunda se refere ao fato de que Michel Pêcheux nunca deixou de se digladiar com a teorização da interpelação submetida a falhas e colocada sob o risco de ter os seus ditames esfacelados. Seja pela noção de contraidentificação (que ele próprio negou), ou por considerar a língua como um sistema de regras sujeito a falhas, ou por defender que o ritual está sujeito a equívocos, a defesa do assujeitamento sempre ladeou a busca da teorização da surpresa, do chiste e da negação, dentre outras cesuras que produzem o imprevisível/aleatório.

Trata-se, pois, de conceber a interpelação como submetida a um gradiente de cooptação e de buscar, assim como pretendia Michel Pêcheux, investigar os interstícios que imiscuem na normalidade do enunciado o espanto em face do que deveria vir e foi substituído pelo inesperado. Se a interpelação é o princípio de funcionamento dos discursos, a quebra do ritual e o aparecimento da resistência, mesmo movidos por um outro chamamento, esburacam a memória e estilhaçam o acontecimento; é porque a interpelação existe que a falha pode se dar espessura e apontar para a polêmica, derrisória e positiva que indicia outro (ac)ordo. Dito de outro modo, a interpelação e a resistência fazem parte do mesmo processo e a segunda logra, muitas vezes, provocar fraturas duradouras na primeira: se não fosse assim, o desenvolvimento de processos históricos não aconteceria.

Objetivo, com este estudo, refletir sobre uma das formas de fazer frente ao instituído/estatuído interpelativo: a *negação*. Se ela pode representar a timidez e a passividade, pelo prazer da manutenção de certos benefícios, significa também a audácia da contradição que busca a superação do irrealizado. A negação se faz sobre o pressuposto da afirmação precedente, assim como esta se justifica tendo como horizonte a negação proferida. Só se diz ‘não’ para negar o ‘sim’ e só se diz ‘sim’ para negar o ‘não’. ‘Sim’ e ‘não’ nunca são absolutos, mas sim a contraparte contraditória e polêmica do Outro/Sujeito. Alerto que me dedico aqui à negação de resistência positiva, que busca o irrealizado, e não aquela que é movida pelo conformismo e pela passividade estagnadora.

Tomo como corpus de dados fragmentos do romance **O Crime do Padre Amaro**, de Eça de Queirós, e a manifestação **#Ele Não**, que levou mulheres às ruas em 29 de setembro de 2018 contra Jair Bolsonaro, por declarações sexistas. Como *background* teórico, busco amparos, sobretudo, em Michel Pêcheux (1995), Marilena Chauí (1996), Eni Puccinelli Orlandi (2011), Dominique Maingueneau (1989-2005) e Oswald Ducrot (1987). Busco demonstrar, sobremaneira, o poder construtivo/destrutivo da negação discursiva.

SOBRE A RESISTÊNCIA E A CULTURA POPULAR

Conforme os pleitos de Pêcheux (1969) e de Chauí (1996), conformismo e passividade e resistência e polêmica constituem uma

relação dialética e são um a contraparte do outro. Se existe uma tentativa de massificação e de padronização, por um lado, há, por outro, a atividade constante e ininterrupta de contradição e de confronto. Se por conta de alguma preponderância o pêndulo parece incidir sobre um polo do sentido e ser aliado da repetição, não é possível concluir que não haja espaço para lances de desconcerto e de falha/quebra do ritual.

Para Pêcheux (**apud** ORLANDI, 2011, p. 115 - grifos do autor):

As proposições de Althusser (...) formam uma ajuda valiosa nessa direção, se forem interpretadas de tal forma que os processos de reprodução ideológicos *também* sejam abordados como local de *resistência múltipla*. Um local no qual surge o imprevisível contínuo, porque cada ritual ideológico continuamente se depara com rejeições e atos falhos de todos os tipos, que interrompem a perpetuação das reproduções.

O excerto permite perceber a defesa de que a resistência vai de encontro à injunção por meio da polêmica, não constituindo, porém, um corpo acabado de crenças, que funcionaria aos moldes de uma doutrina, ou de uma disciplina, ou de uma teoria. Ela não acontece em paralelo, como se fosse uma ideologia acabada contra outra: corpo pleno contra outro corpo pleno. Ela acontece mais conforme a modalidade do combate tático contrapontos nevrálgicos erigidos como cernes de uma ideologia dominante, de uma mentalidade hegemônica, de um conjunto de valores cristalizados. A resistência se faz por meio de ataques pontuais contra este ou aquele princípio da couraça, que busca inibir a revisão dos ditames.

A reprodução ideológica, com tudo o que acarreta, por mais instituições, aparelhos, estratégias e maquinarias de que disponha, não é imune às investidas que produzem rupturas, obrigando-a a revisões, ainda que, em geral, elas sejam superficiais e forcem a concessão de parte para que o todo permaneça inteiro. Mas a resistência é da ordem do discurso e, frente às coerções, ela se corporifica em lances táticos que provocam fissuras e brechas nas leituras instituídas.

Um exemplo permite didatizar a reflexão. Uma docente, ministrando aula de Linguística Textual e trabalhando sobre Coesão Textual, ao citar um enunciado e destacar o recurso de remissão entre

as partes, disse: “Este pronome é um dos recursos de coesão sexual”, momento em que a turma riu e deixou a professora desconcertada, por não saber o motivo da graça. Conscientizada do que disse, ficou encabulada e não acreditou que proferiu o que os alunos afirmavam. Tido como erro ou descuido, este tipo de fenômeno revela compromissos e interesses que transcendem o ritual e esburaca o que a moral asséptica do pensamento e da primazia do trabalho impõe como desejável. Frente a um princípio ideológico entrelaçado com outros que buscam garantir que a estrutura global se mantenha em sua inteireza, falhas como essa, se ouvidas com a atenção que merecem, podem ocasionar fissuras na armadura que busca açambarcar os sujeitos e direcionar o que devem pensar e fazer.

Conforme Chauí (1996), “Isto significa que (...) *não tentaremos abordar a Cultura Popular como uma outra cultura ao lado (ou no fundo) da cultura dominante, mas como algo que se efetua por dentro dessa mesma cultura, ainda que para resistir a ela*” (p. 24 - grifos da autora) e

não trataremos a Cultura Popular pelo prisma de uma totalidade que se põe como antagônica à totalidade dominante, mas como um conjunto disperso de práticas, representações formas de consciência que possuem lógica própria, distinguindo-se da cultura dominante exatamente por essa lógica de práticas, representações e formas de consciência (p. 25 - grifos da autora).

A confluência entre Pêcheux e Chauí para a qual eu gostaria de chamar a atenção incide sobre o fato de que, se, por um lado, existe uma ideologia ou uma cultura dominante, estruturada como um conjunto de princípios que se reforçam e constituem uma armadura, por outro, erigem-se ataques pontuais contra pontos específicos que a minam e a fazem se movimentar, provocando fissuras, mesmo que esse fenômeno se revele por meio de manifestações insignificantes e até irrisórias de início, mas que podem acabar constituindo outros “acontecimentos” discursivos. Aqui, em especial, trabalho a negação como forma de resistência.

SOBRE A POLÊMICA

Entendendo que o funcionamento discursivo objetiva o assujeitamento dos indivíduos por meio da interpelação (esta é a

finalidade da pregação religiosa, das campanhas publicitárias, dos processos nos tribunais, da perseguição política), há que se reconhecer também, que, contra a injunção, lances de insubmissão e de discordância fazem frente ao indesejável, ao incômodo e ao irrealizado. Neste sentido, as estratégias de resistência são variadas e multiformes, porém todas têm como base geral de sustentação a derrisão, a discordância e a polêmica.

De acordo com Maingueneau (2005, p. 123),

o Mesmo não polemiza a não ser com aquilo que se separou à força para constituir-se, e cuja exclusão reitera, explicitamente ou não, através de cada um de seus enunciados. O Outro representa esse duplo cuja existência afeta o narcisismo do discurso, ao mesmo tempo em que lhe permite aceder à existência.

A resistência, portanto, está atrelada à vontade de separação, de exclusão, de negação e de realização do irrealizado. A relação polêmica, que é conflituosa e demeritória, por seu turno, sustenta-se na crença de estar de posse da verdade (mesmo que seja, no mais das vezes, efeito de um sujeito desejante), enquanto o outro é tido como quem está postado numa mirada equivocada. Eis duas formas de combate à interpelação e ao discurso monocórdio: a polêmica como confronto e a resistência como vontade de desejo a ser realizado.

A polêmica, como princípio de funcionamento de que se nutre a resistência por meio da negação, liga-se ao que Maingueneau (2005, p.37 - grifo do autor) conceitua como “*espaço discursivo*, isto é, subconjuntos de formações discursivos que o analista julga relevante para o seu propósito colocar em relação”. Em outros termos: no jogo em que a negação se faz, contrapondo-se a uma afirmação (ou vice-versa), o discurso possui uma face positiva (que nega seriamente) e uma negativa (que afirma oficiosamente): jogo paradoxal que faz da negação uma afirmação e da afirmação uma negação. No caso da polêmica por meio do uso da negação, a negativa rejeita, afirmando que a verdade/o irrealizado/o desejo está do outro lado daquele que se contrapõe a ela por meio da afirmação.

Ainda de acordo com Maingueneau (2005, p.113), “A polêmica aparece exatamente como uma espécie de homeopatia pervertida: ela introduz o Outro em seu recinto para melhor conjurar sua ameaça, mas esse Outro só entra anulado enquanto tal, simulacro”. Neste diapasão,

a polêmica não acontece como discurso monocórdio, uníssono e autônomo, nem a resistência se faz que não seja contra o outro, do qual é preciso se separar. A polêmica é sempre interdiscursiva, sendo o caso em que um discurso digladiava com o Outro, devendo discordar dos seus posicionamentos, bem como a resistência é movida pela contradição frente a um determinado ditame ou desejo. É sob esta perspectiva que este estudo se acha alocado, compreendendo a negação como constituída por uma natureza polêmica e como sendo submetida a um princípio de resistência.

SOBRE A NEGAÇÃO

Os estudiosos da linguagem partilham um mesmo primado geral sobre a negação, entendendo que, “em um enunciado negativo, (há) duas proposições, a saber, uma proposição primeira e uma outra que a nega (e que) o recurso à distinção locutor/enunciador permite ajustá-la e integrá-la a um quadro mais geral” (MAINGUENEAU, 1989, p. 80). A negação seria, desse modo, a contraposição entre dois pontos de vista, sendo que um deles considera determinada afirmação como aceitável, enquanto o outro a refuta polemicamente.

Para Ducrot (1987, p. 123), “a enunciação da maior parte dos enunciados negativos é analisável como encenação do choque entre duas atitudes antagônicas, atribuídas a dois ‘enunciadores’ diferentes: o primeiro personagem assume o ponto de vista rejeitado e o segundo, a rejeição deste ponto de vista”. Em “não concordo com a tua opção política”, as próprias marcas do enunciado, distribuídas entre um “eu” (concordo) e um “você” (tua), mostram que o não põe em confronto dois discursos, sendo um deles assimilável à determinada escolha política, cuja posição é refutada por uma visada diferente. É neste sentido que o autor citado trata a negação como um evento polifônico, dado que por meio dela se desvelam duas vozes, neste caso, antagônicas e dissonantes.

Na esteira de Ducrot (1987), os estudiosos da linguagem defendem que há três modos de negação: a *metalinguística*, que contradiz palavras materializadas no intradiscurso; a *descritiva*, que representa um conflito entre o que poderia ser o caso, mas cuja descrição objetiva não pode ser confirmada; e a *polêmica*, que se refere à rejeição frontal de um ponto de vista. De acordo com tais

apontamentos, haveria entre as três negações um denominador comum: o fato de serem movidas pela rebeldia frente ao que se deveriam curvar e um ponto de desencontro: o fato de serem realizadas sobre ingredientes distintos do intradiscurso.

Para o caso da negação *metalinguística*, valho-me de um post que circulou no *facebook* depois do pronunciamento do general Mourão sobre o bolsa-família: “Vadiagem não é bolsa família; é filha de militar receber pensão mentindo ser solteira”, em que o exemplo de vadiagem utilizado é rechaçado, passando a, por meio de uma retificação, ter uma outra forma de ilustração. O exemplo poderia ser enquadrado no caso da negação polêmica e talvez seja apenas uma questão de preponderância. Para a negação *descritiva*, valho-me do enunciado de Boulos (candidato do PSOL) que afirmou: “Eu ando com sem-teto, ando com sem-terra, só não ando com sem-vergonha”. Aqui, a negação não parece ser atrelada a um enunciado afirmativo anterior, mas se abrir para um futuro que poderá engendrar a polêmica e a troca de acusações. O efeito gerado parece ser apenas descrever um conjunto de eventos. Sobre a negação *polêmica*, utilizo outro post de redes sociais, que, contrapondo-se ao candidato do PSL, dizia: “Cristão não vota em torturador: #EleNão”, cujo efeito de sentido acentua um descompasso entre a suposta opção religiosa de eleitores e o discurso do candidato em questão. Cabe ressaltar que os estudiosos assumem que os tipos de negação se imbricam e a resolução da celeuma se dá em torno da assunção de predominância.

Quero enfatizar o que me parece ser o funcionamento geral comum da negação, quando vislumbrada a partir do ponto de vista discursivo, o que significa trazer à luz, conforme Michel Pêcheux, os protagonistas do discurso. Por mais que ela possua nuances estruturais diferentes, aplicando-se a um sintagma, a uma proposição ou a uma pressuposição, o fio interdiscursivo que a constitui faz dois discursos colidirem. Por detrás dos seus efeitos de construção, ela é sempre polêmica, porque coloca dois discursos de um espaço discursivo em confronto, criando entre eles uma relação derrisória e refutativa. Discursivamente, a negação é sempre polêmica, apesar de se revestir de traços estruturais distintos.

A NEGAÇÃO EM EÇA DE QUEIRÓS

Neste estudo, objetivo efetuar reflexões sobre a *negação*, vendo-a como uma modalidade de resistência que funciona no diapasão da derrisão, da recusa, da rejeição e da contradição. Para a sustentação desse postulado, utilizo alguns recortes retirados de **O crime do padre Amaro**, do romancista português Eça de Queirós, que transita, polifonicamente, entre um discurso amigável, empático e receptivo e um outro que teria como sustentação a punição, a criação do medo, o terror do pecado, a crueldade e a desumanidade.

Na obra, Eça de Queirós, por meio de uma relação bidirecional entre duas formas de viver a religiosidade, lança luzes sobre o que seria a igreja tradicional e propõe outra mirada sobre a doutrina cristã. Conforme se avança no romance, o leitor é posto frente a um clero devasso, oportunista, guloso, hipócrita e covarde, responsável por fazer as pessoas temerem até pensamentos, pois Deus seria um tirano perverso. Frente ao terror do pecado, os fiéis reprimem os desejos, fazem jejuns exagerados e repetem orações intermináveis.

Tendo como polos antagonísticos o padre Amaro e o cônego Dias, situados na extremidade que tipifica o clero com traços desumanos, e o abade Ferrão, portador de outro ponto de vista sobre a religião cristã, o romancista movimentava seus personagens e põe frente à frente duas maneiras de conceber a Deus e aos homens. De um lado, um posicionamento punitivo e atemorizador; do outro, uma mirada empática, compreensiva e humanizadora. E a negação contribui para que, por meio do abade Ferrão, Eça de Queirós construa outro horizonte valorativo.

Amaro, com a morte do pároco da Sé, assume a abadia de Leiria, com a boa intenção de conduzir as almas a Deus. O cônego Dias, amante de Joaneira, mãe de Amélia, protagonista que vive um caso de amor libidinoso e inseguro com Amaro, organiza para que o novo vigário se hospede na casa da senhora, na qual é hóspede à mesa e à sesta. Amaro compõe o quarteto, pois Amélia se torna sua amante e engravida, morrendo com o filho, ao final da obra.

Interpondo-se na relação dramática que Amélia vive com Amaro, surge o abade Ferrão, que apazigua o espírito da moça, que se atormenta por se julgar pecadora e padece tormentos considerando as punições que podem vir de Deus. Desde a chegada à Leiria, Ferrão

tomou consciência, por meio da observação do cônego Dias, das beatas carpideiras e da relação de Amélia e Amaro, de como tudo se desenrolava na paróquia. Apercebia-se que, no grupo que ao seu redor, havia pessoas falsas e hipócritas e se dava conta que, no fundo, eram reprimidas pelo discurso castrador a que eram submetidas. Não aceitava o clima de terror sobre os fiéis, que temiam o pecado, mas eram irresolutos. Contra a parca força de vontade, era erguido um Deus tirano, ameaçador e brutal.

No romance, há várias passagens em que o autor do romance se imiscui na consciência dos seus personagens e que permitem mostrar que a negação possui um caráter derrisório, sendo uma modalidade de resistência frente a um discurso constituído por uma mirada valorativa dissonante. Neste caso, contra um discurso instituído, os posicionamentos de Ferrão minam as crenças em que os fiéis e Amélia estão imersos. No caso dela, há pesadelos e alucinações frente aos sofrimentos que o futuro parece lhe reservar, que ocorrem ao final. Valendo-se de Ferrão, o autor, durante uma confissão de Dona Josefa, assumindo-se como narrador e utilizando os discursos indireto e indireto livre, escreve:

Quis então levar àquele noturno cérebro de devota, povoado de fantasmagorias, uma luz mais alta e mais larga. Disse-lhe que todas as suas inquietações vinham da imaginação torturada pelo terror de ofender a Deus... Que o Senhor não era um amo feroz e furioso, mas um pai indulgente e amigo... Que é por amor que é necessário servi-lo, não por medo... Que todos esses escrúpulos, Nossa Senhora a enterrar alfinetes, o nome de Deus a cair no estômago, eram perturbações da razão doente. Aconselhou-lhe confiança em Deus, bom regime para ganhar forças. Que não se cansasse em orações exageradas (QUEIRÓS, 2000, p. 295).

Como numa peça de teatro, Eça de Queirós cria o efeito de que sabe o que se passa na consciência do abade e simula saber as palavras proferidas por ele, transmutando-as em palavras suas. Por meio da confissão, é possível defender que o romancista constitui um intradiscurso que se sustenta sobre dois polos: um deles situado ao lado do que seria o discurso católico tradicional, valorado de forma derrisória, e o de Ferrão, colocado sob uma rubrica positiva em relação à religiosidade mais humana e mais empática. Se “noturno cérebro”,

“povoado de fantasmagorias”, “imaginação torturada pelo terror”, “amo feroz e furioso”, “servi-lo por medo”, “perturbações da razão doente” e “orações exageradas” ocasionam a desconstrução do clero tradicional, ameaçador e punitivo, do outro, “luz mais alta e larga”, “é por amor que é necessário servi-lo” e “pai indulgente e amigo” criam a humanização da religiosidade. O excerto permite entrever a depreciação de um modo de religião e o elogio do oposto. A linearização intradiscursiva utilizada para qualificar os discursos contrapostos interdiscursiva e polemicamente conduz à rejeição do discurso assustador e à aceitação do indulgente e compreensivo.

Apesar de a entonação depreciativa do discurso Outro dever ser percebida em cada um dos termos/sintagmas/enunciados, pois o romance é constituído em torno desse vai-e-vem rejeição/aceitação, há três enunciados negativos de que me valho: “Que o Senhor não era um amo feroz e furioso, mas um pai indulgente e amigo”, “Que é por amor que é necessário servi-lo, não por medo” e “Que não se cansasse em orações exageradas”. Para que o enunciador 2 (E_2 =Ferrão) seja compreendido sobre as razões que o levam a produzi-los, há que se considerar um enunciador 1 (E_1 =Clero Tradicional) que produz as afirmações convertidas negativas, além de, nos dois primeiros casos, serem retificadas. Em todas elas, a negação é polêmica e contrapõe duas concepções de viver a religiosidade.

No primeiro caso, E_2 produz o efeito de existência objetiva de um discurso que considera o “Senhor ... um amo feroz e furioso” (E_1), recusa-o por meio da negação polêmica e afirma que Deus não pode ser caracterizado dessa forma, valendo-se da retificação introduzida pelo conectivo contrajuntivo (*mas*). Há um redobro, portanto, da rejeição, que se faz por meio da negação dita (*não*) e da correção metalinguística (*mas*), que rejeita os termos ‘feroz’ e ‘furioso’ e os substitui por ‘indulgente’ e ‘amigo’.

No segundo enunciado, E_2 volta a criar um efeito de objetividade calcado na pressuposição da evidência do discurso de E_1 que considera que o Senhor “deve ser servido por medo”, rejeita-o e afirma que “é por amor que é necessário servi-lo”. O enunciado afirmativo antecedente é rechaçado, o que é confirmado pela negação que vem a seguir, confirmando que a primeira parte do intradiscorso prepara o terreno para a rejeição polêmica presente em “não por medo”.

Por fim, no terceiro enunciado, E₂ reitera o efeito de concretude histórica do discurso de E₁, que se pauta na defesa de um Deus punitivo que só se satisfaz com “orações exageradas”. Outra vez, por meio da oposição refutativa, E₁ produz outra imagem da divindade, recomendando que Dona Josefa “não se cansasse em orações exageradas”, o que permite pressupor a existência de um Outro que se ancora sobre a defesa de orações infindas para que Deus seja saciado.

Os três enunciados colocam, de um lado, a defesa de que o Senhor é um “amo feroz e furioso”, de que ele “deve ser servido por medo” e de que deve ser reverenciado com “orações exageradas” e, de outro, estes preceitos são negados, afirmando que ele é “um pai indulgente e amigo”, que ele “deve ser servido por amor” e que ele não exige “orações exageradas”. Se E₁ sustenta a manutenção, a cristalização e o conformismo, E₂ assume a mudança, a ruptura e a resistência, sendo que a negação desempenha um papel crucial para a corrosão de E₁.

O segundo recorte de que me valho para demonstrar a força corrosiva da negação frente ao discurso religioso estatuído remete a uma das meditações de Amélia após se confessar. Como acontece com Ferrão, Eça a torna de porta-voz de E₂ (em confronto com o clero tradicional), ao qual se filia, e se imiscui no fluxo de consciência da moça para, por meio do discurso indireto livre, revelar o que se passa com a moça, que era atormentada pela aflição de ser pecaminosa, levando uma existência dramática frente ao futuro que lhe era desenhado. Eis:

Ah, fora decerto Nossa Senhora, compadecida enfim dos seus tormentos, que lhe mandara do Céu aquela inspiração de se ir entregar toda dorida aos cuidados do abade Ferrão! Parecia-lhe que deixara lá, no seu confessionário azul-ferrete, todas as amarguras, os terrores, a negra farrapagem de remorso que lhe abafava a alma. A cada uma das suas consolações tão persuasivas sentira desaparecer o negrume que lhe tapava o Céu; agora via tudo azul; e quando rezava, já Nossa Senhora não desviava o rosto indignado. É que era tão diferente aquela maneira de confessar do abade! Os seus modos não eram os do representante rígido dum Deus carrancudo; havia nele alguma coisa de feminino e de maternal que passava na alma como uma carícia; em lugar de lhe erguer diante dos olhos o sinistro cenário das chamas do Inferno, mostrava-lhe um vasto Céu misericordioso com as portas largamente abertas e os

caminhos multiplicados que lá conduzem, tão fáceis e tão doces de trilhar que só a obstinação dos rebeldes se recusa a tentá-los (QUEIRÓS, 2000, p. 311-312).

Ouve-se em cada palavra de Amélia um acento valorativo situado entre dois polos contraditórios, movidos por formas irreconciliáveis de conceber a Deus e aos fiéis. Cada um se constitui em torno de termos, de um lado, demeritórios e, de outro, carregados de efeitos de sentido positivos. Contra E_1 , como produtor de *tormentos*, *amarguras*, *terrores*, *remorso* e *negrume*, além de ser *sinistro* e levar a pessoas a ficarem *doridas*, o discurso de E_2 é diferente por ser *feminino*, *maternal* e *misericordioso* e funciona por meio de *consolações* que apontam *portas abertas* e caminhos *fáceis* e *doces*. Aqui, estariam a benevolência e a compaixão e, lá, a desumanidade e a criação do terror. Em cada polo, acha-se um Deus diferente, uma religiosidade distinta e a salvação mais perto ou mais distante.

Por meio de duas matrizes antagônicas, o autor, valendo-se de porta-vozes (seja os que fundam o polo positivo ou o polo negativo da dualidade), organiza dois campos discursivos, logrando, no limite, levar o leitor à simpatia com um e à antipatia com outro. É preciso frisar que o romance não tem um posicionamento que seria original e surgiria como discurso novo. Eça de Queirós é, como os seus personagens, porta-voz de um tempo em que a maneira já esclerosada da prática discursivo-religiosa tradicional caía em descrença, o que não invalida o embate que ele propicia por meio da encenação dramática que constrói.

No excerto transcrito, há dois enunciados canonicamente negativos e que contrapõem as duas modalidades de religião contrapostas: “e quando rezava, já Nossa Senhora não desviava o rosto indignado” e “Os seus modos não eram os do representante rígido dum Deus carrancudo”. No primeiro, se, dados os terrores que desenvolveu por causa das pregações religiosas, Amélia tinha a impressão de que Nossa Senhora, indignada, virava o rosto ao vê-la, sendo a “alucinação” provocada pelo discurso de E_1 , não tinha mais essa impressão e encontrava um rosto carinhoso que a contemplava de modo carinhoso e indulgente, o que teria sido alcançado, de acordo com ela, por meio do amparo do abade Ferrão, que lhe havia mostrado *portas abertas* e caminhos *fáceis* e *doces*.

No segundo, a apreciação de Ferrão como não sendo *um representante rígido* e de Deus como não sendo *carrancudo* revela o embate de dois discursos, estando do lado de E₁ a rigidez e o semblante carregado (que produzem o efeito de um discurso amedrontador e terrível) e de E₂ a feminilidade, a maternidade, o carinho e a misericórdia. Se Ferrão não representa uma parcela do clero daquele momento, é porque, à guisa de conhecimento partilhado, o outro clero, pautado na criação do medo e da culpa, existia e era qualificado demeritoriamente pelos diversos porta-vozes do romance: Amélia/Ferrão/Queirós.

Seria preciso considerar os casos de negação que não se fazem por meio de partilhas naturalmente negativas, como “A cada uma de suas consolações tão persuasivas sentira desaparecer o negrume que lhe tapava o Céu” e “em lugar de lhe erguer diante dos olhos o sinistro cenário das chamas do Inferno”, em que *desaparecer* faz conflitar o que existia e foi suprimido e *em lugar de* que mostra um direcionamento da pregação religiosa que se faz sobre outros alicerces. Para ir direto ao ponto, elas não se comportam de modo crucialmente distinto.

Recorro a um último recorte, atendendo ao objetivo de demonstrar que a negação, discursivamente, possui um funcionamento demeritório, colocando-se, pendularmente, ao lado da polêmica, da contradição e do embate. Nela, nada há que não seja um outro/Outro que deve ser rejeitado, por ser portador de uma voz “insustentável. A negação sempre tem um E₁ e um E₂ que se confrontam e são porta-vozes de miradas valorativas conflitantes. Eis o recorte:

Não tentava arrancá-la bruscamente à realidade humana; ele não a queria para freira; só desejava que aquela força amante que sentia nela servisse à alegria dum esposo e à útil harmonia duma família, e não se gastasse erradamente em concubinagens casuais... No fundo o bom Ferrão preferiria decerto na sua alma de sacerdote que a rapariga se separasse absolutamente de todos os interesses egoístas do amor individual, e se desse, como irmã de caridade, como enfermeira dum recolhimento, ao amor mais largo de toda a humanidade. Mas a pobre Ameliazita tinha a carne muito bonita e muito fraca; não seria prudente assustá-la com sacrifícios tão altos; era toda mulher - toda mulher devia ficar; limitar-lhe a ação era estragar-lhe a utilidade. Cristo não lhe bastava

com os seus membros ideais pregados na cruz: era-lhe necessário um homem como todos, de bigode e chapéu alto. Paciência! Que ao menos ele fosse um esposo sob a legitimação sacramental (QUEIRÓS, 2000, p. 315).

O excerto foi retirado de um momento em que o narrador penetra no fluxo de consciência do abade e, outorgando-se a onisciência em discurso indireto e indireto livre, revela o que se passa no mundo interior do religioso, explicitando o que, supostamente, ocorre no monólogo introspectivo de Ferrão. Ao contrário das outras sequências utilizadas, a contraposição se faz entre dois discursos que observam o comportamento humano e, pautando-se na sua forma de conceber o mundo, agem em relação a ele: de um lado, a natureza humana é pecaminosa e deve ser constrangida por meio de penitências, sacrifícios e renúncias; de outro, por ela ser irresoluta e pouco persistente, a saída é atender os seus desejos e anseios, sem que isso a torne merecedora de sanções negativas.

A percepção do abade Ferrão sobre a condição de mulher de Amélia chega ao leitor por meio de *realidade humana, tinha a carne muito bonita e muito fraca e era toda mulher*, ao mesmo tempo que ocorrem hipóteses sobre humanizar a sua condição por meio de expressões como *alegria dum esposo, harmonia duma família, era-lhe necessário um homem como todos, um esposo e legitimação sacramental*. Nestes fragmentos, mescla-se a constituição carnal da protagonista com as saídas tidas como menos desumanas, para que, sendo Amélia respeitada na natureza instintiva, lasciva e sensual, não caia no opróbrio das *concubinagens casuais* e seja submetida ao escárnio público. Contra o ponto de vista tradicional, pronto a censurar, recriminar e culpabilizar as fraquezas humanas, em Ferrão, há um grau de clareza sobre a natureza do ser humano e sobre o que é necessário fazer para refreá-la, sem cair na reprovação, na coerção, no constrangimento ou na criação do medo e do terror.

No que tange às negações presentes no excerto, todas elas revelam o seu caráter de confronto polêmico, neste caso, entre uma visada punitiva e uma outra compreensiva sobre a condição humana: a) “Não tentava arrancá-la bruscamente à realidade humana”: para Ferrão, trata-se de compreender a realidade humana e conduzi-la de forma a não se tornar imoral e indigna, sendo respeitada, porém, na sua forma de ser; no caso de Amaro, é o contrário, pois a natureza é

explorada em proveito próprio, forçando a lascívia e a sensualidade para a realização do seu prazer egocêntrico; b) “ele não a queria para freira”: sabedor da condição sensual de Amélia, o abade respeitava-a em sua natureza, canalizando os esforços para escolhas ao sabor da doxa dominante e evitando que caísse na maledicência. O pároco, ao contrário, valia-se da situação da protagonista para dar vazão aos seus desejos e lascívia; c) “não se gastasse erradamente em concubinagens casuais”: enquanto Ferrão exortava Amélia com conselhos para que deixasse a vida que a tornava infeliz, Amaro usava a moça, realizando os desejos eróticos próprios em detrimento dos incômodos que ela pudesse ter; d) “não seria prudente assustá-la com sacrifícios tão altos”: recusando a própria, tentando fazer Amélia tornar-se freira, o abade buscava um caminho que fosse salutar para ela, que a respeitasse em seu caráter e não a obrigasse a perseguir objetivos acima das suas forças, enquanto Amaro punha ao seu dispor a personalidade irresoluta de Amélia, satisfazendo-se; e) “Cristo não lhe bastava com os seus membros ideais pregados na cruz”: reconhecendo a constituição carnal e sensual de Amélia, Ferrão buscava contemplar a sua forma de ser, nada exigindo acima da sua personalidade e, por isso, buscava atendê-la na sua sensualidade por meio de um *esposo* e de uma *legitimação sacramental*. Amaro, por sua vez, pensando em si, de certo modo, manipulava Amélia para que ela estivesse ao seu dispor e o satisfizesse nos propósitos lascivos e “pecaminosos”. Em resumo, também nestes casos, as negações canônicas contrapõem dois discursos que traçam objetivos distintos para Amélia: de um lado, a busca de uma saída digna, por meio de um marido e de um casamento convencional, o que resolveria a situação vivida por ela; de outro, apenas a busca da saciedade do desejo individual e egoísta, sem atenção para o estado de espírito em sobressalto e desassossego de Amélia. Em ambos, a percepção da sensualidade que domina Amélia e a torna uma mulher desejante, mas cada um fazendo com que essa natureza seja canalizada para um ou outro propósito: altruísmo aqui; egocentrismo ali. Em suma, a negação usada pelo romancista lhe permite contrapor dois discursos e se contrapor a um deles, colocando um à distância e assumindo o outro como seu: resistência.

#ELENÃO

Tomado isoladamente e apenas a partir da constituição linguística, sem que as condições de produção sejam consideradas (o que é inaceitável do ponto de vista discursivo), o movimento conhecido com #EleNão, encetado crucialmente por mulheres, não é compreensível no que diz respeito à polêmica e à resistência e o recuso negativo *não* perde o seu poder de contradição, de confronto e de celeuma. Já que só se nega o que é afirmado e só se afirma o que é negado, faz-se necessário recolocar o enunciado na sua trajetória de aparecimento, para que se possa elucidá-lo em sua necessidade histórica.

De início, é preciso salientar que o movimento #EleNão, que desembocou numa manifestação de grandes proporções em 29 de setembro de 2018 e que foi encorpado, sobremaneira, por mulheres, valeu-se das redes sociais como motor crucial de construção, de organização e de chamamento para a demonstração pública de repúdio a um dos candidatos à presidência do Brasil nas eleições de 2018. Usando, para a constituição do enunciado, do sinal de *hashtag* (cerquilha ou jogo-da-velha), que serve para indexar assuntos ou discussões em redes sociais sobre um tópico específico, a formatação verbal do sintagma migrou, quase que imediatamente, da condição de indicador de um tema ou assunto específico, para a designação nominal, substantiva e demarcadora de uma tomada de posição em relação a um discurso contra o qual as mulheres viriam a se manifestar. Se o enunciado, constituído por três diferentes ingredientes, encabeçado pela *hashtag*, representava uma convocação para um ato público de reprovação, ele se tornou justaposto, flutuando entre a designação (“O #EleNão convoca todas as mulheres a desenvolverem atividades em suas cidades”) e a adjetivação (“O movimento #EleNão levou hoje para as ruas muito mais mulheres do que os proponentes da manifestação esperavam”).

Na partição do sintagma (ou substantivo ou adjetivo), após a cerquilha, neste caso, com efeito de convocação e de adesão a um objetivo, encontrava-se o ingrediente linguístico dêitico *ele*, que, em si, é vazio de sentido, dado que, por ser um termo pronominal, carece, para a elucidação, da recuperação de a quem remete para que seja saturado e se torne significante. Dada a proporção que o movimento

tomou e o unísono que se ouviu nas manifestações em inúmeras cidades brasileiras, é possível defender que a indicialidade do recurso foi imediata e acertadamente preenchida, isolando um dos candidatos em especial para ser o foco da negação, da reprovação e da rejeição: Jair Bolsonaro (doravante, JB). Se, por um lado, a hashtag convocava para uma temática específica, por outro, o ingrediente pronominal era elucidado, na medida que o dedo dêitico selecionava, dentre os candidatos um a quem deveria ser dirigida a rejeição.

Alcanço, desse modo, o terceiro ingrediente do sintagma/nome/adjetivo: o elemento negativo canônico *não*. A questão que se coloca, então, é o que a negação repudia, já que, para negar, algo deve ter sido afirmado. Para refletir sobre a negativa que é crucial para a compreensão do enunciado/movimento, já que é o elemento determinante da movimentação proposta, é preciso perceber que a rejeição não incide diretamente sobre a pessoa empírica do candidato (por alguma característica física ou cognitiva qualquer), mas sobre o discurso de que é porta-voz. A rejeição se baseia na contradição entre o discurso das mulheres, que estaria num dos polos da contenda, e o do candidato, que estaria no outro: ambos colocados em confronto. Para entender essa dissenção, recupero alguns dos enunciados proferidos pelo presidencialível.

Ficou conhecido o episódio em que JB disse à Jandira Feghali: “Você é muito feita para ser estuprada”, ancorando-se na pressuposição de que, se fosse bonita, ele a estupraria. Num país em que o número de casos de violência sexual contra mulheres é assombroso (e mesmo que não fosse assim), uma pessoa pública defender este tipo de posicionamento é algo que deve ser repudiado. JB foi denunciado e condenado por apologia ao estupro e as mulheres (nem todas) se colocaram frontalmente contra ele. Noutra ocasião, sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco (Rio de Janeiro), JB afirmou: “Por que tanto mimimi? Foi apenas uma mulher negra que tombou. É a vida”. Menosprezando a violência brutal do episódio, aparentemente por Marielle ser *apenas* mulher e negra, num país em que o feminicídio acontece diariamente (e mesmo que não fosse assim), o discurso do deputado foi rechaçado com veemência, não só por mulheres, mas também por elas. No caso do julgamento do impeachment da presidenta Dilma, em 2016, JB falou: “Espero que acabe hoje, infartada ou com câncer”. Embora aqui o discurso fosse proferido num momento de contenda política, não deixava de pesar o fato de a câmara ser ocupada

majoritariamente por homens contrários ao Partido dos Trabalhadores, às vezes, por interesses escusos, e contra a chefe da nação ser uma mulher (parecia pesar sobre a decisão o inconsciente coletivo machista que segregava as mulheres, relegando-as a determinados lugares - era impossível não atentar para os cartazes de “Tchau, querida”, pelos que diziam defender “a pátria, a família e os valores cristãos”). Sobre questões trabalhistas, JB assumiu: “Mulher deve ganhar menos, porque engravida”, causando um alvoroço, já que, comumente submetidas a condições trabalhistas desiguais, as mulheres (e não só elas) viram no candidato a cristalização de uma sociedade que já as discrimina e as inferioriza na esfera da produção de bens. Noutro momento, ainda, perguntado por Preta Gil sobre o que acharia se um filho dele se relacionasse com uma negra, JB disse: “O Preta, não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Não corro o risco de ter uma nora negra, porque os meus filhos foram bem educados”. Na sua “lógica” de constituição, o enunciado permite concluir que a relação com uma mulher negra é promíscua e que quem se envolve com uma delas não foi bem educado. Foi mais um evento que gerou celeuma e fez as mulheres (negras ou não) se pronunciarem derrisoriamente em relação ao presidenciável. Por fim, atento para um sexto caso, porque, com ele, o movimento em pauta criará uma relação intertextual direta que apresento mais à frente. Trata-se do caso em que, fazendo piadinha de mau gosto, JB ponderou: “Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens. Aí no quinto dei uma fraquejada e veio uma mulher”. Novamente, houve uma avalanche de críticas das mulheres em relação ao posicionamento machista do candidato. Estes eventos levaram à caracterização de JB como misógino e, no seu conjunto, contribuiu para que, em 29 de setembro de 2018, houvesse a manifestação monumental que se viu.

A negação polêmica que constitui determinadamente o enunciado de chamamento à manifestação de repúdio a JB e que demonstra o posicionamento de rejeição das mulheres (não todas: eu diria ‘infelizmente’, se um artigo científico permitisse) ao discurso de que o candidato é suporte foi, portanto, provocado por afirmações como as citadas e foram elas que deram volume e espessura ao episódio de rejeição. O não da dissensão da manifestação das mulheres tem, pois, uma relação interdiscursiva objetiva com um discurso que foi se revelando preconceituoso e misógino e foi mostrando a sua face discriminadora e machista. Além disso, como

afirmei acima, dentre os enunciados que circularam nas redes sociais, um criava uma retomada em discurso direto do que JB havia dito: “Vocês verão com quantas fraquejadas se faz uma revolução”, em que há uma refacção do termo ‘fraquejada’, deslocando-o da insignificância e da irrelevância que se viu em JB para a força decisória da resistência e da contraposição à constituição de uma determinada conjuntura social. Parafraçando Freud, como se vê, quando Pedro fala de João, aprende-se mais sobre Pedro do que sobre João, ou que, na verdade, a enunciação é uma denúncia, ou, ainda, como diria a sabedoria popular, “o peixe morre pela boca”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há como saber ou ter algum parâmetro objetivo sobre o impacto do movimento sobre a opção política dos eleitores (e das mulheres em especial), isto é, se ele foi decisivo para a disputa presidencial, mas não se pode duvidar que ele demonstrou, com limpidez, o poder de resistência que a negação polêmica possui frente a forças políticas que, estando instauradas como poder hegemônico, tornam-se reacionárias, conservadoras e discriminantes. Não há como saber se o movimento #EleNão fez alguma diferença na eleição do sucessor presidencial em 2018, porque isso demandaria filtrar as filigranas do acontecimento discursivo, o que é, em princípio, impossível, dada a impermeabilidade desta modalidade de repercussão. A se julgar pelas pesquisas publicadas imediatamente após a data da manifestação, a negação derrisória e refutadora causou até algum pânico em determinados setores da sociedade. E, na toada do momento, as participantes foram taxadas de “comunistas”, “lésbicas”, “mal-amadas”, “sem-ter-o-que-fazer”, “exploradoras da lei Rouanet”, dentre outras qualificações. Mas, como se sabe, em discurso, o silêncio (significativo) que havia antes, de repente (forçado pelo confronto polêmico e contundente), tornou-se suficientemente ruidoso, para poder concluir que algum tipo de impacto e incômodo provocou, o que é sempre positivo no sentido de fazer algum tipo de movimentação histórica acontecer.

Voltando ao objetivo central deste estudo e à guisa de conclusão provisória (muito provisória), cabe somente enfatizar a relevância linguístico-discursiva da negação para movimentos de resistência e

para construção de posicionamentos ideológicos que não se alinham a determinadas produções de efeitos de sentido sobre os objetos discursivos, rebelando-se contra a tentativa de petrificação do discurso e contra a vontade (interesseira) de contornar o mundo em limites fixos e não mais submetidos a controvérsias ou a outras vontades de verdade, de busca de realização de desejos e de condições concretas de vida prática. Como afirma Chauí (1986, p. 178, grifo da autora), é “justamente porque essa consciência diz *não* (que) a prática da Cultura Popular pode tomar a forma de resistência e introduzir a ‘desordem’ na ordem, abrir brechas, caminhar pelos poros e pelos interstícios da sociedade brasileira” ou, como defende Pêcheux (1995, p. 304), “não há dominação sem resistência (...), é preciso ‘ousar se revoltar’ (...) e ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ‘ousar pensar por si mesmo’”, ainda que isto ocorra por meio da interpelação que se faz a partir de outro posicionamento discursivo e outra mirada ideológica: é preciso dizer *não*.

REFERÊNCIAS

- CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- DUCROT, O. **O dizer e o dito**. (Rev. Trad. Eduardo Guimarães). Campinas: Pontes, 1987.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. (Trad. Freda Indursky). Campinas: Pontes, 1989.
- _____. **Gênese dos discursos**. (Trad. Sírio Possenti). Curitiba: Criar Edições, 2005.
- ORLANDI, E. P.i (org.). **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. (Trad. Eni Puccinelli Orlandi et al.). 2.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

FEMINILIDADE E FEMINISMO: resistência ao controle patriarcal?

PEREIRA, Fernanda

DIZERES INICIAIS

No decorrer da história, discursividades que “aprisionam” as mulheres a posições determinadas (mãe, esposa, filha etc.), controlando e cerceando seus corpos, são sustentadas por aparelhos ideológicos que “dizem” o que é ser mulher e quais seriam suas virtudes (como recato, docilidade, passividade e submissão, etc. (Kehl, 2016)). No entanto, a partir de Foucault (1995), podemos reconhecer que, para toda relação de poder, existe sempre uma forma de resistência que se opõe à dominação. Neste sentido, compreendemos o Movimento Feminista como a forma de resistência ao poder patriarcal, opondo-se ao controle exercido sobre o feminino, reivindicando saberes, lugares, poderes, autonomia para as mulheres.

A partir de Foucault (1995) e Kehl (2016) e mobilizando como perspectiva teórica a Análise de Discurso de linha francesa (doravante, AD), buscamos refletir sobre os processos discursivos que permitiram a emergência de formas de resistência das mulheres no interior do poder patriarcal, possibilitando a luta pela equidade de gênero. Dessa forma, como mostraremos, o discurso feminista pode ser compreendido como a falha que produz rupturas com o discurso estabilizado que coloca a mulher como “bela, recatada, do lar”, promovendo mudanças, ressignificações, ou seja, como um Acontecimento Discursivo (PÊCHEUX, 2015) capaz de perturbar a Memória Discursiva, produzindo novos significados, novas redes de sentido, novas “séries do legível” (Pêcheux, 2007), possibilitando conquistas ao longo da história da luta das mulheres.

IDEAIS DE FEMINILIDADE: A MULHER COMO OBJETO DO DISCURSO DO OUTRO

De acordo com Kehl (2016), ainda hoje se apresenta para as mulheres a questão de ser um sujeito ou se colocar como objeto do

discurso do outro. Dentro desse discurso, a questão da natureza se apresenta como fator que “aprisiona” a mulher ao seu inevitável “destino” de mãe e rainha do lar. Um ideal de mulher que foi construído, ao longo da história, para sustentar a virilidade do homem e a sociedade patriarcal. Segundo a autora,

O que é específico no caso das mulheres, tanto em sua posição subjetiva quanto em sua condição social, é a dificuldade que enfrentaram e enfrentam para deixar de ser objetos de uma produção de saberes de grande consistência imaginária, a partir da qual se estabeleceu a verdade sobre sua ‘natureza’. Não foi possível às mulheres do século XIX tomar consciência de que aquela era a verdade do desejo de alguns homens, sujeitos do discurso médico e filosófico que participaram das formações ideológicas modernas (KEHL, 2016, p.14).

Nesse sentido, o deslocamento da mulher, do corpo feminino para fora dessa posição, provoca rupturas e mudanças também no ideal de masculinidade, além de motivar discursos outros, de resistência a esse deslocamento.

Kehl (2016) explica que até o final do século XVI permaneceu um discurso (único) da moral religiosa medieval e, nos séculos seguintes, essa suposta unidade discursiva foi se dispersando e se propagando em diferentes discursos (na medicina, na demografia, na biologia, na psiquiatria, na psicologia, na moral etc.). Nessa fase, no entanto, não havia um questionamento sobre a mulher, sobre o que era ser mulher, pois seu destino estava selado por sua condição anatômica. Ao final do século XVII e durante todo o século XVIII, as ideias iluministas e os ideais de revolução provocaram um deslocamento entre as esferas pública e privada, desviando as mulheres de seu destino “natural”. Para os revolucionários, praticamente não havia diferença entre homens e mulheres, o que as colocava na posição de indivíduos completos, capazes de exercerem direitos. A valorização da autonomia do sujeito, libertando-o da religião, trazida pelo Iluminismo, atingia também as mulheres. No entanto, muitos dos intelectuais do Iluminismo ainda afirmavam que a mulher era “talhada especialmente para o privado (e incapaz para o público)” (KEHL, 2016, p.45). A Revolução Francesa havia garantido muitos direitos às mulheres, provocando conflitos entre a mulher (dentro de um discurso iluminista

de um sujeito livre em busca da felicidade) e o ideal de feminilidade (construído sob uma perspectiva masculina).

Segundo Kehl (2016), o conflito provocou o aparecimento de uma produção discursiva que buscava colocar a mulher novamente dentro do espaço privado. Obras como “*Do sistema físico e moral da mulher*”, de Pierre Roussel (1775), e “*Emílio*”, de Rousseau (1762), e alguns trechos de textos de Kant e Hegel (citados pela autora) sustentavam a “incapacidade civil” e a “dependência natural” das mulheres, tendo como lugar a família e a vida privada, e apresentavam o ideal de amor materno, de educação das moças para atingirem o padrão de feminilidade da época baseado na dedicação, na doçura e na submissão.

Assim, aos ideais de submissão feminina contrapunham-se os ideais de autonomia de todo o sujeito moderno; aos ideais de domesticidade contrapunham-se os de liberdade, à ideia de uma vida predestinada ao casamento e à maternidade contrapunha-se a ideia, também moderna, de que cada sujeito deve escrever seu próprio destino, de acordo com sua própria vontade (KEHL, 2016, p.38).

É nesse período que começa a surgir uma série de questionamentos que resulta nessa produção discursiva, na tentativa de explicar e se determinar o que era ser uma mulher. Esse discurso era transmitido pela educação formal, pelas expectativas parentais, pelo senso comum, pela religião e pela produção filosófica e científica da época. Desse modo, as mulheres seriam um conjunto de sujeitos a partir de sua “natureza feminina”, ou seja, cumprir com o destino ao qual estariam naturalmente designadas, em função das particularidades de seus corpos e de sua capacidade procriadora. Para todas as mulheres, o único destino possível seria a maternidade, sinônimo de felicidade máxima e realização. Dessa forma, as virtudes próprias da feminilidade seriam o recato, a docilidade, uma receptividade passiva em relação aos desejos e às necessidades dos homens e, a seguir, dos filhos, tendo como único lugar a família. Kehl (2016, p.38) afirma que

a família nuclear e o lar burguês -, tributária da criação de um padrão de feminilidade que sobrevive ainda hoje, cuja principal função, como veremos, é promover o casamento, *não entre a mulher e o homem, mas*

entre a mulher e o lar. A segunda função da feminilidade, nos moldes modernos, foi a adequação entre a mulher e o homem a partir da produção de uma posição feminina que sustentasse a virilidade do homem burguês (grifos da autora).

Como resultado, a autora explica que a sexualidade feminina também entra em debate, pois, segundo a produção filosófica e científica da época, ela teria aspectos ameaçadores para o homem; por isso os impulsos sexuais femininos deveriam ser reprimidos desde cedo pela educação para que a mulher pudesse desempenhar o papel de esposa e mãe. Porém, o casamento baseado no ideal de amor romântico fez com que os homens buscassem uma mulher intelectualmente igual a eles, com características que eram até então consideradas masculinas (inteligência, independência, determinação, impetuosidade), mas esse papel não cabia no ideal de feminilidade da época. Dessa forma, Kehl (2016) expõe em seu trabalho o quadro conflituoso de desajuste desenvolvido entre as mulheres e a feminilidade durante o século XIX, período em que se desenvolveu a psicanálise e as primeiras ideais feministas.

Em sua reflexão sobre “O Sujeito e o Poder”, Foucault (1995, p. 244) fala das formas de resistência, inerentes às relações de poder, já que possuem como condição de existência (pressuposto e condição para seu suporte permanente) a liberdade. Segundo o autor, é possível se compreender o que são as relações de poder por meio da investigação das formas de resistência. Estas surgem como um catalisador de modo a esclarecer as relações de poder, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados. O autor analisa uma série de oposições que se desenvolveram ao longo da história: oposição ao poder dos pais sobre os filhos, do psiquiatra sobre o doente mental, da medicina sobre a população, da administração sobre o modo de vida das pessoas e a oposição ao poder dos homens sobre as mulheres. Poder-se-ia acrescentar a essa lista as lutas contra a desigualdade racial e contra as orientações em torno da sexualidade. Foucault (1995) explica que essas lutas antiautoritárias possuem características comuns. São transversais, não estando limitadas a um país ou a uma forma política e econômica específica. Opõem-se ao controle sobre os corpos dos sujeitos, sua saúde, sua vida e sua morte. São imediatas, preocupando-se em solucionar problemas do cotidiano e criticando instâncias de poder próximas aos sujeitos. Atacam a fragmentação da

vida comunitária e se opõem aos privilégios do saber, à deformação e às representações mistificadas impostas às pessoas.

Foucault (1995) explica que essas formas de poder que agem sobre os corpos dos sujeitos impõem verdades, nas quais nos reconhecemos e pelas quais somos reconhecidos pelo olhar do outro. Ou ainda, segundo Kehl (2016, p.20),

a inscrição dos sujeitos, homens ou mulheres, no discurso do Outro, não é rigidamente fixada. Ao longo da história, ela passa por modificações que, se não alteram a estrutura da linguagem, certamente alteram o uso da língua e, com isso, os lugares que a cultura confere aos sujeitos. Que as mulheres, por exemplo, ocupem o lugar da inocência ou do pecado, da castração ou da onipotência, da sexualidade desenfreada e ameaçadora que deve ser submetida aos freios do pudor e da castidade [...], depende, em última instância, das práticas falantes.

A partir destas duas visões (Kehl, 2016; Foucault, 1995), podemos perceber que, ao longo da história, o poder patriarcal impõe “verdades” sobre a mulher, sobre o corpo feminino, sobre seu lugar na estrutura social, que são sustentadas por práticas falantes que acabam por constituir os sujeitos e mantê-los dentro de posições estabilizadas cultural e socialmente. Pensando essas “verdades” impostas pelo poder e as práticas falantes que constituem os sujeitos, a partir da AD, compreendemos que é na materialidade discursiva (práticas falantes) que a ideologia dominante se impõe, interpelando os indivíduos em sujeitos, que passam a compreender o mundo por meio de uma forma pré-determinada (verdades, ideais), assumindo, inconscientemente, posições filiadas a formações discursivas com as quais se identificam.

De acordo com a AD, a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos por meio de um conjunto complexo determinado de *formações ideológicas* (FIs) que comportam uma ou várias *formações discursivas* (FDs) interligadas, que determinam o que pode ou deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura (PÊCHEUX, FUCHS, 1993, p.166). O sujeito se identifica com a ideologia geral, ou nas palavras de Pêcheux, está assujeitado a ela, passando a perceber tudo a sua volta a partir dessa ótica. Assim, para os autores é impossível separar a ideologia do *discurso*, pois é no discurso que ela se materializa.

Segundo Pêcheux (1993), a ideologia age moldando a vontade dos sujeitos, pela via simbólica (discursiva) ou pela força

(sanções/interdições físicas), através dos aparelhos ideológicos e repressivos do Estado (AIEs). A interpelação é um chamado da ideologia, convidando o sujeito a compartilhar o que está socialmente posto, um conjunto de discursividades que o precede. Dessa forma, o sujeito (mulher ou homem), ao nascer, é interpelado a concordar com uma discursividade complexa que define aquilo que é ser “mulher”, por exemplo, e que o constitui. Essa ideologia, apesar de determinar o sujeito, não é percebida, ela é opacizada, apagada, pelo efeito dos esquecimentos, deixando os sujeitos alheios a sua ação, dando a sensação de que está diante de uma “verdade”.

Constituir-se como mulher, portanto, é ser atravessada por um complexo de FDs, historicamente construídas, que incluem discursividades pré-históricas sobre um período matriarcal de empoderamento feminino (PFÜTZENREUTER, 2017); explicações fantasiosas sobre o corpo feminino desconhecido, misterioso, e, portanto, perigoso e maligno dentro de discursividades religiosas medievais que ecoam nos discursos científico, psiquiátrico e médico (PFÜTZENREUTER, 2017); padrões de feminilidade, constituídos ao longo do século XIX, que definiram docilidade, submissão, passividade, recato, amor materno como características inatas do feminino (KEHL, 2016); tudo isso sob uma ótica masculina, controlando o corpo da mulher ao espaço privado e familiar. Além disso, somos interpeladas por discursividades feministas, que buscam recuperar o controle sobre o corpo feminino, em ruptura com discursos misóginos retomados ao longo da história. Isso sem falar nas discursividades sobre beleza do corpo, juventude, moda, etc.

Em outras palavras, a mulher se constitui a partir dessas práticas falantes que materializam “verdades” e das contradições geradas a partir delas. O sujeito se reconhece nesse lugar e é reconhecido por ele, ou seja, espera-se das mulheres que sejam o que esse discurso determina que elas sejam, que ocupem na estrutura social a posição que lhes é determinada.

FEMINISMO COMO RESISTÊNCIA: UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA

Voltando a pensar na resistência como parte inerente às formas de poder, conforme Foucault (1995), a discursividade que faz oposição ao poder da estrutura patriarcal sobre a mulher e seu corpo seriam os

Movimentos Feministas. Ao longo da história, o discurso feminista busca a equidade entre os gêneros, expondo a divisão das relações na vida cotidiana, expandindo os privilégios do saber às mulheres e combatendo as representações fantasiosas promovidas pelo discurso religioso durante a Idade Média e propagadas pelos diferentes discursos que surgiram na Idade Moderna e que permanecem até os dias de hoje. Essa forma de dominação constitui um todo complexo de FDs que vão determinar o que é ser um sujeito do sexo feminino, construindo um ideal de feminilidade projetado pela estrutura patriarcal.

O movimento feminista, ao questionar esses ideais, constitui-se como resistência ao controle do corpo da mulher pelas instâncias da sociedade (AIEs), que se incumbem de formatar a mulher nesse lugar, marcado na estrutura da formação social. Desde as primeiras manifestações pelos direitos civis das mulheres, até as manifestações pelos direitos reprodutivos e equidade de gênero, todas as pautas do movimento estão ligadas à questão do corpo. Cada conquista devolve aos sujeitos, mulheres, uma parcela de seus corpos, que vem desde sempre sendo controlado, cerceado, comercializado, padronizado, idealizado.

Para a AD, são as pequenas rupturas provocadas por chistes, atos falhos, estranhamentos produzidos por corpos deslocados de seu “lugar” que possibilitam mudanças no discurso da época, fazendo nascer outro discurso (acontecimento discursivo), uma nova FD que resiste ao controle dos corpos femininos e ao poder dos homens sobre as mulheres. Ou seja, esse ritual falha e é a partir das falhas que o inconsciente se manifesta, provocando a ruptura e gerando a resistência.

O documentário “Primavera das Mulheres”, exibido no programa GNT.doc em 19 de outubro de 2017, relata as diferentes manifestações de mulheres no Brasil, ao longo dos últimos anos e como esta resistência ampliou seu espaço de circulação a partir das redes sociais. Os eventos desencadeados por estas discursividades, que reivindicam manutenção de direitos, ou o não-retrocesso de algumas condições conquistadas pelas mulheres, perturbam o discurso patriarcal historicamente estabilizado. O documentário traz depoimentos de mulheres que relatam sua experiência com o feminismo. Para Carla Rodriguez, professora de Filosofia, as manifestações de mulheres

reclamam de uma violência cotidiana a qual são submetidas e que é quase invisível porque é naturalizada. São denúncias de comportamentos tidos como “normais”, mas que não tem nada de natural, pois são violentos e discriminatórios. (Primavera das Mulheres, 2017, 4:47 min).

Atualmente, muitas ações que denunciam comportamentos misóginos têm surgido na forma de *#hashtags* como nas campanhas relatadas no documentário, *#meuprimeiroassedio*, *#viajosozinha*, *#meuamigosecreto*, *#belarecatadaedolar*, *#waitershortinhosim*, impulsionadas pelo *cyber* feminismo e que produzem um efeito jocozo. Assim como explica Pêcheux (2015), por meio dos chistes (aqui representados pelas *hashtags*), uma nova discursividade toma corpo, capaz de provocar uma ruptura na estrutura social. Desta maneira, podemos pensar no discurso feminista como acontecimento discursivo em seu todo e é a existência dele que permite acontecimentos históricos como o direito ao voto, a entrada no mercado de trabalho, a primeira mulher presidenta, o surgimento de grupos feministas, etc. Ou seja, não são os fatos históricos que geram o acontecimento discursivo, mas é o discurso que possibilita a emergência de outros efeitos de sentido sobre esses acontecimentos. Pêcheux (2014) explica que o chiste, por exemplo, é o caminho de ruptura com a ideologia dominante, o lugar no qual a ideologia e o ritual falham, um mecanismo de resistência frente à dominação. Ao produzir a contradição, ele possibilita a veiculação daquilo que não poderia ser dito. Assim, manifestações contra o controle exercido sobre as mulheres e seus corpos pela estrutura patriarcal produzem rupturas na memória que carrega estes ideais de feminilidade citados anteriormente.

No documentário analisado, Eloísa Samy, advogada, coloca que

É o olhar do homem que determina quem é mulher. Então é através da maneira como você se comporta, como você fala, como você se veste, as roupas que você usa, o sapato, maquiagem. É o homem que vai definir a expressão da ‘mulheridade’. Essa expressão de mulheridade são estereótipos, é uma performance. Se você usar bermuda, tênis e camiseta, você continua sendo uma mulher, mas a sociedade patriarcal não vai gostar dessa sua expressão de mulheridade. (Primavera das mulheres, 2017, 16:12 min).

Historicamente, é a partir de uma perspectiva masculina, patriarcal, ou do que poderíamos chamar de uma FD “machista” que estes ideais de mulher foram cristalizados. No entanto, a ruptura produzida pelas discursividades feministas buscam desconstruir estes estereótipos. Pêcheux (2012) afirma que é por meio de relação entre Metáfora e Metonímia (relação interdiscursiva) que termos existentes em uma FD migram para outra produzindo efeitos de sentidos distintos:

Nesta perspectiva, o interdiscurso, longe de ser efeito integrador da discursividade torna-se desde então seu princípio de funcionamento: é porque os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a *uma outra* formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente. (PÊCHEUX, 2012, p.158, grifos do autor)

Ocorre, segundo o autor, a construção e o deslocamento histórico das referências discursivas. Tendo como exemplos as FDs chamadas “machista” e “feminista”, percebe-se que há uma relação interdiscursiva (de confronto) entre as duas FDs, na qual os termos ‘homem’ e ‘mulher’ produzem efeitos metafóricos distintos em cada uma delas. Embora o fato de ser mulher ou ser homem não signifique que o sujeito automaticamente se identifique com uma das duas FDs, elas constroem-se a partir da outra interpelando os sujeitos (tanto homens quanto mulheres). No entanto, com o surgimento dos Movimentos Feministas, um novo complexo de FDs se constitui, em oposição a FDs machistas, nas quais o termo “mulher” é metaforizado como um sujeito igual ao homem, forte e capaz de assumir posições antes restritas ao mundo masculino, negando inclusive a ideia de maternidade como algo inerente à mulher. No depoimento de Eloísa Samy, advogada, pode-se perceber como o significante “casamento” é metaforizado:

Nós estamos falando de relações de poder, é disso que nós estamos falando, dos homens estarem no topo dessa pirâmide. E colocarem mulheres como suas posses. Como advogada, eu gostaria que o casamento saísse do código civil, eu abomino o casamento [...]. A instituição casamento só serve para a mulher determinar quem é o dono dela, porque na certidão de casamento vem lá o sobrenome do seu

marido, né? E transmissão da propriedade aos filhos. **Então ainda é a regulação dos corpos das mulheres.**” (Primavera das Mulheres, 2017, 40:09 min, grifo nosso).

Na FD na qual a advogada se insere, “casamento” não produz o efeito de sentido de “realização da mulher” ou de “felicidade”, mas de prisão, resultado de uma disputa de poderes na qual as mulheres passam a ter seus corpos regulados e controlados. As relações de sentido dentro desta FD, portanto, são distintas das cristalizadas pelas discursividades que circulam em uma sociedade patriarcal. É, portanto, nessa relação interdiscursiva, de se ressignificar termos que controlam, aprisionam, subjagam a mulher que a resistência e a luta se materializam.

Pêcheux (2014) explica que o interdiscurso é invisível para o sujeito e seu funcionamento se dá pela filiação a uma memória discursiva, que se estrutura pelos esquecimentos e se materializa pelo efeito do pré-construído e do discurso transversal. Em “*O Papel da Memória*”, o autor esclarece que é por meio dos esquecimentos que um acontecimento histórico (elemento histórico descontínuo e exterior) é absorvido na memória e fica apagado, esquecido, como se não tivesse ocorrido, mas segue produzindo sentidos. Para ele, a

Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador (PÊCHEUX, 2007, p.50).

Para Orlandi (2013), é a memória discursiva que possibilita o dizer, ou seja, é o retorno daquilo que já foi produzido sob a forma dos pré-construídos, do discurso transversal, dos não-ditos, do silenciamento afetando “o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (p.31). Dito de outra forma, a memória discursiva é composta por tudo aquilo que já foi dito antes e que é retomado pelo discurso, abrangendo tudo que envolve sua produção.

Nesse sentido, Pêcheux (2007, p.52) define a

questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como

acontecimento a ler, vem reestabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Para o autor, esse discurso “implícito” não é encontrado explicitamente, de forma estável e sedimentada. É por meio da repetição que ele se apresenta gerando uma regularização discursiva. Essa regularização consiste em remissões, retomadas, efeitos de paráfrase que tendem a formar aquilo que ele cita como lei da série do legível, ou seja, o já dito que é retomado, regularmente, produzindo sentidos. No entanto, Pêcheux (2007, p.52) adverte que esta regularidade

é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória: a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar esta ‘regularização’ e produzir uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior.

Dito de outra forma, o encontro de um acontecimento discursivo com a memória provoca uma alteração em suas redes de sentido, uma perturbação como explica o autor, produzindo, a partir da ruptura, novos sentidos (outras séries do legível), ressignificando os implícitos. A fala de Djamila Ribeiro, pesquisadora de Filosofia Política, no documentário analisado, materializa essa perturbação produzida pelos Movimentos Feministas:

Muitas feministas [...] fazem a discussão do quanto é necessário abolir a ideia que a gente tem de família, né, que é sempre a mulher, na verdade, responsável por esta questão do cuidado [...]. O que a gente (as feministas) está criticando e refutando é essa ideia de que a gente tem que estar nesses lugares, e como quando o Estado não garante que a gente tenha o direito à cidade, e que a gente possa de fato deixar nossos filhos e fazer tantas outras coisas, a gente acaba ficando nesse lugar por

imposição, porque a gente se quer teve a escolha, a oportunidade de não estar nesse lugar. (Primavera das Mulheres, 2017, 44:17 min.)

A crítica feita pelas discursividades feministas busca ressignificar os lugares que as mulheres poderiam e deveriam ocupar, implícitos, naturalizados em nossa memória. É essa ruptura que o discurso feminista vem produzindo ao longo de sua história, desde o surgimento. Os Movimentos Feministas provocaram mudanças na memória discursiva durante o século XIX, deslocando aquilo que era implícito sobre o papel da mulher e sobre a feminilidade. Esse acontecimento foi sendo absorvido pela memória da época, produzindo novos significados, novas redes de sentido que compõem a memória discursiva compartilhada pela sociedade atual. Nessa memória, estão implícitos sentidos distintos acerca do que é ser mulher e sua relação com as diferentes FDs que interpelam os sujeitos. Mas, para Pêcheux (2007, p.53), “a memória não é só essa rede de implícitos, que se propaga de forma parafrástica regular. A metáfora também se apresenta como outra possibilidade de articulação discursiva, produzindo outros sentidos, onde a memória se rompe”. Segundo o autor, a memória também possui um “efeito de opacidade” no qual os implícitos não são mais reconstruíveis e a estabilidade parafrástica falha. Em outras palavras, a ruptura provocada pelo acontecimento discursivo absorvido pela memória ressignifica os sentidos por meio da metáfora, ou melhor, desloca (modifica) os sentidos de uma FD para outra.

Por esse motivo, a memória discursiva

não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (PÊCHEUX, 2007, p.56)

Assim, a memória discursiva é heterogênea e construída ao longo do tempo, carregando aspectos históricos e culturais. Ela constitui um espaço no qual sentidos se movimentam, significam e são ressignificados pelos acontecimentos que provocam rupturas, ou que

propagam os sentidos contidos nela. A memória não pertence ao sujeito individualmente, mas é compartilhado por um determinado grupo e acessado pelos sujeitos durante seu processo de leitura, de significação do mundo. É aquilo que provoca no sujeito a sensação de lembrança, de sentidos que emergem, de significados implícitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste trabalho, refletir sobre ideais de feminilidade, construídos a partir de uma perspectiva masculina e que se consolidaram ao longo do século XIX. Neste período, também surgiram as primeiras manifestações contrárias a estas ideias, que dariam início ao que conhecemos como Movimentos Feministas. Neste sentido, compreendemos o Movimento Feminista como resistência ao poder patriarcal que atravessa nossa sociedade, ainda cerceando e controlando os corpos das mulheres. Sob uma perspectiva discursiva, procuramos demonstrar por meio da análise de trechos do documentário "Primavera das Mulheres" que o Movimento Feminista pode ser considerado como um Acontecimento Discursivo, na medida em que produz perturbações na Memória Discursiva, resignificando enunciados, lugares, posições, comportamentos, nos quais se materializa a luta das mulheres contra o poder patriarcal.

REFERÊNCIAS

- COLLING, A. M. TEDESCHI, L. A. **Dicionário crítico de gênero**. Editora UFGD. Dourados, 2015.
- FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. (Trad. Vera Porto Carreiro). Rio de Janeiro: Universitária, 1995. (p.231 a 249). Disponível em: <<https://goo.gl/s3MJxB>>. Acesso em: 3 dez. 2018.
- HIRATA, H. LABORIE, F. DOARÉ, H. Le. SENOTIER, D. **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP. São Paulo, 2009.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia

e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 11.ed. Campinas: Pontes, 2013.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). (p.61 a 96). In: GADET, F. & HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. (Trad. Bethânia S. Mariani et al.). 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. O Papel da Memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da Memória**. (Trad. José Horta Nunes). 2.ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.

_____. Metáfora e interdiscurso. (p. 151 a 161). In: ORLANDI, E. Pi. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. (Trad. de Carolina Rodriguez-Alcalá). 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. (Trad. Eni Puccinelli Orlandi et al.). 5.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

_____. **O Discurso**: Estrutura ou acontecimento? Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas / SP: Pontes Editores, 2015.

_____ e FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). (p.163 a 179). In: GADET, Françoise & HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. (Trad. Bethânia S. Mariani et al.). 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

PFÜTZENREUTER, F. M. A Feminíssima Trindade: as projeções de Eva, Virgem Maria e Maria Madalena sobre o imaginário cristão na consolidação do patriarcalismo ocidental. (p.215 a 241). In: GARCIA, D. A., BIZIAK, J. dos S., ABRAHÃO & SOUSA, L. **Do cárcere à invenção**: gêneros sexuais na contemporaneidade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

Primavera das Mulheres. 2017. Escrito por: Antônia Pellegrino. Dirigido por: Isabel Nascimento Silva. Em: < <https://globosatplay.globo.com/gnt/v/6229352/>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

POSIÇÕES-SUJEITOS DISTINTAS NOS FEMINISMOS: A RESISTÊNCIA NO FEMINISMO NEGRO

SANTOS, Eliana Cristina Pereira

PALAVRAS INICIAIS

A prática discursiva televisiva é, enquanto materialidade imagética e simbólica, a superfície de existência de discursos que, por serem produzidas para o consumo, (re)significam os efeitos de sentido sobre determinados sujeitos e suas relações sociais. Essa materialidade é a representação do real visível que podem (re)produzir outros sentidos amparados em Formações Discursivas (FDs) distintas. Teoricamente a análise de discurso AD pecheutiana, na qual esse trabalho está inscrito, assevera que o discurso, seja qual for o suporte em que se materializa, é resultado do entrecruzamento de linguagem, sujeito, história e memória, ou seja, pelo atravessamento do sócio-histórico-ideológico.

A necessidade desse entrecruzamento, se dá devido, a linguagem sozinha é vazia de sentidos, só é linguagem porque necessariamente há que recheá-la de significados ideológicos, porque são resultado de acordos sociais; a materialidade histórica do momento e do sujeito. O sujeito nesta perspectiva teórica, constitui-se duplamente: pelo inconsciente e pela ideologia. Se inscreve na forma-sujeito, sujeito do discurso, aquele que se identifica com a FD que o constitui pela ideologia e, pelo inconsciente freudiano/lacaniano, (formado por três elementos distintos e essenciais; o simbólico, o real e o imaginário). Destarte, o sujeito é resultado da intersecção inconsciente, linguagem e ideologia.

Assim sendo, objetiva-se desenvolver reflexões sobre os processos discursivos em um diálogo do seriado brasileiro *Coisa mais linda* veiculado pela *Netflix* em 2019. Os dizeres das personagens *Malu* e *Adélia* nas sequências discursivas (SD) de um diálogo exibido no terceiro episódio da série. Ao indagar “Lutando pelo meu direito de trabalhar?”, *Adélia* traz à tona a complexidade problemática da interseccionalidade: interfaces entre gênero, raça e classe.

Interseccionalidade, termo cunhado em 1989, pela teórica feminista estadunidense, Kimberlé Crenshaw (1991)⁶. Em seus primeiros escritos a autora utiliza o conceito como primeiro como metáfora e depois como categoria provisória. Fato é, que, faz-se necessária a diferenciação entre o Movimento Feminista e o Movimento Feminista Negro que neste texto é apresentado em duas facetas distintas: o Feminismo Branco Hegemônico e o Feminismo Negro de resistência. De tal modo que, apresento duas FDs, uma para cada faceta do feminismo, nas quais as personagens são inscritas ou se inscrevem, dois feminismos distintos.

Durante as análises vou apresentar alguns conceitos, os quais dão sustentação teórica a este trabalho. Começando pela definição de Feminismo Negro, mais especificamente o adjetivo ‘negro’. Segundo a norte-americana Patrícia Hill Collins (2017), esse adjetivo agregado ao feminismo, desafia a brancura do movimento feminista, interrompendo um falso universalismo que diz contemplar mulheres negras e brancas. Em outras palavras, demarca um lugar não negro. Um lugar específico, de posição-sujeito no discurso, enquanto “lugar de fala” conceituado no Brasil pela filósofa Djamila Ribeiro (2017). Um lugar de subjetivação em relação com as condições de produção e de memória de vozes historicamente silenciadas ou interdidas que entram em cena dentro do movimento feminista negro.

Parafraseando Eliana Santos (2013, p. 79), a comparação entre as duas FDs permite perceber a semelhança: ambas são mulheres, embora haja “indícios de que ali opera uma temporalidade, circular, que ratifica a permanência do socialmente posto”. Em outras palavras, *Malu*, mulher branca é apresentada como rica, e *Adélia*, mulher negra, é pobre. No imaginário social e também no seriado impera um imaginário sobre os lugares ocupados. Construídos, a partir da mobilização da memória discursiva que se tem da negra e da branca, que cria o efeito de sentido de continuidade e repetição do discurso.

⁶ Nesse texto utilizo o nome das mulheres completos. Uma marca de posicionamento político de resistência, uma vez que, somente o sobrenome, como padrão acadêmico invisibiliza produções científicas de diversas mulheres. Cardoso (2012), por exemplo, argumenta pela importância de incluir os nomes e sobrenomes. São propostas assentadas em escritas acadêmicas posicionadas, que argumentam por ouvir as vozes das mulheres negras e por contribuir para sua visibilidade.

O SERIADO

O seriado é veiculado por uma plataforma com mais de 100 milhões de assinantes, ou seja, é uma rede privada aos associados, chamada *Netflix*, com preço acessível que possui, o que justifica o número de assinantes na essa plataforma. O que quero dizer é que o seriado *Coisa mais Linda* teve uma grande audiência mesmo sendo em uma plataforma pagante. Para Pêcheux (2006, p, 77) “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”, ou seja, as condições de produção são a costura alinhavada à análise histórica das contradições ideologicamente presentes nas materialidades discursivas.

As condições de produção em que o seriado é produzido em 2019 contempla uma efervescência dos movimentos sociais, principalmente, dos Movimentos Feministas, muitos desses mobilizados pelo acesso à internet que possibilita criar grupos para depoimentos, que por vezes tornam-se denúncias em relação a opressões vividas por grupos minoritariamente representados em espaços de poder, como é o caso das mulheres, embora sejam a maioria em quantidade no Brasil, são minoria representadas nos espaços públicos de grande visibilidade e de poder.

Coisa mais linda, o seriado, é um acontecimento midiático televisivo, pois assim o é apresentado, constitui em medidas uma retomada direta de um período histórico brasileiro, final da década de 50, ou ambientado nesta época, em que a modernidade começa ser apresentada, mas não para as mulheres da série, que são apresentadas como constantes lutadoras contra o patriarcado. A década de 50 é também conhecida como *Anos Dourados* no Brasil, a época em que a tecnologia da TV é trazida para o país, e neste cenário atores e atrizes negros estavam começando suas aparições no cinema brasileiro, uma vez que, nessa época, o Brasil estava querendo se reforçar como um país não racista e preconceituoso, mas, reforçava estereótipos, principalmente de uma colonialidade não terminada, em relação às mulheres negras, essas eram apresentadas como objeto de prazer. Segundo Senna, (1979, p.215):

Os anos 50 o cinema brasileiro tem uma concepção meramente epidérmica do negro[...] difundindo uma imagem colonial e estereotipada do negro — animal de carga ou objeto sexual — esta

parcela do cinema brasileiro evoca e confirma o sentido pejorativo da palavra mulato (que vem de mula). (SENNÁ, 1979, p.215)

Assim sendo, as condições de produção, do seriado ao apresentar as personagens *Adélia* e *Malu* como sócias, é discursivamente o ponto de encontro entre a atualidade e a uma rede de memórias sobre as mulheres: brancas e negras com seus trajetos históricos sociais. São as condições sócio históricas que permitirão problematizar os vestígios históricos de constituição e produção dessa materialidade midiática.

FIOS DE ANÁLISES COM ELEMENTOS TEÓRICOS O SERIADO

O primeiro caminho para essas análises é pontuar que esse trabalho está inscrito em um campo teórico que trabalha a linguagem, fundamentalmente interligada a produção de efeitos de sentidos, dos sujeitos (as personagens) e do seus dizeres. Esses dizeres de *Adélia* e *Malu*, abordam o modo como as ‘sujeitas’ (personagens) podem estar em relação à FD, que se identificam e compõem. Há, portanto, uma inscrição, dessas personagens no simbólico e na história, por meio da interpelação ideológica. As personagens, uma vez interpelada pela ideologia, tomam a forma-sujeito de seu discurso, inscritas de maneira simbólica, “agora enquanto sujeito, determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individual(izada) concreta.” (ORLANDI, 2005, p.107). As personagens ‘sujeitas’ determinam-se como donas do seu dizer, donas de suas palavras, inscrevendo-se em diversas FDs, é o processo de interpelação complexo e contraditório pelo qual os sujeitos se inscrevem no dizer. Contraditório porque acreditam ser a fonte do dizer e do como dizer.

Mónica Zoppi-Fontana (2017) discute em um artigo a problemática das identificações de gênero, na AD, articulados ao processo de subjetivação, gerando um modo de falar de si, construção e legitimação social e histórica nos processos de produção de sentidos. Para a autora, esse lugar de enunciação de si mesma, é “uma reflexão sobre a divisão social do direito de enunciar e a eficácia dessa divisão e da linguagem em termos da produção de efeitos de legitimidade, verdade, credibilidade, autoria, circulação, identificação, na sociedade” (*grifos da autora*). Esse lugar de enunciação faz parte do processo de identificação/interpelação, próprio da constituição do sujeito. O sujeito nesse processo, como um acontecimento discursivo,

desloca os sentidos de validação e constituição, histórica, social e econômica conforme o conceito de Djamila Ribeiro (2018) o de lugar de fala, ou seja, “quem pode falar ou não, quais vozes são legitimadas e quais não são” (RIBEIRO, 2018, p.25).

Vozes que não são individuais, mais de um coletivo subalternizado, com posições e múltiplas condições sociais como resultado de desigualdade. O lugar é de grupos na busca de cidadania. Pensar nesse lugar de fala é uma questão ética para que “em termos de *locus social* consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares dos grupos subalternizados” (RIBEIRO, 2018, p. 86).

O trabalho que aqui se encontra investiga a atividade discursiva desse diálogo completo entre as duas personagens que foram divididos em quatro sequências discursivas:

SD1- Malu: Eu estava lutando pelo meu direito de trabalhar. Eu deixei o meu filho na casa da minha mãe. Eu tô tentando fazer alguma coisa pela minha vida. Só que tá muito difícil.

SD2- Adélia: Chega, Malu! Lutando pelo meu direito de trabalhar? Eu trabalho desde os 8 anos de idade. A minha vó nasceu em uma senzala e é difícil. É bem difícil mesmo! Eu trabalhei 6- 7 dias na semana. Saía de casa às 4 horas da manhã, ficava mais de uma hora no ônibus na ida, mais de uma hora no ônibus na volta. E chegava em casa e a Conceição já *tava* dormindo. Tudo isso para pôr um prato de comida na mesa. Isso sim pra mim é relevante.

Malu: Eu sei que...

SD3- Adélia: Eu não acabei! Você sente falta do seu filho? Quantas vezes de verdade você precisou ficar longe dele? Eu sinto falta da Conceição todas as horas do meu dia. Seu filho já te pediu alguma coisa que você nunca vai poder dar? (Malu balança a cabeça como um Não.)

Adélia: A minha já

SD4- Malu: Você tem razão a gente não é igual. Você é muito mais corajosa que eu Adélia. Desculpa, mas eu não aguento mais...(chorando)

Adélia: Você tem razão Malu a gente não é igual. Você sempre teve escolhas, eu não.

A materialidade linguística das sequências discursivas da série *Coisa mais linda*, são conjuntos suficiente homogêneo dentro das condições de produção em que o sujeito enunciador marca sua presença linguística dominada por uma FD.

SD1- Malu: Eu estava lutando pelo meu direito de trabalhar. Eu deixei o meu filho na casa da minha mãe. Eu tô tentando fazer alguma coisa pela minha vida. Só que tá muito difícil.

Segundo Céli Pinto (2003) o feminismo brasileiro pode ser dividido em três grandes momentos ou ondas, esse primeiro momento é chamado do movimento das sufragistas, uma luta pelo direito do voto, organizada por mulheres das classes médias e altas, e frequentemente por filhas de intelectuais, e ou políticos, que tiveram a chance de estudar o ensino superior, ou fora do país. Quando *Malu* reivindica nesse enunciado “Eu estava lutando pelo direito meu de trabalhar”, o *eu* e o *meu* a coloca como inscrita em uma FD do Movimento Feminista.

A personagem *Malu*, é uma garota rica da elite paulistana que vem ao Rio de Janeiro abrir um restaurante. Era casada, e descobre que seu marido havia furtado seu dinheiro e desaparecido, mas mesmo assim, continua na cidade do Rio de Janeiro para lutar pelo seu “direito de trabalhar”, ter uma independência financeira e pessoal. Assim, quando afirma estar lutando pelo seu direito de trabalhar, inscreve-se nessa FD de mulheres pertencentes a uma elite que procuram na sua luta, ter equidade no mercado de trabalho e na vida em relação aos homens brancos. Uma luta por igualdade de direitos já garantidos. Mas garantidos pra quem? Pois no espaço público as mulheres não direito a voz, muito menos ao trabalho igual ao dos homens. Sim, as mulheres que se “atreviam” a desafiar ao patriarcado na figura do marido, ou pai, sofriam punições severas.

Embora, a luta contra a estrutura patriarcal “tá muito difícil”, para *Malu*, mesmo assim ela afirma “Eu deixei o meu filho na casa da minha mãe”. Em relação à classe socioeconômica, sua mãe, pode ficar com seu filho, tem uma casa, mesmo sendo em São Paulo. Contudo, se voltar para casa dos pais, irá se render ao sistema patriarcal, deixaria de resistir, na busca de mudança do sistema. É evidente uma busca de mudança social, em se tratando do gênero mulher, considerando o lugar que ocupa na ordem social de 1959, ano da série. É um movimento de mudança contra a estrutura, algo não fácil, por isso, também um lugar de resistência de mulher branca que a todo instante, dentro das suas condições de produção, precisa ratificar um lugar estabelecido socialmente como “lugar de mulher”, um deslocamento

que é da ordem do cultural, social, enraizado como se fosse natural, por isso ideológico.

SD2- Adélia: Chega, Malu! Lutando pelo meu direito de trabalhar? Eu trabalho desde os 8 anos de idade. A minha vó nasceu em uma senzala e é difícil. É bem difícil mesmo! Eu trabalhei 6- 7 dias na semana. Saía de casa às 4 horas da manhã, ficava mais de uma hora no ônibus na ida, mais de uma hora no ônibus na volta. E chegava em casa e a Conceição já tava dormindo. Tudo isso para pôr um prato de comida na mesa. Isso sim pra mim é relevante.

Malu: Eu sei que...

“Lutando pelo direito meu direito de trabalhar?” o enunciado proferido por *Adélia*, questionando *Malu*, traz à tona que o mesmo enunciado da SD1, entretanto, com outros sentidos. Sentidos de um outro lugar de fala. Esses sentidos não estão somente na “natureza das palavras empregadas “mas sobretudo nas posições sustentadas por aquele que as empregam” (PÊCHEUX, 2012, p. 160). Dessa maneira o mesmo enunciado proferido na SD1 por *Malu*, mulher branca, quando proferido na SD2 por *Adélia*, mulher negra, favelada, analfabeta, revelam uma outra FD, com outros sentidos, sendo estes do Movimento Feminista Negro. SD2 é a voz de uma mulher negra, que sempre esteve no trabalho, um lugar da mulher subalternizada social e economicamente na história brasileira. Dessa forma, os efeitos de sentidos são outros, uma vez que, não é o sistema da língua que determina os sentidos, mas, a FD na qual a *Adélia* está inserida. São efeitos de desigualdades, resultado da estratificação social e seus mecanismos de produção e reprodução nas dimensões interseccionais: raça, gênero e classe social. Uma hierarquização das posições-sujeito de modo a discriminar e sustentar "segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas". (GONZALEZ, 1988a, p. 13)

O Feminismo Negro é um movimento que se desloca do discurso universalista do Feminismo, buscando se construir em uma perspectiva feminista que abarca o racismo dentro das relações de gênero, e, a heterogeneidade que opera dentro dos limites da terminologia. Nas palavras da estadunidense Patrícia Hill Collins (2017) em *O que é um nome: Mulherismo, feminismo Negro e além disso*, pontua a importância de identificar os movimentos, justamente apontando quais são as diversidades de fatores sociais que

entrecruzam as mulheres negras, como feministas negras. Para ela a utilização do “adjetivo ‘negro’ desafia a branca presumida do feminismo e interrompe o falso universal desse termo para mulheres brancas e negras” (COLLINS, 2017, s/n). Em outras palavras, usar feminismo negro, faz com que a estabilidade do racismo presente no Feminismo, que é inerente, seja questionado em suas condições de produção.

Sobremaneira a interseccionalidade é um dos seus pilares do Feminismo Negro; é simultaneamente pensar de raça, gênero e classe social. As questões pertencentes ao gênero não estão desvinculadas das raciais e nem tão pouco das relações de classes sociais. A preocupação do movimento é fazer esse exercício de entrelaçar distintas formas de diferenciações sociais e de desigualdades. “A interseccionalidade partir de uma avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2018, p.42).

As mulheres negras, como Adélia, não estão inseridas na FD do discurso do feminismo geral (não-negro), hegemônico, ela se inscreve na FD do Movimento do Feminismo Negro, pois a sua luta está para além do sufrágio, na primeira onda, também o era pela abolição no período histórico escravagista. O conceito de *discurso feminino hegemônico* é uma das discussões em relação a própria constituição do Movimento Feminista, branco burguês, ocidental e masculina. Uma luta universalizante, que invisibiliza as diversidades e especificidades das mulheres negras, uma luta relacionada ao patriarcado racista e capitalista. Mesmo porque, na primeira onda do feminismo, o machismo do próprio homem negro aumentou, “que conquistaram o sufrágio omitindo qualquer referência a mulheres negras” (AKOTIRENE, 2018, p.21).

A questão do trabalho, sempre esteve relacionado ao sistema econômico capitalista, gerando pobreza e desigualdades sociais. Entretanto, a mão-de-obra habilidosa e especializada dos escravizados foram a alavanca para o que os lucros fossem gigantescos no Brasil Colônia. A elite da época não queria abrir mão do trabalho gratuito escravagista. De certa maneira, sempre buscou manter a população negra em condições de trabalhos inferiorizados, e desta maneira, perpetuar certos privilégios brancos estabelecidos desde o processo da colonização brasileira. A condição social das mulheres não-negras sempre foi diferente da posição das mulheres negras, indígenas, etc.

São grupos distintos, por isso o Movimento Feminista Negro tem reivindicações distintas desde o ponto de partida. Para a mulher negra não existe tempo de não trabalhar. A mulher negra não precisou “lutar para trabalhar”, haja vista que sempre trabalhou. Então, esta nunca foi uma bandeira para as negras, exploradas desde muito cedo.

“Eu trabalho desde os 8 anos de idade” afirma *Adélia*, o trabalho sempre esteve presente na vida das mulheres negras, desde sua tenra idade, inclusive nos dias atuais, quando mães negras saem para trabalhar e deixam seus filhos menores sob a tutela dos mais velhos. As mulheres negras sempre estiveram inseridas no mercado de trabalho, e, em sua maioria como domésticas, sendo exploradas em troca de comida, baixas remunerações e moradia. Para que as mulheres não-negras fossem lutar “pelo direito de trabalhar”, as mulheres negras tiveram que trabalhar em suas casas, cuidar de seus filhos, cozinhas para a família dessas mulheres. Assim, o trabalho nunca foi uma conquista para a mulher negra. A divisão trabalhista no Brasil, passa pela raça e pelo gênero, quando não é percebido dessa maneira “dado a sua natureza sub-humana, a exploração socioeconômica dos amefricanos por todo o continente, é considerada natural” (GONZALEZ, 1988a, p. 77).

O conceito amefricanidade, foi cunhado pela intelectual Lélia Gonzalez (1988), com perspectiva pós-colonial, e incorpora todo processo diaspórico da população negra e sua descendência africana, quanto o extermínio sofrido pela população indígena. É um conceito que busca recuperar as histórias “desde dentro” de resistência dessa população colonizada de maneira violenta e cruel, em uma colonialidade eurocêntrica branca. É a denúncia do modelo de exploração ariano presente na estrutura, estabelecendo “uma hierarquia racial e cultural que opõe a ‘superioridade’ branca ocidental à ‘inferioridade’ negroafricana.” (GONZALEZ, 1988a, p. 77)

Ao afirmar “A minha avó nasceu em uma senzala e é difícil. É bem difícil mesmo!”, o substantivo “senzala” opera numa relação de memória social de um momento histórico escravagista no Brasil, quando contra sua vontade negros foram trazidos da África para serem escravizados e construir o país que temos hoje. De condições desumanas de captura, transporte, moradia às senzalas das fazendas. O difícil para *Malu* que tem apoio da família, e, economicamente tem como viver; se difere do “difícil” de *Adélia*, que evoca a dificuldade

para sobrevivência, por “um prato de comida na mesa”. Ambos são formas de resistir, já que é da ordem da incompletude do sujeito, do discurso. Resistências ao modelo patriarcal existente que afeta ambas de maneira distintas.

Sobre a resistência, Pêcheux (2010, p.304) afirma que “não há dominação sem resistência”, prioridade prática pertencente a luta de classes, assim, a luta discursiva, na qual *Adélia* está posicionada, o discurso do Movimento Feminista Negro, provocam rupturas, falhas, em relação ao discurso dominante “naturalizado” sobre a posição-sujeito dos negros; movimentos na FD e no Imaginário Social que se têm das pessoas pretas. Isso, segundo o autor, implica em “ousar se revoltar”, resistência que no processo de reprodução-transformação provocam movimentos necessários que quebram com a reprodução, e, leve a transformação, embora, reprodução não significa repetição do mesmo.

Na rede de formulações deste corpus, a FD não é homogênea, nem estável, mostra assim em sua composição o papel da memória discursiva sobre o mito da democracia racial, como efeito de sentido sobre “senzala”, ou seja, esse enunciado é habitado, via intradiscurso pela obra literária e Gilberto Freire “Casa Grande e Senzala”, lançada em 1933. Esta obra sistematiza com status científico que no Brasil não existe racismo, que a “Casa Grande” da elite dona das grandes fazendas vive em perfeita harmonia com a “Senzala”.

Esse mito da democracia racial é um discurso vendido até os dias atuais, na tentativa de fazer um apagamento histórico de luta e resistência dos povos negros, principalmente das mulheres negras. Um discurso falacioso em relação a democracia, configura “em um dos mais eficazes mitos de dominação” (GONZALEZ, 1988b, p. 137). Quanto a abolição da escravatura no Brasil, parafraseio a historiadora Emília Viotti da Costa (1997), ao asseverar que após a Abolição os escravizados foram abandonados a sua própria sorte, e quem realmente ficou amparado foram os brancos que foram libertos do fardo da escravidão, ou seja, a abolição não rompeu com o passado, a população foi liberta, porém, sem políticas públicas para a inserção social. Muito pelo contrário, hostilmente depararam-se com a política de branqueamento da população implantada pelo Governo Vargas, posturas claramente inspiradas no nazi-fascismo, como discurso de autoridade.

“Eu trabalhei seis, sete dias na semana. Saía de casa às quatro horas da manhã, ficava mais de uma hora no ônibus na ida, mais de uma hora no ônibus na volta.” Os efeitos de sentido sobre o trabalho, no caso de *Adélia*, ainda continuam, ao afirmar a quantidade de horas e dias que a mesma trabalhou para ser sócia de *Malu*, ficando longe de sua filha *Conceição*, por vezes a semana inteira, já que saía de madrugada e ao regressar sua filha já estava dormindo. Falar de “divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial, é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco” (GONZALEZ, 1988b, p. 135).

Há outro efeito neste discurso que cabe evidenciar sobre o trabalho doméstico para a mulher negra, que exerce duplamente essa carga de atividades domésticas, a dupla jornada de trabalho que oprime as mulheres até os dias atuais: o trabalho fora de casa para sustentar financeiramente a família, e a segunda jornada em seus próprios lares. Nesta SD2 também pode-se destacar o tempo gasto em transportes coletivos no deslocamento do trabalho para casa. O local de moradia dos negros representado do enunciado de *Adélia*, reverbera nas palavras do geógrafo brasileiro Milton Santos (1996, p. 135), “a escravidão marcou o território, marcou os espíritos e marca ainda hoje as relações sociais deste país”. Territórios geograficamente marcado, onde a maioria da população pobre e negra vivem. Resultado do abandono pós-escravidão, as moradias da população negra foram em locais que outras pessoas não queriam morar, nos lugares mais afastados do centro da cidade, “o lugar natural no negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (GONZALEZ, 1982, p. 15). A autora utiliza o conceito de natural, mas com estudos atuais, pode-se ler estrategicamente naturalizado.

Carolina Maria de Jesus, em seu livro: *Quarto de Despejo - o diário de uma favelada*⁷, descreve, enquanto mulher negra, o quanto resistiu

⁷ Publicado em 1960, *Quarto de despejo* teve a sua primeira edição de dez mil exemplares esgotada na primeira semana do lançamento. Nove edições foram feitas no Brasil, sem contar a edição de bolso feita em 1976, um ano antes da morte da autora, pela Livraria Francisco Alves. Foi traduzido para treze línguas e circulou em quarenta países.

vivendo na favela em São Paulo, catando papel e o que pudesse para sobreviver, inclusive comida estragada nas lixeiras das ruas que passava. Neste livro, ela descreve o cenário de desigualdades sociais, e, aponta o lugar onde vive cada grupo de pessoas “eu classifico São Paulo assim: o Palácio é a sala de visita, a Prefeitura é a sala de jantar, a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (JESUS, 2001, p. 28); ou quando escreve “porque eu sou favelada. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo.” (JESUS, 2001, p. 33). Essa é a reflexão que autora traz sobre o dia 13 de maio, dia da Abolição da Escravatura, em seu livro. Pode-se considerar dentro das condições de produção do livro, interessante e pertinente, de como ficaram a maioria da população negra. E, *Adélia*, a personagem vive em uma favela, justamente, no final dos anos 50, só que em outra capital, o Rio de Janeiro.

SD3- Adélia: Eu não acabei! Você sente falta do seu filho? Quantas vezes de verdade você precisou ficar longe dele? Eu sinto falta da Conceição todas as horas do meu dia. Seu filho já te pediu alguma coisa que você nunca vai poder dar? (Malu balança a cabeça como um Não.)

Adélia: A minha já

Nessa SD3, *Adélia* se inscreve em uma FD da maternidade para pontuar outros elementos que as diferenciam enquanto lugar de luta, lugar de resistência. Dentro do próprio feminismo, é ainda a mãe a responsável por cuidar dos filhos, além de ser a mulher que ainda escolhe ter ou não filhos, através da ingestão das pílulas anticoncepcionais. Ela enquanto mãe, negra, pobre, favelada ainda é o elemento-chave nas suas relações familiares. Discursivamente é mãe, solteira ou não, na centralidade da responsabilidade de mantenedora de suas casas, de seus filhos. Inclusive é essa mãe que é culpabilizada socialmente caso seus filhos sejam um, “fracasso ou sucesso” na sociedade. Na determinação do lugar social, questiona a *Malu* a culpa por abandonar sua prole em nome do trabalho, em contrapartida, não questiona *Adélia* em ter que deixar sua filha com alguém.

Quando *Adélia* grita, “eu não acabei!”, silenciando *Malu* em sua fala, ela reivindica o lugar de falar e permanecer falando. Ao gritar, revela um lugar muitas vezes silenciados, pelo: Sim senhora! das pretas para com suas donas, senhoras de engenho. Aqui o discurso é uma

forma de resistência, ao reivindicar esse lugar de conclusão de sua fala, é uma tomada de posição e contraidentificação aos sentidos, no combate aos silenciamentos; “teria pois o silêncio um aspecto cultural? Com toda evidência. [...] determinações políticas e históricas estão igualmente inscritas aí.” (ORLANDI, 2002, p.42).

Esse “eu”, enquanto do lugar de fala, não pode se reduzir ao simples fato de apenas conduzir discussões de vivências, há que conter um estudo sobre as opressões que impedem certos grupos falarem, “o fato de uma pessoa ser negra não significa que ela saberá refletir crítica e filosoficamente sobre o racismo” (RIBEIRO, 2008, p.69), e, mais, não compartilhar somente histórias de opressão, mas, sobretudo, conhecer esse trajeto, compreendendo que o mesmo é uma perspectiva de resistência histórica “adaptação, resistência, reinterpretção e criação de novas formas” (GONZALEZ, 1988a, p. 76-77); é um reexistir, reinventar-se dentro do processo estrutural estabelecido.

Essa ação de resistência foi desenvolvida por muitas “mães pretas”, que além de assegurar sua sobrevivência e de sua prole, é considerada “exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos” ou de “traidora da raça, como querem alguns negros muito apressados em seu julgamento” (GONZALEZ, 1983, p. 235). Porque, segundo a autora, africanizou o português falado no Brasil, ao cuidar dos filhos das brancas, incluindo em sua formação “aquilo que chama de ‘pretoguês’ e que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil” (GONZALEZ, 1988a, p. 70). Um exemplo de resistência na língua, do sujeito, atravessado diretamente pelo caráter material que constitui os sentidos.

Adélia, ao referir-se a sua filha *Conceição*, enquanto prole, afirma que sente falta todas as horas do seu dia, sente que está perdendo um tempo significativo do crescimento da filha, e, mesmo assim, não poderá dar tudo o que esta pedir. O racismo e o sexismo, produz efeitos violentos sobre a vida da mulher negra, mas a principal opressão, está no sistema econômico capitalista, as negras são “as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista” (GONZALEZ, 1988b, p. 137), o que volta a afirmação já realizada sobre a resistência através da interseccionalidade: raça, classe, gênero e decolonidade.

Embora, já tenham estudos sobre a desconstrução do imaginário de “ser mãe”, - principalmente, a desromantização do poder aferido as mulheres que têm filhos, mesmo que nos espaços domésticos - a autora Elisabeth Badinter (2011), afirma que muitas mulheres não possuem esse desejo maternal, e que a sociedade quer que acreditemos ser a realização de um sonho, como um discurso pré-construído, considerado como discurso naturalizando a mulheres atrelada à figura de mães, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e o mito do amor incondicional da mãe pelo filho, mas, “a mulher pode desejar não ser mãe” (BADINTER, 2011, p.16). Assim, muitas vezes, os filhos não são uma escolha planejada, *Adélia*, na série, não escolheu ser mãe, entretanto, assume como responsabilidade social para si, criar sua filha sozinha, e, trabalhar quantas horas forem necessárias para que sua filha permaneça viva.

Uma das opressões dentro do Feminismo é o lugar de mãe, o lugar da responsabilidade materna, é um lugar romantizado do amor imediato pelo filho, a abdicação do ser mulher e tornar-se mãe. Para mim, a própria maternidade já é um movimento de resistência, sobretudo, sabendo que seus recursos econômicos, não poderão dar tudo que seu filho quiser ou necessitar. Entretanto, há que considerar que ter filhos, para população preta, também possibilita movimentos de resistência, é uma possibilidade de desconstrução social, especialmente se essa criança desde tenra idade, construir uma identificação com sua negritude.

O fato de *Adélia* não poder dar algo que sua filha quer, está atrelado efetivamente ao poder socioeconômico, dentro do sistema capitalista de superexploração, na realização do trabalho manual doméstico, “é a mulher negra anônima, sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família, aquela que desempenha o papel mais importante” (GONZALEZ, 1982, p. 104, *grifos meus*). A classe econômica é um dos elementos que diferencia os dois Movimentos Feministas aqui abordados, *Malu*, mesmo estando na luta Feminista contra o cisheteropatriarcado não enfrenta diretamente essa questão econômica como necessidade de sobrevivência, somente resiste contra a dominação. Não afirmo, que são lutas de resistências menos ou mais importante, são bem diferenciadas.

SD4- Malu: Você tem razão a gente não é igual. Você é muito mais corajosa que eu Adélia. Desculpa, mas eu não aguento mais...(chorando)
Adélia: Você tem razão Malu a gente não é igual. Você sempre teve escolhas, eu não.

Nesta SD4, ambas personagens entram em um acordo que são mulheres diferentes, com trajetórias diferentes, “a gente não é igual”, pode-se observar que ambas utilizam novamente o mesmo enunciado, porém com argumentação e ou justificativas diferentes.

A FD do Movimento Feminista Hegemônico, afirma que o que as diferenciam é que a mulher negra é “mais corajosa” enquanto que na FD do Movimento Feminista Negro, aponta um elemento relacionado aos fatores socioeconômicos que, na vida das mulheres negras, não é há direito a “fazer escolhas”. Nessa SD, as mulheres negras ser vista, no discurso de *Malu* e no imaginário social, como pessoas corajosas, guerreiras. Esses sentidos, são históricos construídos de uma memória do trabalho pesado, têm corpo forte para o trabalho, suporta dores, “exatamente porque, com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite a suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo” (GONZALEZ, 1982, p. 104, grifos meus).

Esse é um mito que, embora apresente a resistência na coragem de lutar sem recusa, implica no efeito de subhumanização acoplado a negritude. Dizeres postos em circulação, por meio de diversas manifestações, memória que se faz sempre lá, que é preciso resistir sempre. Quando mulheres negras trabalham para cuidar de outras famílias, estudam à noite, cuidam também, de suas famílias, não o é porque simplesmente são “mais corajosas”, mas porque as condições sóciohistóricas de desigualdades econômicas são estruturais. Caso *Adélia* tivesse as mesmas condições que *Malu* que “sempre teve escolhas”, não haveria a necessidade de sobreviver a todo racismo estrutural, criar sua filha sozinha, trabalhar desde cedo, utilizar transporte público, morar bem longe dos centros urbanos (onde trabalham), e ser intitulada de “corajosa”.

Para *Malu*, que teve escolhas, pois é de uma das famílias abastada economicamente, que se beneficiaram historicamente pelas desigualdades, e pela negligência não é fácil em se posicionar a favor

de classes outras. Desde o tempo colonial, as mulheres brancas dominavam tanto do homem negro, quanto da mulher negra.

No *Dossiê Mulheres Negras* (2013), o relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA (2011, p. 30) apresenta as mulheres brancas com mais oportunidades de empregabilidade, devido a possibilidade de melhor acesso à educação. Isso mostra que a desigualdade não está apenas relacionada com a pobreza, mas intrinsecamente com a cor da pele, e o desemprego pode indicar a situação que leva as mulheres negras a estarem domiciliadas nas piores ocupações da cidade. O verbo *escolher* é da ordem da subjetividade, *Malu* “sempre teve escolhas” e o conceito de subjetividade admite uma historicização dentro da AD. Nessa articulação é onde a base da reprodução/transformação da ideologia. Parafraseando Eni Orlandi (2003, p.50), *Malu* enquanto “sujeita à língua e a história” se constitui, com sujeito do Movimento Feminista Hegemônico branco, recheado de privilégios sociais que a cerca, e suas escolhas estão para (se) produzir sentidos”, inclusive o de mulheres brancas com empatia pela causa.

PALAVRAS FINAIS

Considerar que não existe somente um tipo de feminismo, já aponta para resistência, como forma de deslocamento, ruptura, ressignificação de sentidos já existentes sobre o Movimento Feminista, apontando outros lugares, outros feminismos, outras FDs, que de tal maneira considerem as diversidades constitutivas das mulheres, a desnaturalização do óbvio que persistem em ficar em evidência, uma tensão constante entre a estrutura dada e as diversidades existentes. Há inclusive, movimentos de mulheres negras que não utilizam o termo feminismo, mas, o termo mulherismo africano, e, discordam dos pressupostos da interseccionalidade. O mulherismo, aparentemente oferece uma forma das mulheres negras, sem atacar os homens negros, lutam contra a opressão patriarcal. A respeito disso, a pensadora Anin Urasse afirma que “o feminismo é uma espécie de teoria branca nascida no século XIX” (URASSE, 2015, s/n)

Todos os movimentos são vontades de mudança, são as resistências contra o já estabelecido, a dominação hegemônica do

cisheteropatriarcado e as condições exploratórias capitalista. Uma resistência, cuja base é “o primado prático do inconsciente”, ninguém poder pensar no lugar do outro, seja esse outro quem for, “implica que é preciso ‘ousar se revoltar’” (PÊCHEUX, 2011, p.304), continuamente.

Embora, essa discussão teórica esteja longe de acabar, a guisa de encerramento, reafirmo que apenas alguns pontos de resistência presentes no Movimento Negro foram contemplados, na busca de diferenciá-lo do Movimento Feminista Geral. Ambos têm especificidades que precisam ser discutidas, ambos são movimentos de resistência da ordem da ruptura, feitas através da linguagem, da história e do próprio sujeito. Movimentos feministas, formados por sujeitos inscritos na heterogeneidade das FDs, que se mobilizam de diferentes maneiras, e resistem à dominação.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte - MG. Letramento: Justificando, 2018.
- BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe.** Rio de Janeiro: Record, 2011.
- COLLINS, Patrícia Hill. *O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso.* **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, 2017.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia.** Editora da UNESP. São Paulo. 1997.
- CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.* **Rev. Estudos Feministas**, vol.10, no.1, 2002. p. 171-188.
- FONTANA, Mónica Graciela Zoppi. *Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência in Seminário Internacional Fazendo Gênero (Simpósio 11.).* **Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero.** [Recurso eletrônico] Florianópolis SC: UFSC, 2018. In: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares>. Acesso em 12/05/2019
- GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural da amefricanidade.* **Tempo Brasileiro.** n. 92-93, p. 69-82. Rio de Janeiro: Ed. Global, jan./jun. 1988a.

GONZALEZ, Lélia. *A mulher negra na sociedade brasileira*. In: LUZ, Madel T. (Org.). **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1982

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afrolatinoamericano*. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988b.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: SILVA, L. A. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos*. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 8. ed. São Paulo: Ática. 2001

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Texto**. 2 ed. São Paulo: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni. Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 5ª ed., 2002.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso. Estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Orlandi. São Paulo: Pontes, 4ª Edição, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma Crítica à Afirmação do Óbvio**. São Paulo: Unicamp, 2012.

SANTOS, Eliana Cristina Pereira. **A imagem do professor na revista Nova Escola: a circularidade dos sentidos**. Dissertação de Mestrado, Cascavel-PR UNIOESTE, 2013.

SANTOS, Milton. *Cidadanias mutiladas*. In: LERNER, Julio (Ed.). **O preconceito**. São Paulo: IMESP, 1996/1997, p. 133-144.

SENNA, Orlando. Preto-e-branco ou colorido: o negro e o cinema brasileiro. **Revista de Cultura Vozes**, ano 73, v.LXXIII, n.3, p.211-26, 1979

URASSE, Anin. **Sete mitos sobre o mulherismo africana**. Disponível em: <https://pensamentosmulheristas.wordpress.com/2015/12/10/7-mitos-sobre-o-mulherismo-africana/comment-page-1/> Acesso em: 03 de junho de 2019.

ATRÁS DA PORTA E O DISCURSO DE AMOR: Uma relação eu-outro

BIZIAK, Jacob dos Santos

“no fato literário, a linguagem forma um todo com
o sentido,
(...) a forma pertence ao conteúdo da obra” (Jacques
Derrida)

Em seu clássico ensaio “Linguística e poética”, Jakobson reflete a respeito da possibilidade de a Linguística poder ser usada como apoio à Poética, como também de ela poder intervir em favor daquela. Logo de início, ele afirma:

a questão das relações entre a palavra e o mundo diz respeito não apenas à arte verbal, mas realmente a todas as espécies de discurso. É de se esperar que a Linguística explore todos os problemas possíveis de relação entre o discurso e o ‘universo do discurso’: o que, deste universo, é verbalizado por um determinado discurso e de que maneira. Os valores de verdade, contudo, na medida em que sejam - para falar com os lógicos - ‘entidades extralinguísticas’, ultrapassam obviamente os limites da Poética e da Linguística em geral. (JAKOBSON, 1995, p. 120)

Levando em conta o que o autor afirma, o que se relaciona com a palavra e o mundo compete a todos os tipos de discurso, não só à arte verbal. Além disso, ele propõe que “os valores de verdade” sejam analisados fora dos limites da Linguística e da Poética. Entendendo isso, o que começamos a questionar é: sendo qualquer articulação de valores e de verdades um processo de textualização, já que só se realiza na e pela língua, ela pode ser analisada fora do estudo de uma ordem discursiva? Ou seja, ao contrário do que propõe Jakobson, pensamos que, talvez, pensar um regime de verdade, de poder e de saber inclui, necessariamente, a análise da materialidade que lhe permite existir como experiência linguística.

Dessa maneira, o feminino - como já chamou a atenção Kehl (2008) - é uma construção discursiva e é a criação de um saber e de um

poder, não sendo nominado como referência que possua existência *a priori*, mas somente em condições de produção específicas a serem consideradas. Dentro dessa perspectiva, pensando juntamente com Foucault (2012, p. 102), o poder não se configura como lei (esta é um dos seus desdobramentos finais), mas como multiplicidade de correlações de força produzidas a todo momento; sendo móveis, localizadas, instáveis e onipresentes. Ele não engloba tudo, mas se origina de todos os lugares, não sendo estrutura, nem instituição: mais que isso, é uma situação estratégica em uma dada sociedade. Assim, o feminino é desnaturalizado, deixado de ser pensado como uma essência metafísica, e passa a ser entendido como um discurso que nunca pode ser neutro, já que se localiza dentro de uma organização inteligível de saberes e, logo, de poderes.

Essa estrutura que permite interpretar o feminino se dá como um efeito de linguagem; logo, este “valor de verdade” - para usar termos de Jakobson - deve ser atravessado pela consideração da linguagem. Ou seja, assujeitado, o sujeito não fala livremente de objetos presentes no mundo, “na realidade”, mas os cria e faz funcionar a partir de uma posição em dada formação discursiva. Estamos, portanto, diante do efeito de pré-construído. Nas formações discursivas (Pêcheux, 2009), o interdiscurso é a possibilidade do dizer, o ideologicamente formulável dissimulado na enunciação. Em outros termos, há uma heterogeneidade determinada pelo exterior (o interdiscurso) constitutivo do intradiscursivo, fazendo emergir um memorável que comparece ao sujeito como o verdadeiramente vivido que, portanto, pode ser transparente e recuperado a qualquer instante da “vida”:

O interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido. Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciador. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso. (ORLANDI, 1992, p. 89-90)

Para a perspectiva da análise do discurso baseada em Pêcheux, a memória não se relaciona com um sujeito ególatra que tudo domina, representa e tem certeza do que diz. O que há é um memorável constituído mediante a posição de onde o sujeito pode falar assujeitado

por condições que lhe escapam, sofrendo esquecimentos (Pêcheux, 2009). Assim, a referência, a sensação de que é possível falar de um “feminino” evidente, claro e já existente, comparece ao sujeito alienado do funcionamento da língua que o constitui entre a sensação de uma memória e o apagamento inevitável da mesma: o que resta ao leitor é assumir, também, uma posição a partir da qual é possível (re)construir referências pelas marcas linguísticas deixadas no texto. Com isso, o que há é um primado da alteridade que, contraditoriamente, surge ao sujeito como “o si mesmo” e como “óbvio”:

As formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes. O dizível (o interdiscurso) se parte em diferentes regiões (as diferentes formações discursivas) desigualmente acessíveis aos diferentes locutores. (ORLANDI, 1992, p. 20)

A partir das considerações anteriores, o feminino pode ser interpretado porque é uma expressão de experiência. Como afirma Petter (2012, p. 16), “a comunicação se refere a um dado objetivo, fruto da experiência. (...) A linguagem humana caracteriza-se por oferecer um substituto à experiência, apto a ser transmitido infinitamente no tempo e no espaço”. Sendo assim, o feminino é uma experiência de linguagem, em e de que se constroem relações de poder e de saber entre os sujeitos, que são efeitos de poderes, de discursos e de dispositivos de controle de produção e de agenciamento libidinal (FOUCAULT, 2012). Quando enunciamos um feminino, estamos diante da construção de uma referência da/na língua que surge ao sujeito como algo já dado, dito em outro lugar; portanto, “real” e “óbvio”. No entanto, por ação da interpelação - na/da qual surgem, concomitantemente, sujeito e sentido, de forma que este não existe antes daquele - a referência surge como processo que funciona em condições específicas, fazendo com que a significação escape como unívoca, podendo ser outra na relação entre texto e recepção, a qual nunca é direta, nem termo a termo:

A referência, para a Análise do Discurso, acontece pela manipulação de saberes sócio- históricos disponíveis para o sujeito tendo em vista seu

assujeitamento. Propomos conceber o referente como um pré-construído de uma formação discursiva específica. Dessa forma, não existe fora do discurso, ou seja, não é um objeto no mundo, livre de um envolvimento discursivo. A nossa proposta está embasada na construção teórica de Pêcheux (...), que relaciona os pré-construídos à construção discursiva da realidade: o 'pré-construído' corresponde ao 'sempre-já-aí' da interpelação ideológica que fornece-impõe a 'realidade' e seus sentidos sob a forma de universalidade. (...). A noção de realidade para Pêcheux (...) se afasta daquela forjada pelo idealismo, que relaciona a realidade com o pensamento. A realidade é uma construção sócio-histórica apropriada pelo sujeito, a partir de uma tomada de posição em relação aos saberes da formação discursiva que o afeta. A partir disso, a referência é apropriação do referente pré-construído por um posicionamento do sujeito em relação à forma-sujeito da formação discursiva em questão. Sendo possível, desse modo, haver variações na apreensão do referente dentro de uma formação discursiva. (BORBA, 2006, p. 70-71)

As ideias acima colaboram para justificar, em parte, a possibilidade deste estudo. Entendendo o feminino como uma interpretação, um discurso, propomos ler a presença dele dentro de um texto de Chico Buarque. Mais do que um estudo crítico, pretendemos uma escritura no sentido derridiano; ou seja, promover a abertura e não o fechamento da análise, já que toda análise que se pretende definitiva corre o risco de se deixar enganar, justamente, pela crença de que cada objeto carregue uma essência a ser descoberta. Em outras palavras, não se deve esquecer de que todo método constrói, também, o seu objeto de estudo. Logo, o feminino, aqui, funcionaria como angústia, já que a escritura pressupõe o mesmo afeto:

A angústia da escritura não é, não deve ser um 'páthos determinado', é porque não é essencialmente uma modificação ou um afeto empírico do escritor, mas a responsabilidade desta angústia, dessa passagem necessariamente estreita da palavra na qual as significações possíveis se empurram e mutuamente se detêm. (...) Falar mete medo porque, nunca dizendo o suficiente, sempre digo também demasiado. E se a necessidade de se tornar sopro ou palavra aperta o sentido - e a nossa responsabilidade do sentido a escritura aperta e constrange ainda mais a palavra. (DERRIDA, 2014, p. 10)

Com a citação de Derrida, buscamos apontar dois aspectos deste estudo: primeiramente, que a escritura e a interpretação proposta se

colocam como angústia, uma vez que buscam “constranger a palavra”, ou seja, abrir o sentido do texto para longe de qualquer essência que o habitaria. Isso é angustiante porque parte do princípio do sentido como rastro, como citação de outros sentidos, numa rede interminável, insuficiente e demasiada ao mesmo tempo. Além disso, entendemos o gênero como homólogo da angústia, uma vez que não se trata de um ajustamento, mas sempre de um transbordamento de significação e de força, termos que dão nome ao artigo de Derrida do qual o trecho acima faz parte (2014). O gênero revela-se como potência em que qualquer definição acaba como um discurso morto, fechado, intransitivo ao sentido; em outras palavras, termina como aporia, uma justificativa que morre em si mesma.

A própria leitura do texto de Chico Buarque acabou revelando os dispositivos que o leriam. O objetivo é colocar teoria e texto literário em diálogo, não um como instrumental passivo do outro, ativo. O presente artigo, então, tendo em vista as proposições colocadas até aqui, busca uma interpretação do feminino presente na materialidade do texto em consonância com os elementos estéticos do mesmo. Afirmamos isso, porque é importante lembrar a especificidade deste estudo, não nos esquecendo de que valores, como os sociais, importam enquanto agentes de uma estrutura, responsáveis pelo significado e pelo aspecto da obra de arte, conforme defendido por Candido (2006, p.14-15), no texto “Crítica e sociologia”:

É este, com efeito, o núcleo do problema, pois quando estamos no terreno da crítica literária somos levados a analisar a intimidade das obras, e o que interessa é averiguar que fatores atuam na organização interna, de maneira a constituir uma estrutura peculiar. Tomando o fator social, procuraríamos determinar se ele fornece apenas matéria (ambiente, costumes, traços grupais, idéias), que serve de veículo para conduzir a corrente criadora (nos termos de Lukács, se apenas possibilita a realização do valor estético); ou se, além disso, é elemento que atua na constituição do que há de essencial na obra enquanto obra de arte (nos termos de Lukács, se é determinante do valor estético).

Tentando ser coerentes com o discutido até aqui, o método colabora na criação do objeto de estudos: entendendo o feminino presente no texto como discurso, entendemos que este, por sua vez, constrói e faz funcionar uma estrutura marcada pelo estético. Na

verdade, é convocado em nosso gesto de leitura mediado por nossa recepção do mesmo. Nossa posição, toma o texto como artístico, com certa elaboração estética, não pela evocação de uma “metafísica da arte”, mas como a relação com a leitura ajuda a construir um texto com certa especificidade. Interessa a partir do instrumental da Psicanálise e da Análise de Discurso, realizar uma leitura, não para postular fechamentos, mas aberturas, ainda que angustiantes, de significação.

ATRÁS DA PORTA: UMA ANÁLISE DO AMOR

“Se a psicanálise deve se constituir como ciência do inconsciente, convém partir de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem” (Jacques Lacan)¹

“A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana” (Eni Orlandi)²

Os trechos acima servem não só como epígrafes para inaugurar a análise, mas como fundamentos da Psicanálise e da Análise de Discurso. A Psicanálise deve ser entendida como um estudo da linguagem, que deve ser apreendida a partir de certas especificidades. Saussure defendeu a supremacia da língua sobre a fala e a divisão entre significante e significado. A Psicanálise, por seu turno, entende que a fala deve ser privilegiada, dado que a individualidade no uso da linguagem - e, portanto, do inconsciente - traduz-se como momento repleto de individualidade, insubstituível, de forma que o próprio sujeito que diz não sabe totalmente o que diz, já que é efeito de um sentido que sempre se perde e que só pode ser observado enquanto rastro. Logo, a própria ideia de “sentido” perde sua proeminência, já que este, na verdade, é sempre um adiamento, um “até breve”, resultado de um furo na linguagem que só pode ser bordeado pelo sujeito, nunca totalmente descoberto, já que isso

¹ Trecho de **O seminário - livro 11**: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (2008, p. 199).

² Trecho de **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos (2002, p. 15).

significaria a perda do sujeito. A falta lhe dá fundamento, já que a linguagem assim é possível, por uma ausência que se faz presença, em um jogo de revelação e velamento.

Já a Análise de Discurso (doravante, AD), rompendo com o paradigma estruturalista, constrói seu objeto, o discurso, instituindo uma “escuta particular que tem como característica ouvir no que é dito o que é dito ali ou em outro lugar, o que não é dito e o que deve ser ouvido por sua ausência necessária” (ORLANDI, 2006, p. 28). A AD, em sua constituição, trabalhou produzindo deslocamentos, com a afirmação saussuriana de que a língua é *um fato social*. Ao fazê-lo, ligou a língua e a exterioridade, a língua e a ideologia, a ideologia e o inconsciente. A AD desloca a dicotomia saussuriana entre língua e fala para a relação não-dicotômica língua e discurso. Há uma redefinição do que é a língua para a linguística e para os analistas de discurso. A língua é vista como relativamente autônoma (HENRY, 1997), sujeita a falhas. Abre-se, assim, a possibilidade teórica, afirma Orlandi (2002, p. 22), da reintrodução do sujeito e da situação no campo dos estudos da linguagem. Tanto o sujeito como a situação são, por sua vez, redefinidos, ressignificados. Nas palavras de Orlandi (2002, p. 23),

É preciso mudar de terreno e essa mudança se faz através de um deslocamento da dicotomia proposta língua (social, geral, sistemática)/fala (individual, assistemática, ocasional) para a relação língua/discurso em que não se dicotomiza, não se iguala o universal com o extraindividual. No domínio discursivo, considera-se que, entre a singularidade individual e a universalidade, produz-se um espaço teórico em que se reconhece o nível da particularidade, o que é próprio (extraindividual mas não universal). Não se dicotomiza tampouco o social e o histórico, ou o necessário e o casual não se visa um objeto total nem uma teoria onipotente que dê conta de tudo.

Ao trabalhar com a relação sujeito-língua-história, relacionando o que é estabilizado e o que é sujeito ao equívoco, no movimento da descrição e interpretação, a AD mostra que os sentidos podem ser outros (abertos a falhas, equívocos), mas nem sempre o são. Nesse sentido, se a linguagem pode traduzir experiências, isso só pode ocorrer por uma substituição do vivido que nunca é “o próprio vivido” (em perspectiva idealista ou metafísica), mas adiamento de sentido. Ou seja, constitui-se mais como poder e significação, já que é ação, movimento, força e não

algo definitivo, uma essência. Logo, a proeminência do significante sobre o significado é inevitável. Por isso, propomos percorrer os significantes de *Atrás da porta* como maneira de interpretar o feminino e o discurso de amor (ORLANDI, 1999) ali em ação.

O discurso de amor, define Orlandi (1999, p. 83-84), pode ser considerado como o lugar em que o sujeito “con-forma (elabora)” sua sensação de amor, o espaço de sua afetividade. A elaboração desse espaço de afetividade, no discurso de amor, toca também a relação do sujeito com sua subjetividade, pois, como afirma Orlandi (1999, p. 84),

Nas práticas discursivas, é no discurso de amor que, em um imaginário social como o nosso, se ‘permite’ que o sujeito se expresse, onde se acolhe seu domínio de privacidade, seu direito à singularidade. Aí a subjetividade não é apenas constitutiva, ela é mostrada. Nessa formação discursiva, o sujeito se fala, uma vez que, por definição o discurso de amor é um discurso subjetivo. Em outras palavras, o discurso de amor é um lugar extremamente favorável para a observação de certos processos de significação que remetem diretamente à ordem do sujeito, à de sua singularidade. Processos que trabalham os modos de individualização do sujeito.

É essa constituição da subjetividade, textualizada pelo discurso de amor, sobre que passamos, agora, a nos debruçar. Os versos da música iniciais trazem uma comunicação que se faz pelo corpo, não por palavras: *Quando olhaste bem nos olhos meus / E o teu olhar era de adeus*. Neles, estabelece-se um jogo de tentativa de sentido que só é possível pela presença de um Outro. Este que olha e produz uma reação no eu-lírico, posto, em seguida, em significantes verbais. Pensando com Lacan (2008), a entrada do sujeito na linguagem só é possível pela alienação. Isso significa que nunca existe um domínio pleno do que se quer dizer e do que se entende, uma vez que só podemos analisar a nós mesmos como um Outro, já que somos efeito dele. Pela linguagem que chega pronta deste Outro, o sujeito é obrigado a se haver com sua demanda, com sua própria falta. O olhar é significativo à medida que revela a presença de um Outro no sujeito que o desestabiliza, mas também é capaz de o colocar “nos eixos”, na ilusão de uma ordem, sempre invertida, sempre especular. Pelo contato desse eu-lírico com seu Outro-amado, revela-se uma despedida nunca posta em significante verbal, a não ser pela

necessidade de fala do sujeito que, assim, revela sua falta em uma comunicação que se dá totalmente pelo e no corpo, sempre discursivo. Nesse discurso de amor, textualizado em *Atrás da porta*, a relação eu-outro faz-se fortemente presente. O eu-lírico da canção, sujeito do discurso de amor, reafirma sua subjetividade como sendo um sujeito despossuído/desgarrado de si. Nesse desgarramento, amar é deixar-se dizer pelo discurso do outro, ser significado pela fala do outro:

No mesmo movimento em que o sujeito procura sua afirmação absoluta, ele se despossui de seu(s) lugar(es) pela posição relativa ao outro. Sem a dispersão (de posições) possível, ele se desgarrar, se de-situa. Por sua vez, este é um movimento reverso que acaba por atestar sua singularidade: se despossuir-se é sair de si, é também, e sobretudo, perder suas determinações sociais, desgarrar-se de sua posição. É, pois, de certo modo, ir além do limite. Desprender-se. Iludir-se com sua completude. Ir ao encontro (de encontro) do 'tu'. Um 'tu' que torna possível um 'certo dizer', um 'certo' sentido do amor. (ORLANDI, 1999, p. 86)

Nos versos: *Juro que não acreditei / Eu te estranhei / Me debrucei / Sobre teu corpo e duvidei*, consolida-se, definitivamente, uma retomada - posicionada - da memória, o que fica patente pelos verbos no pretérito perfeito do indicativo, indicadores de uma ação encerrada no passado, mas viva como significante. Em **Uma nota sobre o bloco mágico** (1976), Freud propõe que a memória é um discurso a ser reinterpretado, já que seu sentido não é algo afirmativo, mas muito mais interrogativo. Essa significação, por sua vez, é sempre determinada pelo momento em que ocorre. No caso da música, a revisitação do passado, então, não é algo neutro, despido de afetos; ao contrário, é solicitada pela lembrança do olhar, pela presença de um Outro que já se sabe perdido, a não ser como possibilidade de rememoração. Dessa forma, o eu-lírico, construído como feminino, estabelece com seu Outro uma relação de perda maior, revelada primeiramente pelo olhar e, em seguida, pelo discurso da memória que, por si só, já é um discurso de falta, de ausência, de tentativa de substituição do vivido.

Além disso, tal recuperação do vivido pela memória parece, paulatinamente, ganhar o contorno de uma confissão como busca, como trabalho arqueológico em que discursos, de presente e de passado, vão se sobrepondo de maneira que o sentido só é possível de

maneira relacional e interminável, porque depende do que é lembrado e de quem o faz e de quando e em quais condições o realiza. Isso é importante porque pertence a um novo paradigma literário apontado por Foucault: aos poucos, a confissão tornou-se a forma fundamental de compreensão de si, como uma obrigação de sabermos nos dizer, o que, sem nos darmos conta totalmente, já é um efeito de poder. Daí, portanto, nossa alienação como entrada na linguagem. Ao rememorar sua dor, o sujeito - a quem sua memória sobre o afeto “sentido” lhe comparece como claramente vivido - faz circular a sua própria falta; ou seja, não há ato heroico capaz de o salvar:

Daí, sem dúvida, a metamorfose na literatura: de um prazer de contar e ouvir, dantes centrado na narrativa heroica ou maravilhosa das ‘provas’ de bravura ou de santidade, passou-se a uma literatura ordenada em função da tarefa infinita de buscar, no fundo de si mesmo, entre as palavras, uma verdade que a própria forma de confissão acena como sendo o inacessível. Daí também, essa outra maneira de filosofar: procurar a relação com a verdade, não simplesmente em si mesmo - em algum lugar esquecido ou em um certo vestígio originário - mas no exame de si mesmo que proporciona, através de tantas impressões fugídias, as certezas fundamentais da consciência. A obrigação da confissão nos é, agora, imposta a partir de tantos pontos diferentes, já está tão profundamente incorporada a nós que não a percebemos mais como efeito de um poder que nos coage; parecem-nos, ao contrário, que a verdade, na região mais secreta de nós próprios, não demanda nada mais do que revelar-se; e que, se não chega a isso, é porque é contida à força, porque a violência de um poder pesa sobre ela e, finalmente, só poderá articular à custa de uma espécie de liberação. (FOUCAULT, 2012, p. 68-69)

A partir da longa citação acima, reflete-se que toda confissão não pode ocorrer senão como erupção/irrupção de uma força, de uma violência, própria de algo que está aprisionado. Assim parece se comportar nosso sujeito, aprisionado dentro de um jogo de forças que não podem ser totalmente reveladas, já que sempre velam algo. Essa tradição da confissão que se cria, na obra citada de Foucault, é resultado de uma cultura cristã que impôs, com o passar do tempo, o “falar de si” como maneira de se atingir um perdão. No entanto, como percebemos, este só parece ser possível pelo deciframento da palavra por um Outro que nos olha. Por outro lado, pensando com Didi-Huberman (1998), qualquer potência de sentido não se constrói nem

no sujeito que confessa, nem no leitor que tenta o decifrar, mas justamente no intervalo entre aquele que observa e o que é observado. Novamente, retornamos ao início da música, quando o olhar do Outro é essencial para se inaugurar uma busca que nem se sabia existir.

Ao se confessar para quem lê o texto, o sujeito que fala, então, estabelece com este uma relação de poder. Esta, todavia, não é de supremacia, mas de certa subalternidade, já que o enunciador confessa sua memória não com a certeza de quem sabe o que faz, mas com a expectativa de ser entendido, já que essa compreensão parece lhe faltar. Logo, uma relação de submissão é construída pela rede de significantes do texto. Isso será percebido, inclusive, ao fim do texto, quando o sujeito se der conta de que, na verdade, qualquer ódio é uma adoração pelo avesso, na busca de se criar um laço que dê sentido à existência.

No sentido dessa interpretação/interpelação, a submissão estabelece-se, a princípio, não como algo próprio do feminino, mas da constituição de qualquer sujeito, uma vez que mesmo o amado parece naufragar em um discurso que afirma algo (o ódio) e, aparentemente, o seu contrário (a adoração). Por fim, percebe-se, pelos significantes emitidos pelo próprio sujeito, que não há binarismo capaz de dar conta do desamparo humano fundamental, produtor e fruto de angústia. Logo, o próprio gênero desliza nessa busca de um sentido que não se solidifica, ao contrário, revela-se distante, em falta consigo mesmo. O que parece emergir é uma submissão em relação ao masculino, colocado como Outro no qual o sujeito que se mira é mirado. No contexto da música, a lei da significação que dá margem à existência do feminino é o masculino, possível, nesta textualidade específica, somente por uma relação de subalternidade.

Lacan, ao longo de sua obra, afirma que uma das manifestações do Outro na linguagem é pela relação entre o feminino e o masculino, de forma que aquele seria da ordem de uma outra lógica, de um gozo fálico diferente, articulado à falta do Outro. O feminino, assim, gozaria mais que o homem, uma vez que é sem significante, sem abordagem pela linguagem (QUINET, 2012). Vale lembrar que, na lógica lacaniana, o homem e a mulher podem assumir uma posição subjetiva feminino. No texto de Chico, constrói-se uma relação de subalternidade com o masculino e com o olhar do Outro (o que talvez seja o mesmo) como possibilidade de gozo, de ligação com algum significante que lhe dê

sentido. No entanto, não podemos nos esquecer de que, no caso de nosso gesto de leitura, tal relacionalidade entre um feminino e um masculino é elaborada por condições materiais que fazem existir uma divisão social da leitura.

Essa ligação com o Outro, frustrante por natureza, vai dando ritmos diferentes ao texto. Isso pode ser percebido pelo uso intensivo de conjunções repetidas. Estas revelam não só a ênfase numa adição de ações, como também uma mudança no ritmo do texto e do comportamento do sujeito, que, aos poucos, parece ir se desesperando. Vejamos:

Sobre teu corpo **e** duvidei
E me arrastei **e** te arranhei
E me agarrei nos teus cabelos
Nos teus pelos (grifos nossos)

Somada a esse aumento do ritmo textual - marcado por uma adição de significantes que, talvez, deslizem em sentidos, em tentativa de reter algo que se foi - ocorre um rebaixamento físico do eu-lírico, proporcionado pela enumeração gradativa de referenciais do espaço:

E me agarrei nos teus **cabelos**
Nos teus **pelos**
Teu **pijama**
Nos teus **pés**
Ao **pé da cama**
Sem carinho, sem coberta
No tapete atrás da porta (grifos nossos)

Aos poucos, delinea-se o espaço que parece restar a esse sujeito, confessional de uma verdade que não se liga definitivamente a significante nenhum: atrás da porta. Este surge como um entre-lugar, já que a porta não é nem interno nem externo, nem separação somente nem união, mas, justamente, local de passagem, de espera, em que algo se revela, mas também por ser escondido, ainda mais “atrás da porta”. Aos poucos, este é o espaço possível para o sujeito feminino deste texto, enunciador, ocupar, não mais totalmente em queda (“no tapete”), nem mais em ascensão (“nos teus cabelos”). Na

verdade, parece ocorrer um gozo que não se escreve, diferente, “Heteros”, no dizer de Lacan.

Ao final, como tentativa desesperada de se atribuir um lugar, uma nova atitude do enunciador surge, de aparente - mas só aparente - repúdio ao seu Outro, masculino. No entanto, por meio desse movimento de desespero ao ódio e deste à adoração, o sujeito que diz parece - mas só parece! - entender sua condição subjetiva, em que tudo o que faz, coloca em discurso, movimento, permanecendo aberto, o que se evidencia pela lembrança: “só para provar que ainda sou tua”. Existe um desejo de pertencimento, em que ser do outro, caber no significativo do outro, acaba sendo caber em si, uma possibilidade de tradução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos mostrar neste texto como, no discurso de amor, textualizado, o trabalho dos sentidos e a constituição da subjetividade em uma relação de alteridade se sustentam e dizem sobre o modo com o já-lá e a falta elaboram suas fronteiras, o ódio e o amor se tocam, o eu e o outro se constituem. No discurso de amor, ocorre a abertura para o possível e para o impossível, para o pertencimento e para a transgressão, para o sentido e para o não-sentido.

Enquanto confissão, um falar/escutar de si, o texto, discursivamente, revela-se como experiência estética ao deslocar significantes em busca de um ritmo para a existência. Mesmo o ódio e a vingança sentidos pelo enunciador são melhores do que não o pertencimento a nada, nem a si mesmo, abandono de qualquer sentido, ainda que temporário.

REFERÊNCIAS

- BORBA, P. L. **O funcionamento da referência na perspectiva da Análise do Discurso**: um estudo sobre o discurso do esquizofrênico. 2006. 175f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- CANDIDO, A. Crítica e sociologia. In: _____. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

DERRIDA, J. Força e significação. In: _____. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

DIDI-HUBERMAN, G. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Editora 34, 1998.

DURÃO, F. A. **Teoria (literária) americana: uma introdução crítica**. Campinas: Autores associados, 2011.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

FREUD, S. **Uma nota sobre o bloco mágico (1925)**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

JAKOBSON, R. Linguística e poética. In: _____. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1995.

KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino**. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

LACAN, J. **Seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

ORLANDI, E. P. Palavra de amor. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas: 19, p. 75-95, jul-dez. 1990.

_____. **As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2002.

_____. Análise de Discurso. In: RODRIGUES-LAGAZZI, S.; ORLANDI, E.P. (Org.). **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PETTER, M. Linguagem, língua, linguística. In: FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à linguística I – Objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2012.

QUINET, A. **Os Outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

A MULHER NA CULTURA POPULAR MARANHENSE: análise discursiva em letras do brega

FILHO, Marcelo Nicomedes dos Reis Silva

TARINI, Ana Maria de Fátima Leme

APRESENTAÇÃO

As relações entre homens e mulheres sempre foi uma relação de tensão; esta questão leva aos primórdios da humanidade com os relatos dos primeiros humanos, Adão e Eva. Segundo o relato bíblico, o homem foi criado inicialmente e Deus resolveu fazer-lhe uma ajudante, alguém para lhe fazer companhia. O relato bíblico diz assim, em Gênesis capítulo 2, versículo 18: “E disse o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma ajudadora idônea para ele”.

Por esse raciocínio, Deus criou a mulher para que ela fosse uma ajudadora para Adão; alguém que fosse semelhante a ele e “idônea”. Se pensarmos na palavra ‘idônea’, segundo o dicionário Houaiss, ela tem como um de seus sentidos: “que tem qualidades para desempenhar determinada atividade ou ocupar certo cargo ou de quem se pode supor honestidade”. Ou seja, Eva seria alguém em quem Adão poderia confiar e ela poderia desempenhar qualquer função que o homem (Adão) desempenhasse no Jardim do Éden.

Desde esse tempo, as coisas mudaram bastante nesta relação entre homem e mulher; com o passar do tempo, criou-se uma relação de dominação, que pode ser física ou simbólica. Esta relação é reforçada por um conjunto de atitudes que envolvem, dentre outras questões, um discurso de submissão que foi institucionalizado pelos aparelhos ideológicos do Estado e pelo imaginário das mais diversas culturas (ALTHUSSER, 1980). Tem-se aí a materialização da violência simbólica pelo discurso, processo que se observa nas mais diversas formas em tudo o que significa e em tudo que produz sentidos (ORLANDI, 2015). Com relação à produção de sentidos, a autora explica que, não importando se for oral ou escrito, texto é texto, pois carrega consigo significados e esses se organizam em sua relação com a língua, história e o mundo.

A partir dessa compreensão, o trabalho do analista do discurso não é analisar o texto sob o aspecto da língua ou da gramática. Sabendo que tais questões podem ser contempladas em um estudo discursivo, a Análise do Discurso (doravante AD) se preocupa em como a linguagem produz efeitos, ligada ao mundo e seus processos históricos. Sabendo que a linguagem não é algo transparente, mas opaca por natureza, a AD se ocupa em analisar como determinados textos significam em determinadas situações e em certos contextos.

Este trabalho tem como objetivo analisar o discurso machista e como este retrata a mulher nas letras de músicas do “estilo” (POSSENTI, 2011) brega. Para isso, vai se utilizar alguns conceitos acerca de temas que envolvem a pesquisa, como os que envolvem a brega e o machismo. Serão debatidas questões como cultura e cultura popular, contextualizando a brega neste conceito. Em seguida, contextualiza-se o que é machismo e a questão da dominação para que se possa compreender suas origens e analisar os recortes discursivos.

Discutidos os temas introdutórios deste trabalho, apresenta-se o trajeto metodológico, em que se explicita o *corpus* e alguns dispositivos utilizados para a análise dos dados coletados. Por fim, analisa-se o *corpus* com base na AD e, por fim, fazem-se as considerações finais.

A CULTURA, A CULTURA POPULAR E O BREGA

Retomando o tema a partir do termo ‘cultura’, ou melhor, ‘culturas’, observou-se que a discussão acerca do conceito representa uma questão complexa, pois não há um sentido fechado nas áreas que têm se debruçado sobre a questão, como a História, Antropologia, Sociologia, Geografia e as Letras. Como a matéria envolve muitos pontos de vista, serão abordadas na discussão algumas definições que ajudarão a entender este conceito e sua ligação com “estilos” como o Brega, Carimbó, Bumba meu boi, entre outros.

Em sua etimologia, a palavra ‘cultura’ quer dizer, ação, o cultivar da terra, cultivo e etc., mas, por outro lado, pode-se atrelar, socialmente, o termo ‘cultura’ a pessoas que detém um certo nível de conhecimento e erudição e, por isso, costuma-se dizer que uma pessoa tem cultura ou não tem cultura.

Aliada a esta questão ainda há “Um grande número de autores que pensa a “cultura popular” como “folclore”, ou seja, como um conjunto de objetos, práticas e concepções (sobretudo religiosas e estéticas) consideradas “tradicionais” (ARANTES, 2012, p. 16), ponto que é controverso, já que tanto cultura como folclore possuem conceitos bem diferentes, apesar de serem bem próximos, dadas as questões que abordam.

Para contextualizar o que é cultura e cultura popular, buscou-se um consenso, embora esta seja uma situação complexa no meio da Sociologia e da Antropologia. Embora sejam tão amplos, complexos e cheio de nuances, o pesquisador Johnson, explica que cultura pode ser

O conjunto acumulado de símbolos, idéias e produtos materiais associados a um sistema social, seja ele uma sociedade inteira ou uma família. Juntamente com estrutura social, população e ecologia, constitui um dos principais elementos de todos os sistemas sociais. (JOHNSON, 1997, p. 59)

O autor demonstra que a produção de um povo, não importando qual seja, pode ser encarada como cultura. Ele faz ainda uma separação, explicando que existe cultura material e cultura imaterial. A cultura material é tudo aquilo que se produz, fruto de manuseio artesanal: copos, garfos, mesas, quadros, artesanato (souvenires), etc. Já os bens imateriais são os saberes, o conhecimento de como se prepara algo, de como se canta, dança ou celebra algum rito.

Ao se pensar nas questões culturais, é preciso entender que, em se tratando de cultura, nada tem significado estando isolado: nenhuma prática, nenhum rito, nenhum comportamento; as questões precisam estar socialmente inseridas para que produzam sentido, assim como os discursos, que precisam da ligação histórica para que possam produzir significados. Arantes (2012, p. 31) explica essa questão como se pode ver em seguida:

Os elementos culturais nada significam individualmente. Não faz parte da essência de ‘paletó e gravata’ significarem ‘superioridade, formalidade’. Eles ganham esses significados em decorrência dos contrastes significativos que construímos enquanto participantes de um mesmo grupo social (superior/inferior; etc.) e que sinalizamos por meio

de conjuntos de elementos que convencionamos permutar em um mesmo contexto (no contexto, paletó e gravata/macacão).

Sendo assim, nem dança, nem música, nem comportamentos podem significar fora de uma rede que os acolhe e que permita se significar dentro de uma lógica interna. As músicas, assim como as outras formas de produção cultural representam, reproduzem e caracterizam determinadas culturas e seus costumes. Em estados como os da região Norte e Nordeste, observa-se uma produção musical e uma variedade de ritmos e estilos, dos quais pode-se citar: o arroxa, o brega, o carimbó, o Bumba meu boi, o forró, entre outros.

O brega, que é um estilo muito apreciado nas regiões interioranas de estados como Maranhão e Pará, podendo variar de nome de acordo com a localidade, destaca-se como um estilo que aborda temáticas variadas, mas geralmente traz em suas letras situações do cotidiano das localidades onde se ouve esse estilo e dos costumes de determinadas comunidades.

Azevedo (2008, p. 12) explica que, enquanto música, o termo “brega”

é usado para denominar um tipo de canção sentimental, às vezes cômica, que não mede palavras na busca de efeito mais direto em seu ouvinte, esta música é também classificada como ‘música de corno’, ‘música para curtir’, ou ‘música para beber’.

Como o autor ressalta, a música brega nem sempre é vista com esse nome, já que, para muitos, o termo ‘brega’ soa pejorativo e isso causa certo desconforto em quem ouve o estilo.

Como já mencionado, os cantores deste estilo levam em consideração aspectos vividos em suas épocas, localidades e comunidades para a produção das músicas, com letras que fazem os mais diversos tipos de abordagem, desde um desentendimento de bar, até a descrição da vida em locais como o garimpo. Muitas das letras abordam a mulher ou coisas relacionadas a ela. Como a maioria dos compositores são homens e as comunidades são, em sua maioria, patriarcais, as referências feitas à mulher seguem os costumes locais.

A princípio, o que se observa nas letras é uma visão depreciativa com relação à figura da mulher, então, buscando embasamento sobre o assunto, faz-se necessário entender o que é o machismo e as

questões de dominação, problematizando-os e apontando questionamentos acerca da temática proposta nesta pesquisa.

MACHISMO E DOMINAÇÃO MASCULINA

No decorrer da história, muitos estudos e teorias se formaram em torno do machismo e das polêmicas promovidas pelas letras de música que tratam de mulheres e coisas relacionadas a elas. Sabe-se que a cultura musical pode influenciar, integrar e impulsionar movimentos de consciência, mas não se está afirmando que todas as músicas bregas são machistas ou que elas é que determinam o comportamento dos homens machistas dessas sociedades. O que se percebe é que, na dinâmica do estilo brega, há a quebra da dualidade homem/mulher, em benefício da “exaltação” do homem. Trata-se, então, de conceber o homem como detentor de direitos que não se aplicam e não estão disponíveis às mulheres. Isso se torna possível pela manutenção de um discurso que privilegia homens em detrimentos das mulheres.

A respeito do machismo e das questões de gênero, pode se dizer que, segundo Drumont (2009, p. 81), “o machismo é definido como um sistema de representações simbólicas, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher”, ou seja, produz uma relação de supremacia da figura masculina em relação à feminina, de forma que a mulher é posicionada como “subalterna” e como alguém que deve aceitar o jugo e isso se materializa de diversas formas, tanto físicas como simbólicas.

O autor ainda explica que o machismo faz parte de um conjunto de ideologias, que, neste caso, aprisiona, oprime e direciona a forma como as mulheres devem se comportar. A este respeito, a autora explica que (2009, p. 81)

O machismo, enquanto sistema ideológico, oferece modelos de identidade tanto para o elemento masculino como para o feminino. Ele é aceito por todos e mediado pela ‘liderança’ masculina. Ou seja, é através deste modelo normalizante que homem e mulher ‘tornam-se’ homem e mulher, e é também através dele, que se ocultam partes essenciais das relações entre os sexos, invalidando-se todos os outros modelos de interpretação das situações, bem como das práticas que não correspondem aos padrões de relação nele contidos.

Vale ressaltar o que o machismo, enquanto representação ideológica, materializa-se em discursos e esses se fazem presentes na sociedade porque sujeitos os dizem e os enunciam a todo momento. O discurso machista emerge no dizer dos sujeitos, porque ele já foi dito alguma vez na história. Não se sabendo quem o enunciou, o mesmo é apagado, ou seja, aquilo é esquecido e em algum momento recuperado por sujeitos que os proferem acreditando serem conscientes de que aquilo que enunciam é fruto da própria consciência (Orlandi, 2015).

O machismo não se dá somente pela força física, mas também opera de forma simbólica, gerando uma opressão que é sentida pelo discurso. Orlandi (2001, p. 242) argumenta que,

em relação à coerção, não é nem necessário dizer que não se trata de força ou coerção física, pois a ideologia determina o espaço de sua racionalidade pela linguagem: o funcionamento da ideologia transforma a força em direito e a obediência em dever.

Estabelece-se, então, um domínio, uma supremacia masculina, sustentada pelo uso da palavra por meio da ideologia e por meio do funcionamento de um discurso atravessado por uma ideologia dominadora que busca a perpetuação de um estilo de vida que impõe às mulheres a segunda via, ou seja, empurra-se as mulheres ao segundo plano, sempre depreciando suas atitudes e diminuindo sua importância no convívio social.

Segundo Bourdieu (2017, p. 22)),

a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que videm a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça.

Ou seja, o machismo é um discurso cristalizado e arraigado na sociedade. O autor ainda explica que são discursos que não precisam ser confirmados falam por si sós. A sociedade se encarrega de disseminar e perpetuar esse discurso de dominação, na música, nas relações hierárquicas, nos salários, nos ditos empregos masculinos ou femininos, na afirmação de que as mulheres são mais frágeis (fracas)

ou que as mulheres têm o dom de educar e que toda mulher quer ser mãe por natureza. Ressalta-se a diferença biológica em que a mulher é caracterizada como sexo frágil e o homem como forte e que não precisa ser questionado, o que o posiciona, enquanto sujeito que enuncia, como o detentor da primazia nas relações de poder.

O discurso de supremacia masculina apresenta ainda algumas questões que reforçam o machismo como prática “natural” dentro da ordem social. Atitudes simples como a de reforçar a ideia de que as tarefas exercidas por homens são sempre mais importantes que as das mulheres ou de que as mulheres devem se ocupar de tarefas que seriam femininas, como cuidar dos afazeres domésticos, cuidar das atividades relativas à reprodução, cuidar dos filhos e o que está relacionado a isso, não lhe cabendo o papel de questionar ou de se negar a esse papel.

A subversão ocasional desta ordem social e discursiva implica, para o homem, no seu rebaixamento, ou seja, o homem passa a se sentir humilhado, quando o discurso machista é silenciado, aparecendo o discurso feminista, que empodera e municia a mulher, dando-lhe a oportunidade de ter voz e vez.

Outra forma de reverter, ou mesmo transgredir a ordem imposta pelo discurso machista, faz referência ao sexo, pois, segundo Bourdieu (2017, p. 31-32),

a vagina continua sendo constituída como fetiche e tratada como sagrada, segredo, tabu, e porque o comércio do sexo continua a ser estigmatizado, tanto na consciência comum quanto no Direito os quais literalmente excluem que as mulheres possam escolher dedicar-se à prostituição como a um trabalho. Ao fazer intervir o dinheiro, certo erotismo masculino associa a busca do gozo ao exercício brutal do poder sobre os corpos reduzidos ao estado de objetos e ao sacrilégio que consiste em transgredir a lei segundo a qual o corpo (como o sangue) não pode ser senão doado, em um ato de oferta inteiramente gratuito, que supõe a suspensão da violência.

Deste ponto de vista, pode-se pensar que, além de ter que “ofertar” seu amor, a mulher fica impedida, inclusive juridicamente, de fazer uso do sexo com fins que não sejam meramente reprodutivos e que mantenham relação com as condições de consumo aos quais elas devem estar habituadas a desempenhar, no aconchego do lar.

Para analisar o tema exposto, precisa-se lançar um olhar acurado, visto que tudo muda de sentido dependendo do olhar que se enseja, quer seja da visão masculina, a do discurso sem necessidade de justificação, quer seja no discurso silenciado das mulheres. Mesmo havendo essa dualidade de perspectivas, sabe-se que as “as palavras ‘mudam de sentido’ ao passar de uma formação discursiva¹ para outra” (PÊCHEUX; HENRY; HAROCHE, [1971] 2007, p. 20); sendo assim, na sessão seguinte deste trabalho, apresentar-se-á a AD enquanto metodologia e alguns dispositivos de análise que serão selecionados para a análise.

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA ANÁLISE

Nesta seção do trabalho, buscar-se-á refletir sobre algumas questões fundamentais acerca da AD e de como a mesma trabalha na análise do *corpus* coletado. Não se busca fazer um resgate histórico da AD enquanto disciplina e nem de como ela surgiu na França, mas se propõe discutir alguns conceitos chave que serão usados na análise dos dados.

Escolhido o *corpus* da pesquisa, surgem questões acerca de como se trabalhar com os dados: por onde e como iniciar a análise do discurso? O que seria o discurso nessa teoria? E como o analista do discurso procederá sua análise? Estas são algumas perguntas com as quais o analista se defronta ao se propor analisar os dados de uma pesquisa.

Iniciam-se as discussões a partir do termo ‘discurso’. Para Houaiss, a palavra discurso tem sete significados, dentre eles, o de que “a língua em ação, tal como é realizada pelo falante”, e “enunciado oral ou escrito que supõe, numa situação de comunicação, um locutor e um interlocutor”. Na primeira citação, há uma associação com como Saussure pensava o discurso, podendo-se substituir a palavra discurso por fala, numa relação dicotômica (apontada por ele) entre língua e

¹ Para Orlandi (2015, p. 41), a formação discursiva “se define como aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada - determina o que pode e deve ser dito”. Este termo foi inicialmente utilizado por Foucault e, logo em seguida, reformulado por Pêcheux. Por ter essa “dupla origem”, o mesmo apresenta uma certa instabilidade. O próprio Pêcheux em meados dos anos de 1970 reformulou o termo, além de outros pesquisadores tê-lo feito também.

discurso. A segunda citação se aproxima do que se busca abordar aqui. Para Orlandi (2002, p. 63), “o discurso, definido em sua materialidade simbólica é “efeito de sentido entre os locutores”, trazendo marcas da articulação da língua com a história para significar”. Partindo desta proposição, o discurso se assemelha à segunda entrada do dicionário, mas a autora trabalha em termos de locutores e não locutor e interlocutor, isso porque a abordagem leva em consideração o estudo do discurso no nível da fala e de como ela se inscreve na história, e, a partir daí, produz sentidos.

Sendo o texto algo que significa na relação do sujeito com o mundo que o acolhe, na AD, analisa-se como a língua produz efeitos e por que aparece um discurso e não outro, ou seja, que efeitos de sentido esse discurso dessa formação ideológica produz. Fernandes (2005, p. 20), explica que o discurso “implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística, mas aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas”.

De acordo com o autor, o sentido é a questão central e não se está em busca de sentidos literais, mas na relação da língua com a historicidade do que é dito. Sendo assim, percebe-se algumas questões-chaves para começar a entender a AD. Dentre estas, está a de que a língua não é transparente: ela é opaca e, por ser opaca, os sentidos passam a ser diversos, estando sua interpretação atrelada ao momento em que determinado discurso é enunciado, dependendo da posição que o enunciador ocupa: de onde ele produz o discurso. A AD não busca, como a análise linguística e a análise de conteúdo, um sentido, uma interpretação do que está exposto no texto, mas a ideologia presente no que é enunciado pelo sujeito.

Neste sentido, o sujeito assume um papel fundamental, pois é ele que enuncia nas mais diversas situações. Na AD, não se pode confundir indivíduo empírico, gramatical ou sintático com o sujeito apresentado nesta visada teórica. O sujeito aqui referenciado surge do que Pêcheux ([1975] 1995) chama de forma-sujeito, que é o indivíduo interpelado por uma ideologia, ou seja, o sujeito em sua forma social, um sujeito que reproduz discursos, acreditando ser seus, mas suas falas são repetições de falas já proferidas.

Isto se evidencia em Pêcheux ([1975]1995, p. 161), quando o autor destaca que os indivíduos “são interpelados em sujeitos-falantes (em

sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas correspondentes”. Desta forma, o sujeito que enuncia não controla plenamente o que diz nem os efeitos dos seus dizeres, mas ele tem a ilusão de que domina o seu dizer.

Quando o sujeito enuncia, ele assume um posicionamento e enunciar de um “lugar”, esta posição ele ocupa dependendo do contexto. Esta noção surge com Foucault (1972), quando ele explica que ela se refere à posição que todo indivíduo pode e deve alcançar para que seja considerado sujeito do que enuncia. Pensa-se no caso deste trabalho: o discurso machista e seus efeitos de sentido. O homem, quando enuncia em uma determinada formação discursiva que quer se casar com alguém e em seguida diz “case-se comigo e você terá casa, comida e roupa lavada”, os efeitos de sentido são variados, mas se pode entender que ele assume a posição-provedor; ele se tornará tutor da esposa e proverá sustento da casa, enquanto ela fica sujeita ao seu controle e domínio, em posição inferior, já que estará sob sua “guarda”.

Assim, o sujeito pode assumir inúmeras posições dependendo das formações discursivas que se inscrever. O mesmo homem, que aqui se colocou na posição sujeito-marido ou sujeito-proponente a marido, pode, em outra situação ou outra formação discursiva, assumir a condição de sujeito-pai, ou sujeito-filho, dependendo da sua posição sócio-histórica e ideológica.

Outra questão importante na AD é a que trata das condições de produção. Para Orlandi (2015, p. 28), o conceito pode ser visto como “o contexto imediato”, além de ser um fato que se liga aos contextos sócio-históricos e ideológicos. Pêcheux ([1969] 1990, p. 74) explicita que

O estudo da ligação entre as ‘circunstâncias’ de um discurso - que chamaremos daqui em diante suas *condições de produção* - e seu processo de produção. Essa perspectiva está representada na linguística atual pelo papel dado ao contexto ou à situação, como pano de fundo específico dos discursos, que torna possível sua formulação e sua compreensão (grifos do autor).

Pêcheux deixa claro que existem duas possibilidades de se ver a questão envolvendo as condições de produção. Possenti (2011, p. 366)

explica que há uma substituição do conceito de circunstância por condições de produção. Isso faz com que se retire o termo da cena que envolve a pragmática e o realoque no que ele chama de “instâncias enunciativas institucionais, marcadas por características amplamente históricas”. No segundo caso, o autor explica que o termo está representado na “linguística atual” por dois conceitos: de contexto e de situação. Observando a questão, Possenti (2011) explica que a AD os vê como superados, pois, como ela rompeu com esse posicionamento, tais termos são considerados “não científicos” e uma etapa superada nas análises de textos. Em AD, considera-se os contextos imediatos, contanto que os mesmos levem em consideração as condições históricas de produção; assim, “contextos” estão relacionados a uma história, o que torna os enunciadores assujeitados à sua FD (POSSENTI, 2011).

Estes conceitos fundamentarão a análise do corpus, mas é importante explicitar como se deu o processo metodológico de análise das letras de músicas selecionadas e quais os critérios utilizados para a escolha. Toda pesquisa busca satisfazer indagações acerca de algum objeto; para isso a mesma lança mão de algumas questões técnicas que viabilizam a análise dos dados coletados, demonstrando o percurso para a chegada aos resultados da mesma. Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa de natureza analítico-explicativa e os dados foram gerados por meio de análise documental e deverão ser analisados com base na AD.

O tema em questão surgiu a partir de pesquisas anteriores envolvendo a cultura popular e sua produção cultural, em especial a musical. Em trabalhos anteriores, foram analisadas as toadas de bumba-meu-boi em seus mais diversos aspectos, desde o religioso até similaridades com a literatura, em especial com o trovadorismo. Neste estudo, analisou-se a música brega maranhense e como a mulher é retratada pela mesma. Para isso, foram selecionadas duas músicas do autor Júlio Nascimento, as quais comporão o *corpus* a ser analisado, de acordo com o que propõe Orlandi (2005).

A AD, enquanto dispositivo de análise, não busca uma interpretação do que é “certo” ou “errado” em um determinado texto, algo que descolado de uma historicidade não pudesse produzir sentidos isoladamente. A AD busca a interpretação da ideologia presente nos discursos dos sujeitos e como eles significam, levando

em consideração a ideologia e a história. Orlandi (2015, p. 57) explica, tendo por base Pêcheux, que todo enunciado

é linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possível oferecendo lugar à interpretação, sendo sempre suscetível a ser/tornar-se outro. Esse lugar do outro enunciado é o lugar da interpretação, manifestação do inconsciente e da ideologia na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos. Aí pode haver relações de ligação, identificação ou transferência, e assim as filiações históricas podem organizar-se em memórias, e as relações sociais em redes de significantes.

Desta forma, o trabalho do analista vai além da tarefa de descrever o que está a mostra no texto, buscando a relação dos enunciados com os já ditos, ou seja, o interdiscurso que torna possível o trabalho de interpretação, por conta dos jogos de sentidos nas sociedades e na história como diz Pêcheux. Busca-se um atravessamento da transparência da linguagem, deixando de lado o efeito do literal e se busca uma visão que privilegie a opacidade da linguagem. Somente assim se faz possível a análise, trabalhando o descentramento do sujeito e o efeito metafórico, o que proporciona ver as falhas presentes nas materialidades discursivas.

Como se está em busca dos sentidos, é preciso que se entenda que a “ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a construção do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 2015, p. 46). Sendo assim, o sujeito, ao enunciar, em qualquer posição que ocupar, resgata discursos que representam a sua formação discursiva (FD) e formação ideológica (FI).

Tendo o exposto como base para a análise do *corpus*, buscou-se interpretar como o machismo se materializa nas letras do brega maranhense e como as palavras produzem efeitos de sentido naquelas condições de produção: a análise será detalhada na sessão seguinte.

A MULHER NO ESTILO BREGA MARANHENSE

O artista Júlio Nascimento, muito conhecido nos Estados do Piauí, Pará e Bahia, começou sua carreira precocemente aos 6 anos de idade, quando gravou sua primeira música. Ele ficou marcado por ser um cantor e compositor do “estilo musical brega”. Suas músicas abordam

temas relacionados aos locais onde as mesmas são mais aceitas e tocadas. Júlio recebe a alcunha de “cantor dos garimpeiros”, “O Rei do Brega”, o cantor apaixonado, dentre outros.

O cantor/compositor assume uma posição ao enunciar, enquanto sujeito. Segundo a perspectiva althusseriana, deixa de ser indivíduo empírico para ser assujeitado e atravessado por ideologias. As músicas bregas são materiais simbólicos (imagens, som, grafia, etc.), nas quais existe um sujeito que enuncia de um lugar sócio-histórico.

Para Pêcheux ([1975]1995, p. 161), “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. A partir desta afirmação, compreende-se que o cantor/compositor enuncia de uma posição-sujeito que expõe toda a sua impressão acerca da mulher e de como ela é vista na sociedade em que ele está inserido.

Proceder-se-á a análise das canções por meio de Sequências Discursivas (SD), a fim de organizar o *corpus* em recortes para ser analisado.

CANÇÃO 1 – ADALGIZA

(SD1) O que a Adalgiza **aprontou** comigo

Foi só pensando em me **derrotar**

Mas ela agora já **pegou o castigo**

Vive sofrendo em bar em bar

Nesta SD, compreende-se que a mulher está para o homem numa relação de submissão, que suscita nela o desejo de se rebelar, fato que fica marcado no texto pelas palavras “aprontou” e “derrotar”, trecho em que se vê uma mulher lutando contra um domínio que não lhe favorece e, por isso, ela busca subverter o estado de “cativeiro” em que vive. Isso se dá pela traição que comete, algo que demonstra a ruptura com o discurso estabelecido do macho dominador, que é a essência do discurso machista.

Nessa SD, percebe-se que a atitude subversiva é punida, o que fica marcado mediante as expressões “pegou castigo” e “vive sofrendo”. Estas palavras mostram que a desobediência às regras de obediência, previamente estabelecidas, como a dedicação ao lar e à castidade, devem ser mantidas para que os papéis de homem e mulher possam ser aceitos na sociedade.

(SD2) essa é a Adalgiza a mulher que não tem coração
Me **iludiu** pra **roubar** o meu dinheiro
Só pra depois ele me **deixar na mão**

Nesta SD, observa-se que a Adalgiza mostra um apego exacerbado ao dinheiro, papel historicamente definido como masculino, restando às mulheres o papel de cuidar dos afazeres domésticos, da função de procriação e de outras coisas relacionadas à estética da casa e dos bens de consumo, como apontou Bourdieu (2017). A mulher, ao se aventurar em questões que envolvam o trabalho e, conseqüentemente o dinheiro, são “penalizadas” por insucesso na vida pessoal, como explica o autor.

As palavras ‘iludir’, ‘roubar’ e a expressão ‘deixar na mão’ mostram que Adalgiza foi amaldiçoada por tomar uma atitude tida como vil, maculando a estrutura familiar por assumir atitudes incompatíveis com a posição de “dona do lar” e submissa ao seu marido.

(SD3) Hoje eu vivo aqui **tranquilo**
Tenho **carro** tenho **tudo** e **até mulher**
E ela vive só **sofrendo**
Perambulando nas portas dos **cabarés**

Percebe-se, aqui, que houve um “descarte” da mulher, já que a mesma não “servia” mais aos propósitos do dono da casa e seu possuidor. A palavra ‘tranquilo’ demonstra que o sujeito se livrou de um peso e, por expurgar a esposa “defeituosa”, substituiu-a por bens materiais e por uma outra mulher, o que fica evidente por meio das palavras “carro”, “tudo” e “até mulher” para demonstrar que agora ele vive melhor que antes. A mulher representa algo de menor valor, estando listada abaixo de todos os bens de consumo, já que “tudo” ali esgota as possibilidades de posse, restando à mulher a última posição dentre todos os bens recém adquiridos; ainda assim a mulher também é posicionada como posse.

(SD4) O que a Adalgiza fez pensa que eu vou **perdoar**
Ow, mas ela não a Leidiane que eu tive que **aceitar**
O que a Adalgiza fez pensa que eu vou perdoar
Ow ow ow ow ow
Mas eu não sou **idiota** eu não vou te **aceitar**

Em seguida, nota-se que a Adalgiza busca o perdão do marido, arrependida por ter transgredido a ordem em que estava inserida. Isto fica marcado em “perdoar” e “aceitar”. Aqui, percebe-se o discurso machista, pois o marido se “empodera” e assume a posição de possuidor. Segundo Orlandi (2011, p. 242), quando parafraseia Reboul, “o funcionamento da ideologia transforma a força em poder e a obediência em dever”. Adalgiza cometeu um ato de rebeldia, ao desobedecer às ordens do seu senhor é confrontar um poder que ela nunca poderá, nesta FD, reverter, pois, aqui, o poder do machismo se compara ao de um Deus e o discurso do Deus todo poderoso não sofre reversibilidade².

Embalado pelo sucesso da música anterior, Adalgiza (1992), o cantor Júlio Nascimento lança em 1995 o álbum Vol. 5, um sucesso de vendas, que trouxe músicas como Garimpeiro, Corninho, Meu vizinho, A prima da Adalgiza, entre outras.

As músicas de Júlio, geralmente, abordam temas como traição e sua vida nos garimpos, locais onde a prostituição e a anomia são questões marcantes pela falta de uma unidade social naqueles espaços; onde geralmente homens vão em busca de riqueza e mandam dinheiro para as esposas que ficam em casa cuidando dos filhos e dos bens materiais do casal. Essa segunda letra versa sobre esta questão do homem que sai de casa para trabalhar e deseja que a mulher esteja em casa esperando-o.

CANÇÃO 2– A PRIMA DA ADALGIZA

(SD5) Eu me **casei** com a prima da Dalziza

A Dalziza é uma **mulher sem coração**

Mas sua prima é uma mulher **direita**

Ela sempre me **respeita**... Nunca **fez uma traição** (2x)

Na SD3, vê-se que houve a substituição da Adalgiza por uma outra mulher, a Leidiane, na SD4, a qual aceitaria a condição de mulher submissa e dominada pelo homem, conforme a SD5. Percebe-se que a pessoa em questão se trata da prima da Adalgiza, aqui chamada de Dalziza, fato reforçado pelo verbo “casei”, mostrando que não houve perdão à traição cometida pela Adalgiza, já que ela era tida como uma mulher sem caráter e sem sentimentos, ou seja, uma “mulher sem coração”.

² Orlandi (2011, p. 239) entende que a reversibilidade é a troca de papéis, “na interação que constitui o discurso e que o discurso constitui”.

A substituição da esposa se deu porque o sujeito enuncia que a prima, diferente da Adalgiza, era uma mulher “direita”, pois nunca fez uma traição e, acima de tudo, ela aceita a submissão e a dominação por parte do seu esposo. Isto fica evidente nas palavras “direita”, “respeita” e na expressão “nunca faz uma traição”.

(SD6) Um certo dia eu saí pra o trabalho
Quando eu voltei... Eu vi meu filho chorando
Ele falando: Papai... Mãe tá sofrendo... Tá lá na cama gemendo...
Abraçada com um malandro...
Ele dizia: Papai... Mãe tá **sofrendo**... Tá lá na cama gemendo...
Abraçada com um **malandro**...

Retomando a SD1, em que Adalgiza trai o marido, como é colocado que ela “aprontou” com o sujeito-autor no intuito de “derrotar” o marido, aqui, na SD6, usa-se a metáfora para produzir efeitos de sentido. Pêcheux (2011) afirma que as palavras podem apresentar diferentes significados dependendo da FDs em que são empregadas.

Orlandi (2015, p. 78) afirma que

dizemos as mesmas palavras, mas elas podem significar diferente. As palavras remetem a discursos que derivam seus sentidos das formações discursivas, regiões do interdiscurso que, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas.

Na SD6, percebe-se o sujeito-filho, dentro da sua FD, enuncia que a mãe está sofrendo, pois o “gemido”, naquelas condições de produção, seria fruto do sofrimento, enquanto, para o sujeito-autor, com a percepção de um adulto, isto é, outra FD, os efeitos de sentido do enunciado é o de que a esposa o estava traindo com um “malandro”, conforme a letra da música.

(SD7) Quando eu vi a minha esposa nua...
Até pensei em minha vida dar um fim
- Desesperado em frente ao meu portão...
Com a minha **arma** na mão eu fiquei gritando assim: (2x)
Eu não aceito não... Eu não aceito... Outro homem
Deitado na mesma cama que eu deito (2x)

Na SD7, o senso de justiça, da virilidade apontada por Bourdieu (2017), fruto de um machismo em que o homem assume a posição de vingador da honra, defensor da justiça e agente da “lei”, fica marcado ideologicamente no enunciado do sujeito-autor, quando afirma ter uma arma na mão que demonstra que ele possui o poder de decidir pela força casos de transgressão do seu dizer, da sua ordem, ou seja, da sua “honra”.

Nos dois últimos versos, quando o sujeito-autor diz “Eu não aceito não... eu não aceito... Outro homem / deitado na mesma cama que eu deito”, percebe-se a violação do local sagrado do casamento, onde o matrimônio é consumado, local que não pode ser maculado. Ao que parece, o fato de a traição ter ocorrido na cama do casal o magoou mais que a esposa tê-lo traído. Foucault (1993, p. 242) observou que a sexualidade e o poder estão intimamente relacionados. Isso fica evidente, quando o autor explica que “toda relação sexual funciona segundo o esquema da penetração e da dominação do macho”. O homem é que tem de deter o controle da transa, fazendo com que ela aconteça, somente por sua vontade.

Desta forma, quebra-se, mais uma vez o discurso machista o que produz o efeito de sentido que Adalgiza, diferentemente da prima que era obediente e era uma mulher direita, envergonhou o marido, por fazê-lo passar pela situação que Bourdieu (2017) chama de afeminamento, quando um homem domina outro homem (neste caso, pela posse da mulher, que é vista como propriedade do esposo) e isso causa um rebaixamento do marido frente a esposa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O machismo é uma prática já há muito estabelecida nas sociedades. Sua origem vem desde que se começou a organizar a sociedade por divisão de trabalho para homens (atividades externas) e para mulheres (atividades internas e cuidar da prole). A partir desse pensamento primário que objetivava a sobrevivência da espécie, o discurso de que homens são superiores a mulheres tem se propagado nos mais diversos meios e formas, porém com resistência de muitas mulheres e grupos de ativistas feministas. Compreendendo que o machismo está presente em vários espaços discursivos, buscou-se

neste trabalho analisar o discurso machista e como este retrata a mulher nas letras de músicas do “estilo” brega.

Percebeu-se que a mulher ainda é vista como submissa aos mandos dos homens, tendo sua posição de frágil, submissa e incapaz, reforçada das mais diversas formas, conforme se vê na música. As mulheres vêm buscando sua autonomia, conquistando espaços e avançando na exigência de direitos iguais na sociedade, mesmo com um discurso contrário a isso, que tenta apagar as mazelas pelas quais as mulheres ainda passam e que elas têm superado.

Nas duas músicas analisadas, percebeu-se uma reprodução da ideologia machista do homem que não reconhece a mulher enquanto ser autônomo e independente e como o mesmo foi, por algumas formas (nesse caso, a traição mostrando a não submissão), confrontado pela Adalgiza. Essa postura de resistência, seja pelos meios que forem, as mulheres têm posto em prática, lutando contra a dominação masculina e os efeitos que levam ao ostracismo e ao apagamento da sua sexualidade e das suas potencialidades na sociedade moderna. Notou-se, também, que Adalgiza é o sujeito dito e descrito pelo marido; ela não tem voz, não tem sua versão contada. A letra não mostra a opinião da Adalgiza a respeito do que ocorreu.

Mesmo sem voz, sabe-se que as mulheres são responsáveis por mais de 50% dos lares no Brasil, papel que antes era quase que totalmente ocupado pelos homens. Assim, o patriarcado vem perdendo força nas sociedades, seja na organização familiar, seja no mercado de trabalho. Vê-se, neste século, que as mulheres são quem mais ocupam as vagas nas escolas nos mais variados níveis, desde a educação básica até o ensino superior, o que mostra como a luta por espaço pode gerar uma reversibilidade discursiva com relação ao discurso machista que tanto tem imposto à mulher uma condição hierárquica inferior à qual ela não tem por que aceitar.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1980.
- ARANTES, A. A. **O que é cultura popular**. São Paulo. Ed: Brasiliense, 2012.

- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: BestBolso; 2017.
- DRUMONT, M. P. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas**: Revista de Ciências Sociais, v. 3, 2009.
- FERNANDES, C. A. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. Trilhas Urbanas, 2005.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Petrópolis. Vozes, p. 282-295, 1972.
- _____. **A história da sexualidade 1**: a vontade de saber. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993
- HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João, p. 13-32, 2007.
- JOHNSON, A. G. **Dicionário de Sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- ORLANDI, E. P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Pontes, 2002.
- _____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Pontes, 2011.
- _____. Análise de discurso: princípios e procedimentos. In: **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Pontes, 2015.
- POSSENTI, S. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. In.: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística III**, p. 353-392, 2011.
- PÊCHEUX, M. et al. Análise automática do discurso. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux, v. 2, p. 61-151, 1990.
- PÊCHEUX, M. Língua, linguagens, discurso. **Legados de Michel Pêcheux**. São Paulo: Contexto, p. 63-75, 2011.

A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV) E A PRODUÇÃO DISCURSIVA DOS EFEITOS DE VERDADE: o político e suas (in)determinações¹

MOREL, Marco Aurelio

INTRODUÇÃO

O Brasil passou por inúmeros processos de violência estatal, mas nenhum outro período pode ser comparado ao que ocorrera após o Golpe de 64. Nesse período, os desmandos e abusos praticados, principalmente por militares, resultaram na privação da liberdade e em violações dos direitos humanos em todas as esferas, públicas e privadas. Em 2011, quase 50 anos após o ocorrido, criou-se a Comissão Nacional da Verdade (CNV), Lei nº 12.528/2011, sancionada pela então presidenta da República, Dilma Rousseff. A lei surgiu com o propósito de investigar violações dos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil, com ênfase no período em que o país sofreu um dos episódios mais lamentáveis de sua história: a ditadura civil-militar instaurada após o Golpe. Este artigo busca uma leitura discursiva dos efeitos de verdade engendrados pela Lei nº 12.528/2011 em sua intersecção com outros discursos, sobretudo, com o discurso político.

Pensar discursivamente a verdade a partir de uma lei implica reconhecer o curso para a constituição de esse efeito de verdade. Como se sabe, os discursos que sustentam a vontade de verdade de uma época se constituem histórico-socialmente por meio de práticas discursivas observáveis em sua dispersão, ou seja, é nas diversas materialidades das práticas discursivas que se apreende o funcionamento do efeito de verdade.

No caso da Lei nº 12.548/2011, a produção discursiva da verdade pode ser verificada no entrecruzamento de discursos jurídicos, políticos e humanitários, que se submetem a coerções entre si e, com

¹ Este artigo compõe um capítulo da tese de doutoramento defendida em 2018, ainda não publicada, sob o título *Vítimas e combatentes na Comissão Nacional da Verdade (CNV): discurso, memória, silêncio e resistência*, apresentada e defendida na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, campus de Cascavel.

isso, possibilitam efeitos de verdade. A verdade se constitui no cerne da lei que instituiu a CNV. Entretanto, de que forma isso se dá?

Remontemos, ao artigo primeiro da referida lei:

Art. 1º É criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. (BRASIL, 12.528/2011)

Aqui a verdade aparece já no título e, mais adiante, especificada como um direito. Não se trata de qualquer verdade, pois há um delimitador - histórico - que indica sua finalidade. Faz-se necessário destacar que, vista sob um prisma discursivo, a verdade mencionada não se refere a uma oposição à mentira, mas da “verdade sobre as graves violações dos direitos humanos em regimes de exceção”. Apresentada dessa forma, a verdade traz em seu bojo a historicidade constituída por toda uma memória sobre a qual passamos a discorrer.

AS LEIS INTERNACIONAIS

As proposições, neste caso, tanto da CNV quanto do direito à verdade são oriundas de determinações dos organismos internacionais com os quais o Brasil firmou compromisso, sobretudo, no que tange aos direitos humanos. Nesse limiar, destacam-se a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte CDH) como essenciais para o desenvolvimento e exercício do direito à verdade, sendo as Comissões de Verdade o resultado de acordos entre esses organismos, que se constituem nos principais mecanismos para efetivação desses direitos. Embora atuantes e decisivas, essas organizações exercem suas práticas por meio de todo um aparato político-legal, envolvendo acordos, relatórios, leis, informes, estudos, e utilizam mecanismos burocráticos recorrentes a todas as entidades organizadas do mundo ocidental, que prima pelo Estado de Direito.

Tem-se na Lei nº 12.528/2011 um efeito de sentido de uma verdade específica, a qual se poderia resumir em “a verdade sobre as vítimas

de períodos de exceção política”. Contudo, para chegar a este efeito de sentido, há a historicidade que atravessa as palavras ali expostas, há a memória, enfim, há a discursividade que possibilitou a emergência desse enunciado na rede de sentidos, que pode ser vista no trajeto percorrido até o efeito de sentido possível naquele contexto histórico-social-político. Observa-se, a título de exemplo, a concepção de verdade em relação às leis internacionais que precederam a CNV brasileira.

No relatório final acerca da impunidade dos autores de violações dos direitos humanos da ONU (1997), há uma franca oposição à forma como são tratados os anistiados políticos, sobretudo, a maneira em que são misturados vítimas e algozes. As recomendações e estudos buscam reparar o que consideram impunidade e, no relatório de 1997, a “verdade” aparece no item “Derecho a saber”, no qual se institui que não é apenas um direito individual da vítima ou família, mas de toda a sociedade. Aqui, tem-se a verdade como parte de um mecanismo de constituição da história e dos direitos humanitários, com um propósito de não-repetição:

Derecho a saber

17. No se trata sólo del derecho individual que toda víctima o sus familiares tienen a saber lo que ocurrió, que es el derecho a la verdad. El derecho a saber es también un derecho colectivo que hunde sus raíces en la historia, para evitar que puedan reproducirse en el futuro las violaciones. (ONU, 1997, p. 6)

Esse documento dialoga com outro relatório da CIDH, de 1985, no qual a ênfase em relação ao direito à verdade histórica começa a cindir, resultando em uma verdade cada vez mais específica. No caso deste documento, há a questão de uma verdade irrenunciável, ou seja, as vítimas, os familiares ou a sociedade, não podem abdicar de tal direito².

² Toda la sociedad tiene el irrenunciable derecho de conocer la verdad de lo ocurrido, así como las razones y circunstancias en las que aberrantes delitos llegaron a cometerse, a fin de evitar que esos hechos vuelvan a ocurrir en el futuro. A la vez, nada puede impedir a los familiares de las víctimas conocer lo que aconteció con sus seres más cercanos. Tal acceso a la verdad supone no coartar la libertad de expresión, la que - claro está - deberá ejercerse responsablemente; la formación de comisiones investigadoras cuya integración y competencia habrán de ser determinadas conforme al correspondiente derecho interno de cada país, o el

Os estudos sobre a verdade em relação às violações de direitos humanos ganharam notoriedade a ponto de merecerem estudos cada vez mais aprofundados e peculiares, os quais, apesar de nunca terem cessado, aparecem em forma de documento específico emitido pela ONU, em sua Comissão de Direitos Humanos anos mais tarde. O documento, finalizado em 2006, revela o percurso cronológico sobre o tema instaurado em 1985, resultando em amplo debate em 2005, cujo conteúdo está voltado à necessidade de apreender o que se consideram graves violações³, bem como a responsabilidade do Estado em promover a verdade:

En el estudio se determina que el derecho a conocer la verdad acerca de las violaciones manifiestas de los derechos humanos y las infracciones graves de las normas de derechos humanos es un derecho autónomo e inalienable, vinculado a la obligación y el deber del Estado de proteger y garantizar los derechos humanos, realizar investigaciones eficaces y velar por que haya recursos efectivos y se obtenga reparación. Este derecho, estrechamente vinculado con otros derechos, tiene aspectos tanto individuales como colectivos, y ha de considerarse como un derecho que no admite suspensión y no debe estar sujeto a restricciones. (ONU, 2006)

Em consonância com o documento de 1985, além de irrenunciável, o direito à verdade sobre as violações dos direitos humanos passa a ser inalienável e vinculado à obrigação estatal, sem suspensões ou restrições. Está-se chegando a um efeito de sentido de verdade cada vez mais direcionado, mais implicado em uma causa: constituir sujeitos vítimas de violações dos direitos humanos. Mais do que possibilitar que se constituam vítimas, as leis materializam esse discurso por meio de um processo que determina quem são as vítimas

otorgamiento de los medios necesarios para que sea el propio Poder Judicial el que pueda emprender las investigaciones que sean necesarias. (CIDH, 1985-1986)

³ Este informe se presenta en cumplimiento de la resolución 2005/66 de la Comisión de Derechos Humanos. El 14 de julio de 2005 se envió una nota verbal a todos los Estados y a las organizaciones intergubernamentales y no gubernamentales pertinentes solicitando información sobre el derecho a la verdad. Algunos Estados transmitieron declaraciones a la Oficina del Alto Comisionado para los Derechos Humanos (ACNUDH), y sus opiniones se han reflejado en el presente estudio. Se han utilizado asimismo las conclusiones del seminario de expertos sobre el derecho a la verdad organizado por el ACNUDH en octubre de 2005.

em detrimento dos algozes. Artimanhas do discurso, as quais propõem o que pode e deve ser dito em determinada conjuntura.

Todavia, os sentidos não param de se deslocar. Em 2014, um documento elaborado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos propõe um relatório específico sobre o direito à verdade nas Américas⁴, o qual sistematiza a forma como foi tratada a verdade das vítimas de regimes de exceção em vários países que compõem a OEA. Apesar de consistente e detalhado, o documento impõe uma padronização de atos para caracterizar a verdade, ou seja, mais do que relatar as experiências, o documento sacramenta a forma como a verdade deve ser apreendida e sistematizada. O informe se divide da seguinte forma:

En el capítulo introductorio se contextualizará la relación entre democracia, derechos humanos y verdad, la importancia del derecho a la verdad y se describirá la metodología utilizada para la elaboración del presente informe. En el segundo capítulo, la Comisión explicará el marco jurídico aplicable, esto es, las normas y estándares del sistema interamericano en relación con el derecho a la verdad. En el tercer capítulo, la Comisión analizará algunas iniciativas nacionales emprendidas por los Estados de la región así como de la sociedad civil, a la luz de los estándares señalados en el capítulo segundo. Finalmente, en el cuarto capítulo, la Comisión formulará las conclusiones y recomendaciones pertinentes. (CIDH, 2014)

Propõe-se, de início, uma relação entre democracia, direitos humanos e verdade, bem como a determinação da verdade como um direito que, após o trajeto esboçado, não necessita ser especificado, pois se pressupõe como um direito irrenunciável e inalienável. Aqui já não se faz necessário dizer que a verdade descrita é sobre as vítimas (e não sobre anistiados), uma separação não existente nas leis de Anistia correntes em diversos países, sobretudo no Brasil. Ao final, chega-se a conclusões e recomendações “pertinentes” para cada país.

Por meio desse breve trajeto cronológico, chega-se à materialidade da “verdade histórica” presente na Lei nº 12.528/2011, a qual foi resultado de uma série intertextual em relação às leis internacionais sem que, entretanto, isso seja visível no momento da emergência em materialidade linguística. O último documento

⁴ Documento proposto pela CIDH, 2014.

exposto, apresentado como informe, já esboça mais elementos demonstráveis, principalmente à relação entre democracia, direitos humanos e verdade na constituição de sujeitos vítimas.

DISCURSO POLÍTICO E VERDADE

Como visto anteriormente, há uma estreita relação entre o que se aceita como verdade em relação à CNV na concatenação entre democracia e direito. Por certo, que democracia remete a um efeito político, ou seja, trata-se de uma proposta política de governo de uma nação e, no caso das nações democráticas, isso ocorre por meio de leis que visam à proteção tanto do cidadão quanto das instituições sociais.

Ao propor que as leis são os meios pelos quais se regula uma sociedade, considera-se também a relação entre política e verdade, já que são as leis que determinam os regimes de verdade. Essa relação foi objeto de estudos de inúmeros pensadores e filósofos, os quais refletiam sobre seu sentido de acordo com as condições de produção em vigência.

Foucault, ao falar sobre os regimes de verdade da antiguidade, reflete sobre profecia, sabedoria, ensino e parresia, que considera como as suas quatro formas de veridicção:

Profecia, sabedoria, ensino, parresia são, a meu ver, quatro modos de veridicção que, [primeiro], implicam personagens diferentes; segundo, requerem modos de palavras diferentes; e terceiro, referem-se a domínios diferentes (destino, ser, tékhne, éthos). (FOUCAULT, 2011, p. 25)

Apesar dessa divisão, o filósofo francês enfatiza que não se trata de reconhecer esses quatro elementos em instituições ou papéis sociais determinados, negando que seriam quatro tipos sociais da antiguidade, embora possa haver correspondência em determinados casos. O que Foucault pretende demonstrar são quatro formas de dizer-a-verdade:

por mais distintos que sejam esses papéis, e mesmo que seja verdade que em certos momentos, em certas sociedades ou em certas civilizações vocês veem essas quatro funções assumidas de certa forma por instituições ou personagens nitidamente diferentes, cumpre notar

que não são, fundamentalmente personagens ou papéis sociais. Faça questão de insistir: são essencialmente modos de veridicção. Acontece - e acontecerá com muita frequência, com maior frequência que o inverso - de esses modos de veridicção serem combinados uns com os outros e encontrados em formas de discurso, em tipos institucionais, em personagens sociais que misturam os modos de veridicção uns com os outros. (FOUCAULT, 2011, p. 25-26)

Como se percebe, não é interesse do filósofo reconhecer identidades sociais ou instituições subjetivadoras, mas identificar o processo no qual o entrecruzamento dos quatro modos pode constituir um sujeito ou instituição⁵. No texto referido, Foucault se volta para o estudo das práticas do dizer-a-verdade da Grécia Antiga, destacando que elas constituíam “o sujeito que diz a verdade” daquele período. Entretanto, propõe que essas formas também poderiam ser observadas em outros “regimes de verdade”, constituídos por meio do discurso:

Esses quatro modos de dizer-a-verdade são, a meu ver, absolutamente fundamentais para a análise do discurso, na medida em que, no discurso, se constitui, para si e para os outros, o sujeito que diz a verdade [...] Creio que poderia ser interessante procurar saber como essas quatro modalidades [...] se combinam em diferentes culturas, sociedades ou civilizações, nos diferentes modos de discursividade, no que poderíamos chamar de diferentes ‘regimes de verdade’ que podemos encontrar nas diferentes sociedades. (FOUCAULT, 2011, p. 27)

Depreende-se, das palavras acima, a importância do outro para análise de discurso, bem como para a constituição do sujeito pelo/no discurso. O outro é tomado como elemento necessário para a constituição do sujeito, já que é na alteridade que ele se constitui do ponto de vista discursivo. Pensando no conjunto dos elementos apresentados pelo autor, pode-se pensar essa combinação na lei que institui a CNV, haja vista se reconheça um sujeito vítima que diz a verdade em detrimento de um outro que a omite ou mesmo a nega. Para isso, faz-se necessário que a vítima se constitua em uma posição diferente do outro (alcoz), sob palavras diferentes das até então aceitas como verdade, num domínio que difere daquele anterior que o

⁵ Foucault (2011) destaca o exemplo de Sócrates, o qual continha os quatro elementos.

classificava como “perdoado” (Lei de Anistia, de 1979), constituindo, então, um regime de verdade diverso do vigente até então.

Eis que se instaura um regime de verdade contraditório, de oposição, o qual busca redefinir os papéis sociais, constituindo o sujeito vítima em um *parresiasta*, o qual será “o dizedor corajoso de uma verdade em que ele arrisca a si mesmo e sua relação com o outro” (p. 14). Entretanto, conforme antecipou o filósofo, há que se pensar nas formas em que isso acontece, não necessariamente nos personagens que encarnam, podendo combinar-se alguns modos de veridicção em um mesmo sujeito, de acordo com os modos de enunciação.

No caso da CNV, os sujeitos são convocados a dizer a verdade: seja vítima, seja testemunha, seja algoz. Todos se constituem em *parresiastas* “dizedores da verdade” e arriscam sua relação com o outro, estando a serviço de uma verdade. Tem-se, então, a falha no ritual, no qual se percebe que há mais de uma verdade, pois, apesar de relatarem os mesmos fatos, assumem posturas diferentes, sob um mesmo mecanismo de interrogatório em audiências públicas. O fato é que os sujeitos se constituem a partir de discursos de diferentes FDs, isto é, em diferentes filiações político-ideológicas, reguladas pela instituição jurídica. Tomado como uma relação ideológica, pressupõe-se a contradição como constitutiva.

Isso decorre, dentre outros fatores, de estarem situados em um regime democrático de direito que institui a possibilidade de coexistência de diferentes verdades, por meio de uma única lei, a qual se constitui pautada em um discurso político. Eis o ponto em que na análise foucaultiana se observam lacunas, as quais impossibilitam o encaixe dos elementos analíticos, sobretudo pelo silêncio em relação à ideologia. Portanto, há especificidades das quais um analista de discurso não pode se esquivar.

Para Courtine (2006, p. 64), o discurso político deve ser apreendido em sua relação entre os elementos linguísticos e aquilo que é exterior à linguagem, relação essa que se apreende na constituição do sujeito:

A respeito do discurso político é, portanto, necessário especificar seu sujeito [...] O sujeito político, aquele que enuncia um discurso, está realmente assujeitado a um todo de muitas condições de produção e recepção de seu enunciado. Ele é o ponto de condensação entre

linguagem e ideologia, o lugar onde os sistemas de conhecimento político se articulam na competência linguística, diferenciando-se um do outro, mesclando-se uma ao outro, combinando com o outro ou afrontando-o em uma determinada conjuntura política.

No caso da CNV, os depoimentos demonstram uma tentativa de assujeitamento, tanto às condições de produção quanto à recepção de seu discurso, pois estão condicionados às regras de emergência no jogo da enunciação. A constituição do sujeito vítima transmuta-se em ponto de condensação entre linguagem e ideologia, lugar onde: a) mesclam-se ao tratar de um mesmo evento; b) diferenciam-se por posições de vítima e algoz; c) combinam-se no propósito de elucidar a verdade; d) mas se afrontam na forma como pensam essa verdade.

Há, nesse caso, um mecanismo de controle do discurso político ao mesmo tempo homogêneo - no que se refere à verdade - e plural - no que se refere aos sujeitos enunciadore. Os discursos enfrentam-se em contradições ideológicas que pressupõem disputas políticas durante o regime de exceção, que são silenciadas devido à necessidade de “reconciliação”. Os depoimentos da CNV unem sujeitos-testemunhas, produtores de verdade histórica, mas, no mesmo movimento, diferencia-os entre testemunhas vítimas e testemunhas algozes. Cria-se uma homogeneidade com base no apagamento de suas diferenças ideológicas:

os discursos políticos enfrentam-se uns aos outros, enfrentando contradições ideológicas que ao mesmo tempo os unem e os dividem. Mas as individualizações, que pressupõem definições contrastivas sobre o plano das condições de produção, implicam a apresentação de dois (ou mais) conjuntos de discurso, cuja homogeneidade é assegurada essencialmente por uma perspectiva diferencial. Isso mostra o que os distingue, mas apaga o que os divide, que é o fato de que a luta política afeta a apresentação das contradições ideológicas no interior de cada um dos conjuntos do discurso no qual essa homogeneidade se estabeleceu. (COURTINE, 2006, p. 68)

É, portanto, a luta política que diferencia os sujeitos na constituição do discurso de verdade. No cerne dessa verdade, está um discurso político vigente, o qual institui e regula o que pode e deve ser dito, de acordo com as condições de produção vigentes que, no caso da CNV, corresponde à constituição da verdade das vítimas de graves

violações de direitos humanos. São as condições de produção de cada enunciador que também instituem diferentes formas de constituir a verdade, estabelecendo diferentes intrincamentos. O analista de discurso deve descrever essas diferenças, essas divisões dentro de um discurso político que se pretende homogêneo e democrático, pois, segundo Courtine (2006, p. 68), “Todo discurso político deve ser pensado como uma unidade dividida, dentro de uma heterogeneidade em relação a si mesmo, que a análise do discurso político deve ser capaz de traçar”.

A DEMOCRACIA E SUAS FACES

Ao discurso político, cabe a função reguladora e, no caso analisado, por se tratar de uma democracia, há que se permitir a pluralidade de visões, as quais, apesar de constituírem um direito e uma possibilidade, são subjugadas por uma verdade maior, que se pretende dominadora de todas as outras, tratada como “a verdade”. No caso da Lei nº 12.528/2011, pressupõe-se que há versões coexistentes. Entretanto, busca-se uma única verdade - é uma comissão d'A verdade. Mas quem seria o detentor de tal verdade?

De acordo com o descrito até aqui, o discurso político está no âmago da verdade pretendida e sempre atuará como regulador do regime de verdade atuante. É o discurso político que elabora, sustenta, aplica e modifica as leis, de acordo com demandas histórico-sociais e de acordo com a ideologia dominante em determinada área de saber.

Desde os primórdios da civilização ocidental, as sociedades se organizam por meio de regimes políticos, os quais se incumbem de assegurar a justiça e o bem comum por meio da verdade. Os gregos, por exemplo, tiveram influência na maneira como se concebem essas questões hoje em dia, principalmente no que se refere à proximidade entre direito e política:

Em termos de seu impacto sobre os direitos humanos, Roma tem uma grande dívida para com os gregos. Não só o estoicismo grego influenciou o direito romano e, finalmente, o desenvolvimento do direito natural, como introduziu a crença no direito universal para todos. À base da filosofia grega, Roma agregou suas próprias contribuições singulares no direito e na política. (POOLE, 2007, p. 18)

Essas contribuições ecoaram na atual organização política e humanitária, aproximando dois conceitos que viriam a ser um par indissociável, constituindo, então, uma única coisa: direitos humanos. Os direitos humanos constituem o cerne do discurso político em sociedades democráticas, visto ser um sistema de valores e condutas, regulados por leis, com ideais que constituem e sustentam o discurso político de determinada época.

Em regimes democráticos, é por meio de leis que o homem se constitui cidadão da *pólis* e deve ter direitos considerados fundamentais assegurados, de acordo com critérios estabelecidos por representantes, em determinado tempo e espaço. Porém, por se tratar de uma democracia que se exerce por representação (caso do Brasil), tais critérios ainda são estabelecidos por representantes que correspondem a uma parcela ínfima da sociedade que governam, ocasionando, não raro, atendimento a anseios mais particulares do que coletivos.

Isso provém de modificações históricas decorrentes da interpelação capitalista liberal na forma como se constitui a democracia atualmente. Segundo Calil (2016, p. 218), em uma releitura da historiadora Ellen Wood, o “pensamento liberal se constituiu em oposição à noção de democracia - cuja acepção então remetia à deliberação do povo conforme o modelo da Grécia Antiga”. Tem-se, então, exclusões e o afastamento do povo das decisões.

Apesar disso, o discurso político, em tese, tem um compromisso indissociável com o bem estar social e com a verdade. De acordo com Charaudeau (2008, p. 189), o propósito do discurso político concerne à organização da vida em sociedade e ao governo da coisa pública. O autor se refere ao caráter pluralista e universal da sociedade, ao qual o político deve voltar seus cuidados, cuidando para que haja a concretização do ideal social. Por essa razão, “o discurso político pretende ser, em seu propósito, um discurso de verdade que diz qual é o sistema de valores em nome do qual deve se estabelecer o elo social que une essa diversidade” (p. 190). Isso implica reconhecer que a verdade do discurso político corresponde a diferentes ideais sociais e é responsável por diferentes valores, ou seja, há um pacto com uma verdade que se pretende comum a grupos diferentes e, por vezes, divergentes.

Contudo, também se observa nessa prática o reconhecimento do oposto, pois o discurso político sustenta, em diversas situações, um regime de mentiras que, embora não institucionalizado, faz com que a verdade seja omitida, sendo inacessível à grande parcela da população, mesmo em regimes democráticos.

No texto “A arte da mentira política” (2006, p. 37-38), Jonathan Swift propõe que o povo teria diferentes direitos sobre a verdade, sendo a verdade política restrita a poucos:

É necessário perceber que o povo tem direito de esperar que seus vizinhos lhe digam a verdade nos assuntos particulares; que cada um tem direito à verdade econômica, ou seja, que cada um tem o direito de exigir que os membros de sua família lhe digam a verdade, a fim de não ser enganado por sua mulher, pelos seus filhos, nem pelos seus empregados domésticos; mas que não há nenhuma espécie de direito sobre a verdade política e que o povo possui menos o direito de querer ser instruído sobre a verdade em matéria de governo do que o de possuir bens, terras, casas senhoriais.

Tem-se a ideia de inacessibilidade do povo à verdade política, pois esta cabe ao governo e não constitui um direito popular. Swift prossegue explicando que a verdade política deve ser repartida de forma desigual, de acordo com os papéis assumidos por cada cidadão no tecido social⁶. Embora se trate de uma realidade de outro tempo e de outro espaço, vê-se que pouco mudou nas sociedades democráticas atuais.

Importante ressaltar que neste texto de tom satírico, publicado em 1733, Swift trata não do direito à verdade, mas do direito à mentira política. O “Tratado sobre a mentira política” a destaca como uma arte, que é lícita e permitida, desde que atenda a determinados propósitos governamentais. Segundo o autor, em relação à mentira, o povo teria tanto direito quanto o governo, pois isso se relaciona diretamente a um princípio democrático⁷.

⁶ Foucault (2011, p. 38), ao comentar o texto, diz que “O autor regula e determina com muito julgamento as diferentes porções que os homens devem ter nesse gênero (quer dizer, no que se refere a esse gênero de verdade), segundo suas diferentes capacidades, suas dignidades, suas cargas e suas profissões”.

⁷ ... a saber: se o governo tem sozinho todo o direito de manusear as mentiras políticas. O autor, zeloso partidário da liberdade inglesa, é a favor da negativa [...]

Assim como a verdade, a mentira política constitui um par indissociável com a política na história da civilização, principalmente, para assegurar a governabilidade de um povo. Maquiavel já instruíra o príncipe a mentir e dissimular em nome do bem governar. Foucault também destaca essa peculiaridade do discurso político na Grécia Antiga, sobretudo em uma democracia, onde a *parresia* democrática constituía, segundo o filósofo, uma prática ambígua:

De um lado, ela (*parresia*) aparece como latitude perigosa, dada a todo mundo e a qualquer um, de dizer tudo e qualquer coisa. E, depois, há a boa *parresia*, a *parresia* corajosa, e essa *parresia* corajosa (a do homem que generosamente diz a verdade, inclusive a verdade que desagrada) é perigosa ao indivíduo que dela faz uso e não há lugar para ela na democracia. (FOUCAULT, 2011, p. 35)

O que o filósofo francês aponta é que o dizer-a-verdade em uma democracia acarreta erros e perigos. Por meio de vários exemplos, passando por textos clássicos de grandes pensadores, num período que compreende do século IV ao VI, o filósofo demonstra uma espécie de gênese da mentira político-democrática, já que a dificuldade de dizer-a-verdade em uma democracia resulta na convivência entre verdade e mentira, parecendo ser a mentira menos comprometedora no que se refere ao discurso político. Isso redundava em indistinção entre verdade e mentira, confundindo-se discursos verdadeiro e falso:

A impotência do discurso verdadeiro na democracia não se deve, é claro, ao discurso verdadeiro, ao fato que ele seja verdadeiro. Ela se deve à própria estrutura da democracia. Por que a democracia não permite essa distinção entre o discurso verdadeiro e o discurso falso? Porque em democracia não se pode distinguir o bom e o mau orador, o discurso que diz a verdade e é útil à cidade, do discurso que diz a mentira, lisonjeira e vai ser nocivo. (FOUCAULT, 2011, p. 37)

Foucault demonstra a fragilidade da democracia enquanto lugar de dizer a verdade, devido à possibilidade de ora ser ruim à cidade, ora

Ele diz que, como o governo da Inglaterra tem uma mistura de democracia, o direito de inventar e de disseminar mentiras políticas reside em parte no povo que, nos últimos anos, se distinguiu pelo seu engajamento opinativo sobre este justo privilégio e fez ver que não queria jamais se afastar disso.

ser perigosa ao indivíduo. Por ser o Estado regulado por um discurso político, o qual tem a incumbência de proteger tanto cidadão quanto a cidade - a liberdade e o bem comum, o discurso político constitui-se no lugar em que uma mentira pode assumir o papel de verdade em nome de uma governabilidade. Isso se justifica pela existência de um discurso político em favor do Estado, associado a um discurso humanitário que visa proteger o sujeito de direito.

Esse resgate histórico-filosófico buscou demonstrar que verdade e mentira constituem o cerne do discurso político. Viu-se também como a própria estrutura democrática, desde os seus primórdios, constitui lugar incerto para o discurso de verdade. Embora se tratem de exemplos de tempos longínquos, o cotejo é possível para se pensar como uma Comissão de Verdade emerge em uma democracia, ou seja, o que realmente sustenta esse discurso que constitui a verdade, bem como a que interesses atende.

A lei que institui a CNV brasileira não menciona em nenhum caso o vocábulo “mentira”, já que a mentira não cabe na institucionalização no discurso político e/ou no discurso de direito, porém seus efeitos de sentido são sensíveis à percepção. Em relação à mentira, percebe-se uma política do silêncio: “a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada”. (ORLANDI, 1992, p. 75)

A mentira constituiu-se sócio-historicamente como algo indesejável, identificada a aspectos negativos. Apesar de os eventos históricos demonstrarem sua presença, a mentira foi silenciada, pois, supostamente, não corresponde aos valores éticos, morais e positivos das sociedades ocidentais de alguma época. Na situação discursiva dada, de um direito à verdade, a mentira não pode sequer ser cogitada, embora ela esteja sempre lá. Para que uma verdade emergja historicamente, haverá sempre o que precisa ser evitado, omitido, negado, descartado. Assim como o par dizer/silenciamento são inseparáveis⁸, nota-se que verdade e mentira constituem também um par indissociável em uma democracia, pois, como conclui Foucault (2014, p. 316) em um de seus últimos escritos, “não há instauração da

⁸ “podemos dizer, generalizando, que toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis, o que mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis: contradição inscrita nas próprias palavras”. (ORLANDI, 1992, p. 76).

verdade sem uma posição essencial de alteridade; a verdade nunca é a mesma”. Ou seja, não há instauração da verdade sem o confronto com a divergência, com a negação, com a mentira, os quais corresponderiam aos seus outros. No caso da CNV, para se estabelecer a verdade, atribui-se a mentira ao estabelecido anteriormente. Da mesma forma, a verdade nunca é a mesma, passando por diferentes efeitos de sentidos, de acordo com as posições assumidas em relação ao seu outro, reguladas pela vontade de verdade de determinada época e sociedade.

ENUNCIADO DIVIDIDO E O SEU OUTRO

Pensar a CNV, juntamente a esses elementos da memória discursiva sobre a verdade, permite alinhar o que se depreende sobre a busca do direito à “verdade histórica” citada no caput da Lei nº 12.528/2011, a qual se constitui no interior do discurso político. Esses efeitos de verdade dispersos correspondem a modos de enunciação distintos, embora haja o efeito de repetição de um mesmo enunciado, caracterizando variações e repetições:

A oposição enunciado/modo de enunciação permite aqui pensar em repetição e variação no discurso, unidade e diversidade, coerência e dispersão, homogeneidade e heterogeneidade. A existência interdiscursiva vertical da enunciação que permite ao discurso a permanência estrutural de uma repetição responde à existência intradiscursiva vertical de um modo de enunciação, no qual o sujeito enunciativo pode produzir variação conjuntural. (COURTINE, 2006, p. 71)

O que se buscou no exposto até aqui foram os efeitos de sentidos heterogêneos, diversos, apreendidos em uma dispersão, sendo esses efeitos apreendidos pela repetição do conceito de verdade. Repete-se o que é verdade sem, no entanto, constituir o mesmo sentido. Utiliza-se uma mesma base política, mas varia a forma como emerge na rede dos sentidos possíveis. Constitui-se, então, o enunciado político dividido caracterizando a verdade histórica descrita na Lei nº 12.528/2011.

Essa divisão se deve à luta ideológica entre os sujeitos que constituem a verdade histórica, caracterizando, mesmo que grosseiramente, um enunciado que se divide em “existe uma verdade

histórica/existe uma mentira histórica”. De acordo com Courtine (2006, p. 74),

Se o enunciado dividido é uma das maiores formas de enunciado político é pelo fato de representar sua forma no interdiscurso, governando o funcionamento polêmico do discurso [...] o discurso político representa os efeitos da luta ideológica no interior do funcionamento da linguagem.

Durante o trajeto sobre o conceito de verdade histórica, buscou-se demonstrar relações interdiscursivas por meio da intertextualidade com outras leis, da historicidade das acepções de verdade e, também, por meio da mentira, a qual pode se constituir, também, no outro da verdade. Tanto a mentira quanto as outras verdades representam o funcionamento polêmico do discurso político sobre os direitos humanos, que são suprimidos pela luta ideológica entre os afetados pelo período ditatorial no Brasil. A mentira é o não-lugar, mas, na democracia, produz seus efeitos na constituição da verdade, ainda que seja por se constituir em seu outro.

Nota-se, também, um incessante movimento entre dispersão e regularidade; o mesmo e o outro. Esses elementos, aplicados ao dispositivo analítico proposto no capítulo anterior, podem ser observados nas seguintes SDs:

SD (1): Art. 1º É criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à **verdade histórica** e promover a reconciliação nacional. (BRASIL, Lei 12.528/2011)

SD (2): Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. (BRASIL, Lei 6.683/1979)

SD (3): Toda la sociedad tiene el irrenunciable derecho de conocer **la verdad** de lo ocurrido, así como las razones y circunstancias en las que aberrantes delitos llegaron a cometerse, a fin de evitar que esos hechos vuelvan a ocurrir en el futuro. A la vez, nada puede impedir a los familiares de las víctimas conocer lo que aconteció con sus seres más cercanos. Tal acceso a la verdad supone no coartar la libertad de expresión, la que –claro está– deberá ejercerse responsablemente; la formación de comisiones investigadoras cuya integración y competencia habrán de ser determinadas conforme al correspondiente derecho interno de cada país, o el otorgamiento de los medios necesarios para que sea el propio Poder Judicial el que pueda emprender las investigaciones que sean necesarias. (CIDH, 1985-1986)

SD (4): Importancia de **las Comisiones de la Verdad** para el sistema interamericano. Las Comisiones de la Verdad (en adelante “CdV”) son “órganos oficiales, temporales y de constatación de hechos que no tienen carácter judicial y se ocupan de investigar abusos de los derechos humanos o el derecho humanitario que se hayan cometido a lo largo de varios años”. Al respecto, tanto la Comisión como la Corte han resaltado la importancia de las CdV como un mecanismo extrajudicial de justicia transicional, orientado al esclarecimiento de situaciones de violaciones masivas y sistemáticas de derechos humanos. En ese sentido, en múltiples ocasiones ambos órganos se han valido de la información proporcionada por los informes finales de las CdV como fuente de información y elementos de prueba en relación con casos tramitados ante el sistema de casos y peticiones. (CIDH, 2014)

SD (5): Os depoimentos nesse livro são, no conjunto das diferentes falas, expressões verdadeiras que desvendam a mentira, a enganação, o ocultamento do que ocorreu, verdadeiramente, nas regiões Oeste e Sudoeste do estado do Paraná, durante um dado momento do Governo Ditatorial Brasileiro 1964-1985. (SILVA; BATISTA, 2016, p. 10)

As regularidades entre as SDs decorrem do fato de se referirem ao discurso jurídico-humanitário que trata de uma mesma temática e por dialogarem em busca de reconciliação, memória e verdade. A ordem em que estão não corresponde à cronologia, tampouco à importância social, mas às prioridades analíticas. No âmbito teórico, essas sequências compõem parte do *corpus* analítico para apreensão dos efeitos de sentidos da verdade.

Na SD (1), por exemplo, trata-se da criação de um dispositivo produzido para instituir a verdade enquanto direito já previsto, mas não realizado: “a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica”. Ou seja, as condições de produção sócio-históricas já reconhecem a existência de uma verdade, a qual ainda não fora esclarecida. No caso da SD (2), apesar de não tratar explicitamente a verdade, constitui-se dela, haja vista o valor de verdade conferido a todo texto de lei, pautando-se num discurso de verdade política reconhecida à época de sua constituição. Assim sendo, há o discurso político sustentando a verdade por meio de uma superfície material linguístico-discursiva. Isso decorre do fato de que qualquer lei constitui-se da verdade sobre um contexto sócio-histórico, resultado de condições de produção específicas. É a SD (2) que representa o outro da SD (1), com a qual dialoga e pela qual se observa a descontinuidade histórica.

Observando essas duas SDs, percebe-se inicialmente que se filiam a FDs constituídas de discursos político-humanitários, em uma mesma materialidade linguística, destinada aos mesmos indivíduos. No entanto, há que se observar que os dois casos - Leis da CNV e da Anistia são constituídos de discursos de diferentes épocas, em condições de produção diversa, fato que engendra sujeitos e sentidos divergentes. Enquanto na SD (1) tem-se sujeitos vítimas, na SD (2), os sujeitos se constituem em culpados, pelos mesmos atos ocorridos, num mesmo período histórico-social-político. Isso decorre de condições de produção de momentos histórico-social-políticos que engendraram leituras e efeitos de sentidos distintos. A memória discursiva possibilita a apreensão desses elementos, tecendo relações entre a exterioridade e o processo discursivo constitutivo do *corpus*.

Nas SDs (3) e (4), pode-se observar a verdade falada pela voz anônima dos tratados internacionais, os quais determinam seus procedimentos enquanto acordos de conciliação. Estabelecem-se como enunciados que o precedem, que se constituem em seu outro. Apesar de indicar os caminhos para obter a verdade - “la formación de comisiones investigadoras cuya integración y competencia habrán de ser determinadas conforme al correspondiente derecho interno de cada país” - trata-se de uma verdade política conciliatória, sobrepondo o direito penal, cabendo a cada nação conduzir conforme achar mais prudente. Ambas as sequências são atravessadas por um discurso

humanitário, o qual possibilita a compreensão de que há direitos fundamentais, como a liberdade e a não violência. Porém, ao propor que cada país deva implantar a comissão conforme suas especificidades, vê-se o discurso da soberania nacional se sobrepondo, fato que, no caso do Brasil, redundava em se amparar nas frágeis concepções de política e democracia.

Na SD (4), observa-se a “mentira” no âmbito institucional. As condições de produção constituem uma FD de vítimas não só de torturas, mas do silenciamento da verdade, à qual se filiam sujeitos falantes que “tomam posição em relação às representações de que são suporte, que se encontram realizadas em pré-construídos” (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2011, p. 32). Interpelados pela ideologia, a relação entre a enunciação e os sujeitos autorizados no espaço discursivo-institucional - Audiência Pública - permite a emergência da mentira como o outro do que ocorreu “verdadeiramente”. Singulariza-se, também, ao propiciar um não-dito que a SD (1) silencia no que se refere ao período.

Depreende-se, pois, que os discursos constituem o dizer nas diferentes SDs e, embora versando sobre um mesmo tema e (supostamente) os mesmos objetivos, constituem diferentes efeitos de sentidos, diferentes sujeitos. Isso decorre do fato que, apesar de ambos estarem ancorados em discursos políticos-humanitários, há lutas ideológicas incessantes travadas no interior da materialidade discursiva, a qual revela diferentes filiações políticas, ideológicas e discursivas na constituição da verdade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº12.528**, de 18 de novembro de 2011.

_____. **Lei nº lei 6.683**, de 15 de agosto de 1979.

_____. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade**. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1).

_____. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade**. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2).

_____. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade.** – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 3).

_____. **Direitos Humanos, 2008:** A realidade do país aos 60 anos da Declaração Universal – Brasília: SEDH, 2008.

CALIL, G. Estado, capitalismo e democracia no Brasil recente. In: SILVA, C. L.; CALIL, G. G.; SILVA, M. A. B.. **Ditadura, transição e democracia:** estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo. Porto Alegre, RS: FCM Editora, 2016. p. 205-227.

CHARAUDEAU, Pa. **Discurso Político.** Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 1ª ed. 1ª. Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Informe Anual**

de la Comisión interamericana de derechos humanos 1985-1986. Disponível

em: <<http://www.cidh.oas.org/annualrep/>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2016.

_____. **Derecho a la verdad en las Américas / Comisión Interamericana de Derechos Humanos.** 2014. Disponível em: < <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Derecho-Verdad-es.pdf>> Acesso em: 23 de janeiro de 2016.

COURTINE, J.-J.. **Metamorfoses do discurso político:** as derivas da fala pública. Trad. Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Clara Luz, 2006.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** Trad. Laura Fraga A Sampaio. 8ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

_____. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros.** Trad. Eduardo Brandão. 1ª Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, M. *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso.* In: Baronas, Roberto Leiser (org). **Análise de Discurso:** Apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. 2 ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.

_____. **Introdução à análise do discurso – princípios e procedimentos.** 6ª Ed. Campinas- SP: Pontes, 2005.

POOLE, H (org) *et al.* **Direitos humanos:** referências essenciais. Trad. Fábio Larsson. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Núcleo de estudos da violência, 2007.

QUINALHA, R. **Nem justiça, nem reconciliação:** reflexões sobre a Comissão Nacional da Verdade no Brasil, 2015. Disponível em: <http://painelacademico.uol.com.br/painel-academico/5517-nem-justica-nem-reconciliacao-reflexoes-sobre-a-comissao-nacional-da-verdade-no-brasil>. Acesso em 17/07/2018.

SILVA; BATISTA; EDUNIOESTE (org). **Combatentes: tempos de falar.** Depoimentos da audiência pública da Comissão Estadual da Verdade do Paraná. Organizado por Carla Luciana Silva, Alfredo Batista e EDUNIOESTE. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2016.

SWIFT; COURTINE. **A arte da mentira política** – precedido pelo texto “O mentir verdadeiro” de Jean-Jacques Courtine; tradução Monica Zoppi-Fontana e Roberto Leiser Baronas. Campinas, SP: Pontes, 2006.

AS VOZES DISCURSIVAS DE PROFESSORAS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA SOBRE O LIVRO DIDÁTICO

SOUZA, Antonio Carlos Santana de
SCHMIDT, Cristiane
FERNANDES, Rafael de Souza Bento

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A motivação para o desenvolvimento deste estudo encontramos no ensino de cultura e língua estrangeira em espaços institucionalizados, que são mediados por materiais didáticos, especialmente o livro didático. Pesquisas recentes sobre o papel deste material têm mostrado que é um recurso do qual dispõem professores e alunos no âmbito do ensino superior, visando o contato com a língua e a cultura estudadas. Nesse sentido, destinar um lugar para a escuta de vozes de docentes sobre o livro didático corresponde a essa perspectiva.

Considerando essas delineações preliminares, objetivamos com este estudo analisar as concepções teórico-metodológicas de docentes formadoras (usuárias (ou não) de obras didáticas) acerca do papel do livro didático de língua estrangeira adotado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Assim, o estudo orienta-se pelas seguintes questões: (i) Quais docentes adotam livros didáticos no processo de formação de futuros professores de línguas estrangeiras no Curso de Licenciatura em Letras com habilitações em Língua Portuguesa e em Língua Estrangeira na Unioeste, *Campus* de Marechal Cândido Rondon? (ii) Quais concepções de língua, cultura e de material de ensino estão imbricados nesse processo formativo?

Partimos, dessa forma, do pressuposto de que o livro didático de língua estrangeira orienta a atuação docente no contexto de formação de professores no Curso de Letras na Unioeste.

PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE O LIVRO DIDÁTICO

A Análise de Discurso visa ao trabalho com o sentido, entendendo o discurso como heterogêneo e marcado pela ideologia. Esta mirada teórica não considera como determinante a intenção dos sujeitos; mas entende que esses estejam condicionados por uma determinada ideologia que predetermina o que poderão dizer ou não em determinadas conjunturas histórico-sociais (MUSSALIM, 2006).

Para a Análise de Discurso, o sentido não é abordado como informação, pois introduz a noção de efeitos de sentido, uma vez que vai se constituindo à medida que se constitui o próprio discurso. Assim, o sentido vai sendo determinado ao mesmo tempo em que as posições ideológicas vão sendo colocadas em jogo na relação entre as formações discursivas (POSSENTI, 2006).

Nas palavras de Orlandi (2001, p. 21), discurso seria “o efeito de sentidos entre os locutores”. Considerando o contexto sócio-histórico-ideológico no qual o discurso e o sujeito estão inseridos, o discurso seria o resultado, a consequência do efeito de sentido sobre os locutores.

Importa destacar que a noção de “efeito de sentido entre os locutores” parte de uma profunda revisão teórico-metodológica de “teoria da determinação histórica dos processos semânticos” (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 160), segundo a qual os sujeitos, interpelados pela ideologia e cindidos pelo inconsciente, assumem posições em “jogo” social, que caracteriza a linguagem. Tomar por base a análise do discurso implica, portanto, em problematizar concepções segundo as quais haveria uma subjetividade determinante, que enuncia de forma “livre” e neutra, como se dos dizeres estivessem do lado de “fora” do todo complexo ideológico que sobredetermina as relações sociais.

Desse modo,

[...] a “ideologia interpela os indivíduos em sujeito”: esta lei constitutiva da *ideologia* nunca se realiza “em geral”, mas sempre através de um conjunto complexo determinado de *formações ideológicas* que desempenham no interior desse conjunto, em cada fase histórica da luta de classes, um papel necessariamente desigual na reprodução e na transformação das relações de produção (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 164).

Nesse sentido, o livro didático é entendido nessa perspectiva teórica como uma materialidade discursiva, tendo estruturas linguístico-discursivas nas quais constam diversas vozes constitutivas e constituintes, como a ideologia do autor e o contexto de produção (sócio-histórico, cultural) do material, além de atender às dimensões pedagógica (recurso do processo de ensino/aprendizagem) e à mercadológica (objeto a ser mercantilizado). As condições de produção discursivas sinalizam que o livro didático faz ressoar memórias acerca de quem são os interlocutores no processo de ensino-aprendizagem, fazendo projetar imagens do professor, do aluno, da disciplina e da relação desigual entre eles. O sujeito professor quando enuncia, portanto, o faz de forma a reavivar memórias sobre a posição que ocupa: do que se pode e do que se deve dizer.

Especificamente sobre o discurso pedagógico, Orlandi (1987) caracteriza-o como discurso autoritário. Nas palavras da analista, referindo-se à tipologia que ela estabeleceu, no âmbito pedagógico, como “*discurso autoritário*, (ele) procura absolutizar um sentido só, de tal maneira que ele não se torne apenas o dominante, mas o único [...] (Orlandi, 1987, p. 163 - grifos da autora).

No discurso pedagógico, a questão deveria estar centrada no objeto do discurso, aquilo que se deve saber; contudo, enfatiza-se quem ensina, ou seja, o poder do professor. A proposta para a mudança do discurso, de acordo com Orlandi (1987), seria de transformar o discurso autoritário em um discurso crítico, com sujeitos aprendizes (professores e alunos) questionadores; por meio desta relação, poderia se atingir seus efeitos de sentidos.

Estudos recentes (SILVA, 2015, 2017) relacionando o professor e o livro didático no ensino de língua inglesa revelam a importância desses materiais no contexto educacional e social. Nessas pesquisas, procurou-se entender esse material de ensino com base nos dizeres de pessoas envolvidas na sua produção (autores e editores) e na sua utilização (professores e alunos) (SILVA, 2016). No caso do estudo sobre o livro didático de inglês, detectou-se que ele representa para os professores diversas possibilidades, já que ele é fonte, agente, facilitador, suporte, organizador, atração, guia, curso, mercadoria e possibilidade.

Também na pesquisa sobre o livro didático de língua alemã no contexto de formação de professores no Brasil (SCHMIDT, 2017),

evidenciamos que esse material ocupa um papel central nos processos de ensino e aprendizagem desse idioma e orienta a atuação docente em instituições formativas. Na pesquisa, foram ouvidas as ‘vozes’ de professores/usuários e de autores/produtores do livro didático de língua alemã sobre os três materiais mais usados na prática pedagógica.

Os dizeres revelaram que os livros oportunizam um aprendizado rápido, intensivo, eficácia e objetivo e uma progressão dos conhecimentos linguísticos e culturais, ou corresponde àquilo que buscam nos cursos de formação docente. Contudo, nas vozes dos professores em relação à prática pedagógica, houve destaque para a necessidade da mediação do profissional que adota o livro didático, visando a adequação ao contexto sociolinguístico e cultural brasileiros.

Nesse sentido, os docentes que adotam livros didáticos de línguas revelam atitudes positivas com relação ao material usado. Este estudo trata, portanto, da análise das vozes discursivas de professoras - usuárias (ou não) de livro didático - quanto às concepções teórico-metodológicas e ao papel desses materiais no ensino de língua estrangeira em âmbito universitário regional.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS: CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

A escolha da temática das vozes discursivas de professores em contexto de adoção de livro didático de língua estrangeira tem relação direta com as vivências e as experiências advindas da prática, bem como pontos de vista acerca da mesma. Logo, o paradigma de compreensão do objeto de estudo implica uma natureza interpretativista, em que a subjetividade é recorrente.

Quanto aos procedimentos metodológicos, de início, contatamos via *e-mail* personalizado (abril de 2018) a Coordenação do Curso de Letras do *Campus* de Marechal Cândido Rondon da Unioeste, visando informar e solicitar a ajuda na etapa da geração de dados, na medida em que a responsável reencaminhasse o *e-mail* para os docentes que adotam livros didáticos no ensino de línguas estrangeiras no referido curso.

Posteriormente, conversamos com alguns docentes, a fim de obter dados acerca do uso dos materiais didáticos. Nesse sentido, aplicamos um questionário (no período de maio a julho de 2018) com

cinco professoras que atuam no ensino de língua estrangeira (no caso as professoras que atuam no ensino das línguas alemã, espanhola e inglesa), convidando-as a exporem suas ‘vozes’ sobre o livro didático de língua estrangeira.

A partir dos depoimentos dessas professoras, geramos a análise do *corpus*, precisamente as vozes discursivas das professoras, formadas com base em alguns recortes, os quais são seletivos, procurando compreender os sentidos e o discurso. Nas palavras de Orlandi (2001, p. 77): “as etapas de análise têm, como seu correlato, o percurso que nos faz passar do texto ao discurso, no contato com o *corpus*, o material empírico”. O intuito dessas ações consiste na identificação de posicionamentos, impressões e sentidos; enfim, o discurso vigente nas vozes de usuários, sobre esses materiais de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras.

Uma vez que o processo de análise discursiva tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais, e que a sua materialidade produz sentidos para a interpretação, para Rodrigues (2010, p. 67), a proposta metodológica consiste na “construção do analista como princípio norteador (que deve) colocar questões e a problematização no confronto com os dados, o que leva a considerar a possibilidade de abstração metodológica como resultado analítico”.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

De forma geral, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), com seus cinco *Campi*, oferece Curso de Letras nos *Campus* situados em Cascavel, em Foz do Iguaçu e em Marechal Cândido Rondon. Nessas unidades, os estudantes podem cursar Licenciatura em Letras com habilitações em Língua Alemã, Inglesa, Italiana e/ou Espanhola. Destacamos que, no presente estudo, focamos dados relativos ao Curso de Letras do *Campus* de Marechal Cândido Rondon, onde são oferecidos alemão, inglês e espanhol como língua estrangeira.

Conforme prevê o Projeto Político Pedagógico vigente (CEPE, 2016), a reformulação e a renovação desse documento para o Curso de Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas e Língua Alemã, ou Língua Espanhola ou Língua Inglesa

decorre da “ampliação e do aprofundamento da formação do discente como futuro docente [...] à exigência de estágio, em face da habilitação concomitante com ingresso único (CEPE, 2016, p. 5).

Ainda desse mesmo documento consta um breve histórico do curso, no sentido de informar acerca da implementação da licenciatura ocorrida no ano de 2003 voltada para a Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas, e as habilitações em Língua Alemã e Língua Espanhola, sendo posteriormente inserida a Língua Inglesa, no ano de 2005, em que, “na inscrição para o concurso vestibular, o candidato deveria indicar a opção de habilitação desejada” (CEPE, 2016, p. 15).

Tratando-se do corpo docente que atua no ensino de língua estrangeira, no contexto atual, o curso conta com oito docentes, dos quais dois atuam na língua alemã, três na língua espanhola e três na língua inglesa. Desses professores, cinco responderam o questionário, especificamente, duas professoras de inglês, duas de língua alemã e uma professora de espanhol.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: ‘ABREM-SE AS CORTINAS PARA AS VOZES DISCURSIVAS’

As vozes das cinco professoras (participantes do estudo) foram geradas com base no questionário aplicado aos mesmos e conforme descrito na seção anterior. A partir dos dados de identificação dessas participantes, procurou-se elaborar um quadro com algumas informações, visando configurar o seu perfil, conforme o quadro a seguir (Quadro 1).

Quadro 1: Professoras de ensino de língua estrangeira no Curso de Letras

PROFESSORA	PROFA.1	PROFA. 2	PROFA. 3	PROFA. 4	PROFA. 5
Formação Acadêmica	Doutora em Língua Inglesa/ UFSC	Doutora em Letras – Linguística Aplicada/ UFSC	Doutoranda em Letras – Literatura Alemã/USP	Mestre em Letras – Unioeste	Doutoranda em Letras/ Unioeste

Área de Atuação	Letras Português-Inglês	Letras: Português-Inglês	Letras: Português-Alemão	Letras: Português-Alemão	Letras - Português /Espanhol
Tempo de Atuação na Área	17 anos	15 anos	4 anos	27 anos	5 anos
Tempo de Atuação com o Livro	6 meses	6 meses	2 anos	4 anos	Não adota

Fonte: Dados levantados pelos autores (maio/julho de 2018).

Em relação ao quadro anterior (questões referentes à primeira parte do questionário), alguns aspectos se destacam, como o tempo de atuação das professoras, que demonstra uma experiência profissional heterogênea e significativa, já que a maior é de vinte e sete anos e a menor de quatro anos de atuação no ensino de língua estrangeira. Além disso, a maioria dos sujeitos participantes tem formação acadêmica na área de Letras e/ou específica no ensino de língua. Nesse sentido, tratam-se de vozes discursivas que são marcadas pela experiência, tanto na teoria, quanto na prática, em relação ao ensino de língua.

Acerca do tempo de adoção dos materiais por parte dessas professoras, conforme ilustra o Quadro 1, também é possível verificar uma diversidade, já que o maior tempo de utilização é de quatro anos, seguido por dois anos no ensino de língua alemã. E o menor tempo é de seis meses, ou seja, o livro está sendo adotado recentemente, precisamente por um semestre, pelas duas professoras que atuam no ensino de língua inglesa.

Outro aspecto a ser destacado quanto ao ensino de língua espanhola nesse curso é que não adota livro didático na formação docente. Nesse sentido, apesar de a pesquisadora manter contato pessoal com outras professoras de espanhol e obter informações sobre a não-adoção de livro didático, considerou-se importante a participação da professora sobre esse material.

No que diz respeito às questões específicas sobre o livro didático de ensino de língua estrangeira (segunda parte do questionário), na questão 1, as professoras definiram o livro didático de língua

estranheira de sua instituição e seu papel no contexto de formação de professores de língua estrangeira.

Quadro 2: Definição do livro didático de língua estrangeira e seu papel no contexto de formação docente

PROFA. 1	O livro didático é um material elaborado para o ensino; é <u>um rico material</u> a ser explorado com os futuros professores de línguas. Função de ser <u>facilitador de ensino</u> e aprendizagem da língua-alvo; enfoque na formação crítica.
PROFA. 2	O livro didático como um instrumento de língua/cultura.
PROFA. 3	O livro didático é um <u>instrumento de auxílio</u> para o professor; o livro didático é indispensável para o trabalho de ensino; facilita o trabalho do professor. É uma ferramenta a mais daquilo que ele já tem. Papel de <u>ser um auxiliar</u> ; porém, em qual momento se usa e qual o preparo do professor para se apropriar de uma forma autônoma.
PROFA. 4	O livro didático é um <u>material de apoio</u> ; um <u>guia</u> de cultura da língua.
PROFA. 5	O livro didático funciona como <u>um guia para</u> que o professor. Seu uso em formação docente não seja tão efetivo para o objetivo que se pretende alcançar, formar professores de línguas.

Fonte: Dados levantados pelos autores (maio/julho de 2018).

De forma geral, as professoras definiram (Quadro 2) o livro didático como sendo um material relevante no processo de ensino de línguas estrangeiras, atribuindo-lhe as funções de apoio, facilitador do trabalho docente, um instrumento de auxílio e uma ferramenta complementar. Ainda, caracterizam-no com alguns adjetivos, como *rico material* e *indispensável* para o trabalho docente.

Porém, nas vozes das professoras, também emerge o discurso autoritário que o livro didático pode assumir, quando o identificam por ser um guia. Olhando para os significados do termo ‘guia’, identifica-se essa palavra como categoria gramatical substantivo masculino que remete aquele sujeito que conduz, que dirige, que mostra o caminho. ou aquele que dá uma direção moral e intelectual.

A materialidade discursiva em análise representa, no jogo da linguagem, constituição de memória do discurso pedagógico e dos lugares que podem e devem ocupar os interlocutores. Importa destacar que as vozes dos professores não devem ser tomadas como

dizeres fundados pelos próprios indivíduos. Ressoam, em cada palavra, “marcas” que caracterizam a cultura, a sociedade, a constituição histórica do longo processo de institucionalização dos saberes, que fazem reproduzir relações de poder.

Contudo, há que se assumir que as entrevistas não são blocos únicos, que corresponderiam sempre ao mesmo discurso, na medida em que termos como “guia” e “instrumento” inserem diferentes posições na prática pedagógica: seja como o discurso do bem moral ou da profissionalização da instituição escolar. Em cena: imagens de professores “iluminados” e de professores instruídos.

No enunciado acima, é este o sentido que o livro didático ocupa, como sendo o guia, ou seja, ele conduz o processo de ensino, estando em posição superior/de maior autoridade à do professor e tirando a autonomia do profissional de língua estrangeira. Ou ainda: o sentido de guia não apenas como o discurso dominante, mas como o único agente do discurso, em que predomina o discurso autoritário do livro didático e o assujeitamento do professor/usuário de obras didáticas.

A professora que não adota o material (Profa. 5) tem um posicionamento contrário à adoção de livro didático na formação de professores de línguas.

Com relação à questão 2, as professoras identificaram as concepções de metodologia, de língua e cultura presentes nos materiais de ensino de língua estrangeira, conforme Quadro 3.

Quadro 3: Concepção da proposta metodológica e de língua/cultura no livro didático

PROFA. 1	<u>Metodologia comunicativa</u> ; Concepção de língua e cultura é perpassada por uma <u>visão etnocêntrica</u> , voltada para a Inglaterra.
PROFA. 2	<u>Método comunicativo</u> ; Língua e cultura como inseparáveis.
PROFA. 3	<u>Concepção sociointeracionista</u> de linguagem. Linguagem não adequada, distante socialmente. Cultura – concepção ampla.
PROFA. 4	Atender as quatro habilidades.
PROFA. 5	Os livros objetivam que o aluno aprenda todas as competências, porém há pouca discussão sobre a questão da <u>variedade linguística</u> , contexto histórico de formação de línguas e sobre as culturas.

Fonte: Dados levantados pelos autores (maio/julho de 2018).

Na pergunta sobre a proposta metodológica e a concepção de língua/cultura que subjazem ao livro didático adotado, as professoras destacaram que a proposta metodológica se centra no método comunicativo, com vistas ao desenvolvimento das quatro habilidades, e na concepção sociinteracionista da linguagem. Ao mesmo tempo, a professora que não adota livro didático entende que, mesmo que sejam desenvolvidas as competências, existe uma lacuna quanto à variação linguística e formação docente.

Constam também ressalvas no discurso docente sobre a concepção de cultura presente no livro didático de língua inglesa, já que, conforme a professora 1, esse material apresenta a noção de cultura numa perspectiva etnocêntrica, voltada para a Inglaterra, e a professora 2 infere que a língua e a cultura são trabalhadas como inseparáveis. O discurso das professoras, no caso, mostra vozes divergentes acerca do mesmo objeto - o livro didático de língua inglesa. Na voz da professora 3, a cultura apresenta uma concepção ampla no livro de alemão.

Na pergunta 3, as professoras manifestaram suas vozes discursivas acerca do processo de escolha do livro didático na sua instituição, como pode-se visualizar no quadro seguinte (Quadro 4).

Quadro 4: Participação do processo de escolha do livro didático na instituição

PROFA. 1	<u>Sim</u> . O docente tem liberdade para a escolha de seu material didático.
PROFA. 2	A sugestão foi da professora colega de inglês; é um livro que está <i>online</i> , todos os recursos <i>online</i> . Isso foi muito interessante, mesmo não recebendo da editora. <u>Achei adequado</u> e os alunos gostam disso.
PROFA. 3	<u>Sim</u> . Motivo da escolha: condição financeira dos alunos; o livro didático traz situações interessantes; sistematização dos áudios.
PROFA. 4	<u>Sim</u> , os professores de nossa instituição têm toda liberdade de escolha pelos livros didáticos. Creio que a editora influencie na escolha do livro didático.
PROFA. 5	<u>Não adota material</u> , pois seria limitador no processo de ensino aprendizagem de alunos em formação docente.

Fonte: Dados levantados pelos autores (maio/julho de 2018).

Em relação a esse aspecto, todas as professoras (exceto a que não faz uso) manifestaram participar do processo de escolha do livro

didático no seu curso, inclusive duas destacaram que elas têm liberdade para escolherem os materiais a serem usados nas aulas de línguas, sendo que há espaço para discussões quanto a esse processo. Ainda, a professora 3 afirmou que essa escolha decorria de alguns fatores, em especial da condição financeira dos licenciandos, assim como outros, dando ênfase para a sistematização dos áudios; enfim, tudo que o livro de alemão oferece.

Na pergunta 4, as professoras explicitaram a função que alguns elementos, como a contracapa e a apresentação no manual do professor, desempenham na escolha e avaliação de livros didáticos (Quadro 5).

Quadro 5: Função dos elementos do livro didático: contracapa, manual do professor

PROFA. 1	Nenhuma.
PROFA. 2	Transcrições dos exercícios dos áudios, no final tem tabelas, exercícios e a transcrição dos áudios.
PROFA. 3	<u>Contracapa:</u> os países DACH- alemão em vários países; em alguns momentos – o livro didático aborda a diversidade linguística; Livro didático permite abertura, espaço para o professor fazer mudanças. Textos e discursos, depois a gramática.
PROFA. 4	Não soube responder.
PROFA. 5	<u>Todos os elementos fundamentais</u> para a seleção do material. Se na capa eu vejo que o material vem da Espanha.

Fonte: Dados levantados pelos autores (maio/julho de 2018).

Conforme sinalizam os enunciados organizados no Quadro 5, as professoras não convergem para a função da contracapa e do manual do professor como elementos integrantes do material didático e auxiliares para a escolha de um determinado livro. Duas vezes não se posicionaram sobre isso. E duas revelaram aspectos distintos, como a variedade linguística, isto é, a proposta de apresentar as diferenças linguísticas nos países da Alemanha, Áustria e Suíça (DACH) no material de língua alemã; já a outra destaca os áudios, tabelas no livro de língua inglesa, o que não remete aos elementos mencionados na referida questão.

E a professora 5 destacou a importância de todos os elementos para se selecionar, como o fato de na capa ter uma relação com a

Espanha, o que permite subentender que isso não seria adequado para essa professora, por ser uma visão eurocêntrica de língua espanhola.

Na questão seguinte, as participantes do estudo abordaram o fato de o livro ser considerado adequado (ou não) à realidade sociolinguística e cultural do estudante de Letras como futuro professor de língua estrangeira (Quadro 6).

Quadro 6: Adequação do livro à realidade sociolinguística e cultural do alunado

PROFA. 1	<u>Sim.</u> O material serve como input para promover a aprendizagem da língua alvo.
PROFA. 2	Não soube responder.
PROFA. 3	O livro didático <u>não é adequado</u> ; ele razoavelmente consegue suprir as necessidades e não tem como abarcar todos os públicos diversos.
PROFA. 4	Sempre há partes em que o professor precisa fazer adaptações ou “ <i>transfer</i> ” para trabalhar de modo que atenda à realidade sociolinguística e cultural do aprendiz brasileiro. Contempla as diferentes comunidades linguísticas à medida que ele seja um “facilitador” para a aprendizagem da língua alvo [...].
PROFA. 5	<u>Não.</u> A maioria dos materiais didáticos ainda vêm da Espanha, o que não se enquadra na realidade social, linguística e cultural da América Latina

Fonte: Dados levantados pelos autores (maio/julho de 2018).

Na pergunta acima (Quadro 6), os sujeitos responderam ao questionamento sobre se o livro pode ser considerado adequado à realidade sociolinguística e cultural do aprendiz brasileiro. Uma professora não soube se posicionar sobre esse aspecto, duas inferiram positivamente (mesmo que um posicionamento esteja implícito) e outras duas se posicionaram contrariamente.

As duas professoras que enfatizaram a não-concordância com essa questão revelaram que nenhum livro didático pode se adequar totalmente à realidade sociolinguística e cultural do aprendiz brasileiro, pois contempla um público diverso (professora 3). E a professora 5 destaca, ainda, que, como a maioria dos livros didáticos de língua espanhola adotados no Brasil é elaborada na Espanha, eles são destinados a diferentes países e não consideram a realidade sociolinguística e cultural latino-americana.

A professora 4 enfatiza que os materiais precisam de adaptações à realidade sociolinguística e cultural do aprendiz brasileiro, sendo que também contemplam as diferentes comunidades linguísticas da língua a ser aprendida à medida que ele seja um ‘facilitador’ para a aprendizagem.

Dessa forma, a maioria afirmou que os materiais por eles adotados não contempla a realidade sociolinguística e cultural do aprendiz brasileiro, sendo necessário que o professor faça essa mediação.

Na pergunta 6, as professoras discorreram sobre se os livros didáticos de língua estrangeira contribuem para a formação de estudantes mais participativos e críticos na sociedade e explicitaram suas repostas, conforme Quadro 7 próximo.

Quadro 7: Contribuição do livro para a formação de estudantes participativos e críticos na sociedade

PROFA. 1	<u>Sim</u> . O livro didático pode servir como um ponto inicial para: 1) questões linguísticas voltadas para o ensino da língua alvo; 2) o contexto situacional das situações representadas no livro; 3) as próprias questões discursivas que envolvem o contexto de produção desse livro. O livro pode constituir <u>um rico material para discussão</u> , pautada em uma perspectiva crítica, em sala de aula.
PROFA. 2	<u>Claro</u> , quanto mais crítico for o material, mais crítico serão os alunos. Crítico: relação da língua/cultura, de se ter uma diversidade cultural e a reflexão que o livro propõe sobre essas culturas. Isso vai estar nas atividades propostas; não é apenas apresentar – aquelas informações fixas/estanques. <u>Sim</u> , proporciona a reflexão sobre a cultura. Isso via fazer o aluno a ser mais crítico. Participante – sim, na medida em que o aluno é crítico, a tendência é também participar das questões sociais, políticas de forma geral.
PROFA. 3	Os livros didáticos contribuem desde que haja um professor a frente que saiba usar. O livro didático <u>não discute sozinho</u> , como analisar o preconceito linguístico, ele ajuda mas precisa da <u>mediação do professor</u> .
PROFA. 4	Na minha <u>opinião sim</u> .
PROFA. 5	Acredito que se olharmos só o que o livro traz, <u>não</u> . É necessária uma <u>excelente mediação</u> do professor para que o aluno consiga expandir sua reflexão.

Fonte: Dados levantados pelos autores (maio/julho de 2018).

Sobre os enunciados sistematizados no Quadro 7, houve concordância com a maioria das vozes das professoras inqueridas. Dentre as proposições afirmativas, constam diferentes explicitações, como a professora 1 que destaca o livro constituir um rico material para discussão, pautada em uma perspectiva crítica, em sala de aula. E a professora 2 concorda e relaciona a criticidade do alunado à criticidade do material adotado. Essa participante destaca também a importância de o livro não apenas apresentar a cultura, mas proporcionar um espaço para a reflexão, pois isso auxilia o aluno a ser mais crítico.

Já, nas vozes das professoras 3 e 5, não basta apenas o livro apresentar determinados temas, como o preconceito linguístico, visto que o material não pode discutir por si só. Mas é preciso uma mediação do professor, a fim de expandir a reflexão proposta pelo livro didático de língua estrangeira e contribuir para com a formação de sujeitos participativos e críticos na sociedade.

Na questão de número 7, as participantes inferiram quais os elementos que podem ser considerados necessários e desnecessários em um livro didático de ensino de língua estrangeira, conforme o quadro abaixo (Quadro 8).

Quadro 8: Elementos necessários/desnecessários no livro didático

PROFA. 1	Não soube responder.
PROFA. 2	Os <u>elementos culturais, políticos</u> que veiculam através dos textos e atividades. No livro didático não vejo nada desnecessário.
PROFA. 3	Necessários são <u>os áudios didatizados</u> que o livro didático traz que não se encontram em outro ambiente. Teria muita dificuldade e trabalho para o professor. As imagens são muito importantes. <u>Desnecessário é a inserção de gêneros textuais</u> , pois descaracterizam o gênero; não trabalham o gênero na internet. O livro foca no audiovisual, mas a questão dos gêneros textuais é muito pobre.
PROFA. 4	Os textos são muito curtos, no nível A1 quase só em forma de diálogos. Mesmo no A2 continua esta tendência, embora, gradualmente, já apresente textos narrativos ou descritivos de maior complexidade.
PROFA. 5	<u>Necessário: maior aprofundamento</u> crítico, histórico, social e linguístico.

Desnecessário: usar texto como pretexto para ensinar gramática e privilegiar o ensino desta, sendo que aprender a língua vai muito além de somente saber ler e escrever no idioma.

Fonte: Dados levantados pelos autores (maio/julho de 2018).

Quanto às vozes acerca dos elementos necessários ou não nos livros, pode-se evidenciar distintas vozes no Quadro 8, revelando não haver um posicionamento sobre isso (professora 1), haver um posicionamento indefinido (professora 4), bem como apresentar apenas aspectos necessários (professora 2) e elencar elementos importantes e não-necessários no livro didático (professoras 3 e 5).

Entre os elementos necessários destacados no quadro acima, destacam-se os fatores culturais (Profa. 2), os áudios didatizados e as imagens (Profa. 3) que constam nos livros adotados e, conforme a voz da professora 5, o livro requer maior aprofundamento crítico, histórico, social e linguístico, no caso, aspectos que ela considera que os livros didáticos não contemplam.

E como elementos desnecessários, as professoras participantes (Profa. 3 e 5) abordaram a questão dos textos, visto que, no livro de língua alemã, a inserção de gêneros textuais é muito pobre, e o livro tende a descaracterizar os gêneros textuais. Já a professora que não adota o livro de espanhol, julga desnecessário o uso de textos como pretexto para ensinar gramática e privilegiar o ensino, visto que, em sua concepção, o aprendizado da língua vai muito além de somente saber ler e escrever no idioma.

Por fim, na última questão sobre o livro didático, as professoras elencaram vantagens e desvantagens quanto à adoção do livro didático no contexto de formação de professores de línguas, conforme quadro que segue (Quadro 9).

Quadro 9: Vantagens e desvantagens na adoção do livro didático

PROFA. 1	O livro traz <u>uma sequência didática de conteúdos</u> que fornece uma visão geral dos conhecimentos e habilidades a serem desenvolvidos junto aos alunos com um embasamento no Quadro Europeu Comum de Referência.
PROFA. 2	A vantagem é <u>propiciar uma sequência de conteúdos</u> a serem ministrados. Não vejo nenhuma desvantagem, porque ele organiza, dá uma sequência e nivela os alunos nas suas diferenças. <u>Eu sou favorável ao livro didático.</u>

PROFA. 3	<p>Vantagens: <u>a produção de conteúdo gramaticalmente falando do mais fácil para o mais difícil</u>; o livro didático dá um direcionamento e as temáticas <u>acompanham as progressões</u>; áudios: os livros modernos, apresentam a tecnologia e a gramática de outra forma.</p> <p>Desvantagem: Mas a partir do momento em que o professor se deixa guiar – ele se apaga como profissional, pois é o livro o condutor.</p>
PROFA. 4	<p>Vantagens: <u>apoio numa sequência gramatical e de vocabulário</u>; os alunos terem em mãos um material sequencial para estudos e revisões; a presença de costumes e tradições dos países da língua alemã nos textos [...]</p> <p>Desvantagens: ter a <u>tendência de seguir com muito rigor o livro didático</u>, enquanto se poderia trabalhar com outros materiais mais inspiradores e atraentes.</p>
PROFA. 5	<p>Para formação docente em língua espanhola creio que o uso contínuo do livro <u>não é necessário</u> [...]. Muitas vezes é necessário recorrer à livros didáticos para ensinar alguns conteúdos, mas funciona como material de apoio. As desvantagens, seria a <u>visão unilateral e limitadora da língua</u> se o professor usar somente o livro. Para formação docente, creio que seja importante trabalhar a língua, mas também conteúdos que discutam a língua de forma reflexiva e crítica.</p>

Fonte: Dados levantados pelos autores (maio/julho de 2018).

Na pergunta final, as professoras elencaram as vantagens do uso do livro didático e destacaram as desvantagens quanto à adoção desse material. Nesse sentido, duas professoras (Profa. 1 e 2) consideraram apenas vantagens, como o fato de o livro de língua inglesa apresentar uma sequência didática de conteúdos.

Também constam como vantagens que o livro é um apoio, pois apresenta uma sequência gramatical e vocabular, assim como os alunos podem se familiarizar com os países de origem da língua alemã (Profa. 4). Essa mesma professora também elenca algumas desvantagens, como a tendência de seguir com rigor o livro didático, enquanto se poderia trabalhar com outros materiais mais inspiradores e atraentes. A professora 5 concebe como vantagem a possibilidade para o discente ter material à disposição que o apoiará no aprendizado, mas contradiz o uso contínuo do livro didático na formação docente.

Para a professora 3, a vantagem do livro didático centra-se na progressão gramatical e na organização estruturada, seguindo uma progressão de vocabulário e de temáticas, assim como os áudios, visto que os livros modernos apresentam a tecnologia e a gramática de outra forma. Essas são as vantagens, segundo ela. Por outro lado, na voz dessa professora, a desvantagem é quando o livro se torna um guia, que conduz as aulas, pois o professor se apaga como profissional. Ainda no posicionamento dessa participante, ela questiona qual a finalidade de o professor estar no ensino; contudo, se o professor estiver apto para o uso do livro didático, ela não identifica desvantagens.

Da mesma forma, a professora 5 infere como desvantagem o uso exclusivo do livro nas aulas, visto que ele apresenta uma visão unilateral e limitadora da língua, pois, para a formação docente, ela considera importante trabalhar a língua e os conteúdos numa perspectiva reflexiva e crítica.

Considerando as vozes investigadas, alguns aspectos merecem destaque no discurso das professoras, como no tocante à adequação dos materiais didáticos ao contexto brasileiro. Nesse sentido, mesmo algumas vozes manifestando ser necessário adaptações nos materiais para que se possa atender à realidade sociolinguística e cultural do aprendiz brasileiro, a maioria das vozes discursivas manifestou-se contrariamente, inclusive afirmando que não é o objetivo da obra contemplar as particularidades sociolinguísticas e/ou culturais brasileiras.

Também houve convergência nas vozes discursivas dessas professoras sobre a concepção do livro didático de língua estrangeira como guia e condutor do processo de ensino. Nesse caso, há a prevalência do discurso autoritário no ensino de línguas em que o objeto substitui o sujeito - especificamente, o protagonismo pedagógico em que o livro tem um papel de maior relevância, se comparado ao professor que perde sua autonomia no processo educacional.

Aqui pode-se reconhecer o entendimento de Orlandi (1987) sobre o discurso pedagógico, uma vez que o livro didático (materialidade linguística impressa) tem, além de uma dimensão essencialmente pedagógica, uma mercadológica, em que prevalece um discurso autoritário. Ao mesmo tempo, para essa pesquisadora, a proposta

para a mudança do discurso deve transformar o discurso autoritário em um discurso crítico, com sujeitos aprendizes (professores e alunos) que questionam o objeto/livro didático, e atingir seus reais efeitos de sentidos.

A convergência das vozes das professoras manifestou-se no entendimento quanto às vantagens do uso de um livro didático de língua estrangeira na formação de professores. Para umas, ele se insere nas vantagens, pelo fato de o livro didático apresentar uma sequência didática de conteúdos e uma sequência gramatical e vocabular. Nessas vozes encontram-se posicionamento distintos acerca das desvantagens da adoção do livro didático.

Algumas professoras não veem desvantagens em adotar esses materiais; outras vozes alertam para o fato que se tende a seguir com muito rigor o livro didático, enquanto se poderia trabalhar com materiais alternativos, que seriam mais interessantes e instigantes (como se esses atributos não coubessem ao livro adotado). Algumas delas consideram uma desvantagem o livro apresentar uma visão unilateral e limitadora da língua, que carece de postura reflexiva e crítica.

A assunção do caráter material do sentido implica em problematizar a tese segundo a qual o indivíduo é transparente em suas intenções e escolhas. Os dizeres dos entrevistados, dessa maneira, filiam-se a posições discursivas atravessadas por longo processo de constituição histórica, que sustentam efeitos distintos de acordo aos lugares sociais a partir dos quais eles proferem. O sentido de uma palavra, desse modo, não existe “em si”, já que deriva de uma larga historicidade, do que se pode e se deve dizer.

Sob a perspectiva da análise do discurso, segundo leitura possível, os professores entrevistados fazem irromper dizeres anteriores, que, no caso da língua estrangeira, deflagram relações pré-construídas acerca do que é língua, cultura, sala de aula e livro didático. As relações simbólicas que instaram e determinam os objetos são definidas, portanto, no interior de *formações discursivas*, regionalizações das *formações ideológicas* e são sustentadas pelos sujeitos, dados a contradição, ao equívoco, à falha constitutiva, ao assujeitamento, enfim.

Deprendemos que (e isso se verificou no discurso das professoras) o livro didático, em virtude de sua praticidade e sua

importância política, econômica e cultural, dificilmente deixará de ser adotado. Além disso, entendemos que ainda se está longe de uma situação educacional na qual o docente tenha tempo suficiente para a preparação de materiais e do planejamento e nem se tem conhecimento de uma equipe integrada do corpo docente que seja responsável por essa tarefa.

Reiteramos, assim, que o livro didático de língua estrangeira apresenta diversos materiais ricos, tanto no que tange aos textos escritos, orais e multimodais, e traz temáticas e elementos relativos à língua e à cultura a ser apreendida; sendo fonte importante de ensino. Ele é relevante também pelo pragmatismo, porque, na realidade educacional brasileira, mesmo no ensino superior, os materiais didáticos auxiliam na etapa de preparação e no planejamento das aulas, considerando o tempo, por vezes limitado, que o professor dispõe para a atividade pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando uma das questões centrais dessa pesquisa, destacamos que entre as oito professoras atuantes no Curso de Licenciatura em Letras com habilitações em Língua Portuguesa e em Língua Estrangeira (Alemão, Inglês e Espanhol) na Unioeste, *Campus* de Marechal Cândido Rondon, seis adotam livros didáticos no processo de formação de futuros professores de línguas estrangeiras.

Em relação à outra questão de pesquisa, que procura discorrer acerca das concepções de língua, cultura e de material de ensino que estão imbricados no processo formação de professores, os resultados mostram que as professoras são, por vezes, marcadas pela convergência e pela divergência.

Da parte das professoras, houve convergência quanto à necessidade de adaptações nos livros didáticos, visando à adequação ao contexto sociolinguístico e cultural brasileiros. Ao mesmo tempo as vozes convergiram quanto ao papel do livro didático no processo de ensino de língua estrangeira como uma ferramenta ou um instrumento relevante nas aulas de línguas, veiculadas nos atributos ‘apoio, facilitador auxílio e uma ferramenta complementar’. Esse discurso valorativo verificou-se nos enunciados sobre as vantagens do uso do livro didático que, nas vozes das participantes, depreende uma

sequência didática de conteúdos e uma sequência gramatical e vocabular.

No tocante às vozes que divergem, consta o conceito de cultura veiculado pelo livro didático de língua inglesa, uma vez que, no discurso da Profa. 1, o livro adotado apresenta a noção de cultura numa perspectiva etnocêntrica, voltando-se apenas para a Inglaterra, ao passo que, para a professora 2, a língua e a cultura são trabalhadas como inseparáveis, porém sem definir que conceito de cultura e de língua subjazem nesse material.

Tais dizeres amparam-se em posições históricas mais ou menos definidas, cujos dizeres estão alinhavados a dadas concepções de escola, de aluno, de professor e, finalmente, de livro didático. Palavras como “manual”, “guia”, “sequência gramatical” reavivam memórias de constituição do discurso pedagógico em sentido amplo, que poderia, segundo leitura possível, para efeitos de análise, comparar-se a uma *formação ideológica*, cujas regionalizações, as *formações discursivas*, supõem diferenças e embates. Os entrevistados, como sujeitos “sujeitos a”, alternadamente ocupam esses espaços e enunciam *como se* (tal é o efeito da ideologia) partisse deles mesmos seus próprios dizeres. Eis o porquê da defesa ou não desses materiais na aula de língua estrangeira: debates no âmbito educacional (re)atualizados pelos sujeitos de pesquisa.

Ressaltamos, contudo, que os livros didáticos se constituem num recurso valioso, sobretudo sob o aspecto da pragmaticidade, visto auxiliarem o professor na preparação das aulas, além de oferecerem insumos diversos, tanto para o ensino como para a aprendizagem da língua estrangeira e da língua alemã.

Em contrapartida, não concebemos a adoção dos materiais didáticos como controladores, nem limitadores da prática docente. Ao contrário, reforçamos que toda teoria procede da prática de ensino e de aprendizagem e de que ambas são interrelacionadas, capacitando o profissional de línguas a pensar, criar e produzir seus próprios materiais didáticos.

Finalmente, depredemos que a trajetória da relação entre o professor de línguas e o livro didático se estenderá, visto que o material é inerente ao exercício da profissão docente e, mesmo quando se diz que não é usado, é pela maneira como ele organiza o conhecimento que os professores se espelham.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. O problema do texto na Linguística, na Filologia e em outras Ciências Humanas. In: _____. **Estética da criação verbal**. Tradução: Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1979].
- MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, p. 353-392, 2006.
- ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 2 ed. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2011.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethania S. Mariani [et al]. 4 ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2010 (p. 159-181).
- POSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: RODRIGUES, M. L. Discurso e metodologia: tensão na análise. **Interface da Educ.**, Paranaíba, v.1, n.1, p. 66-82, 2010.
- SILVA, R. C. da. **Representações do livro didático de inglês: análise dos discursos de produtores e usuários com base na Linguística Sistêmico-Funcional**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Departamento de Letras PUC-Rio, 2012.
- _____. O professor de línguas, o PNLD, o livro didático de línguas e outros materiais didáticos. **Revista a Cor das Letras**. Feira de Santana, v. 18, n. 3, p. 138-153, set.-dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/index>
- SCHMIDT, C. **O Livro Didático de Língua Alemã no Contexto de Formação de Professores no Brasil**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

SOBRE A AUTORIA

ANA MARIA DE FÁTIMA LEME TARINI

Doutora, mestra e licenciada em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Professora de Língua Portuguesa e Língua Inglesa do Instituto Federal do Paraná (IFPR), *Campus Pinhais*, desde 2015. Atuou como docente na Rede Estadual de Educação do Paraná de 1997 a 2015. Desenvolve pesquisas na área da Análise de discurso de linha francesa a respeito das violências contra mulheres. E-mail: ana.tarini@ifpr.edu.br.

ANTONIO CARLOS SANTANA DE SOUZA

Pós Doutor em Linguística pela UFMT/PNPD/CAPES (2018-2019). Pós Doutor em Linguística pela UNEMAT (2016). Doutor em Letras pela UFRGS. Mestre em Semiótica e Linguística Geral pela USP. Pesquisador na área de Sociolinguística e Dialetoлогия do GELA da FFLCH-USP e do Alma Linguae - UFRGS. Docente UEMS. Docente PPGL UNEMAT/Cáceres. Líder do Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos, Dialetológicos e Discursivos da UEMS/CNPq. E-mail: acssuems@gmail.com.

CRISTIANE SCHMIDT

Pós-Doutorado em Letras pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul e Doutorado em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Docente do PPG em Linguística na Linha de Pesquisa em Estudo de Processos de Variação e Mudança – UNEMAT. Pesquisadora dos Grupos NUPESDD – UEMS e GPSEB – Unioeste. Docente das áreas de Língua Alemã e Língua Portuguesa da Unioeste, *Campus de Marechal Cândido Rondon/Paraná*. Desenvolve pesquisa sobre Livro Didático de/no Ensino de Línguas; Variação Linguística e Cultural; Processos de Formação de Professores de Línguas. E-mail: cris_lehrerin@hotmail.com.

ELIANA CRISTINA PEREIRA SANTOS

Doutoranda em Letras, Mestre em Letras - pelo programa Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2013).

Graduação em Letras - Espanhol pela Universidade Federal de Santa Catarina (2015), graduação em PEDAGOGIA pela UNESP-Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1996). Atualmente trabalha na Equipe Pedagógica do Colégio Estadual Barão do Rio Branco, professora das disciplinas pedagógicas; coordenadora e professora da Graduação em Pedagogia na FAFIG (Faculdades de Foz do Iguaçu). Tem experiência na área de Educação infantil, Adolescentes na Formação de Docente, Educação Jovens e adultos (EJA.) e graduandos. Pesquisadora da Análise do discurso AD; multiculturalismo e feminismos negro. eliana.foz@gmail.com

FERNANDA PEREIRA

Licenciada em Letras pela União Dinâmica Cataratas, Mestra em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e doutoranda pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atua como Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: fpereir@gmail.com

JACOB DOS SANTOS BIZIAK

Graduado em Letras (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Estadual Paulista - Campus de Araraquara (2006), mestre (2009) e doutor (2015) em Estudos Literários pela Universidade Estadual Paulista - Campus de Araraquara (2009). Realizou pesquisa de pós-doutorado na USP de Ribeirão Preto/Laboratório Discursivo E-I@dis (supervisão da Profa. Dra. Lucília Abrahão) e na pós-graduação em Filosofia da UFRJ (supervisão da Profa. Dra. Carla Rodrigues). Desde 2015, é professor do Instituto Federal do Paraná (Colegiado e curso de Letras), campus Palmas. Atualmente, realiza pesquisa de pós-doutorado, no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP (supervisão da Profa. Live Docente Mônica Zoppi-Fontana), com o projeto *Problemas de enunciação: possíveis relações entre Butler, Derrida e Pêcheux, no estudo discursivo do funcionamento da linguagem*, integrando o Grupo de Pesquisa “Mulheres em Discurso”. É coordenador do Sub-projeto em Letras/Português do PIBID, do G.E.Di (Grupo de Estudos do Discurso), do curso de Letras e da Pós-Graduação em Linguagens Híbridas e Educação: tudo no IFPR Campus Palmas. E-mail: jacob.biziak@ifpr.edu.br

JOÃO CARLOS CATTELAN

Graduado em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Mestre em Linguística de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Doutor pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e Pós-Doutor pela Universidade de Coimbra, é professor do Curso de Letras da Unioeste de Marechal Cândido Rondon desde 1986, tendo atuado como docente de Ensino Fundamental e Médio por 8 anos. O foco de pesquisa do docente se concentra em torno dos estudos discursivos, com as temáticas preponderantes de *Paternidade* e *Resistência*. E-mail: jcc.cattelan@gmail.com.

MARCELO NICOMEDES DOS REIS SILVA FILHO

Doutorando em Letras - Linguagem e Sociedade pelo PPGL - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Mestre em Educação pelo PPGE da Universidade Católica de Brasília - UCB, Graduado em Letras pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, pesquisador do NUPESDD - Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos, Dialetológicos e Discursivos da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul-UEMS, CEPAD - O Centro de Pesquisa em Análise do Discurso da mesma Universidade e do membro do GEAD - Grupo de Estudos em Análise de Discurso Unioeste. Professor do Curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - UFMA - Campus São Bernardo. E-mail: nicomedes@gmail.com.

MARCO AURELIO MOREL

Doutor, mestre e licenciado em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Professor de Língua Portuguesa na Rede Estadual de Educação do Paraná desde 2012. Desenvolve pesquisas na área da Análise de discurso de linha francesa, com ênfase ao discurso político e à resistência. E-mail: omarcoso@hotmail.com.

RAFAEL DE SOUZA BENTO FERNANDES

Doutorando em Letras, área de concentração Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Maringá - UEM, com período sanduíche na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal - FLUC (CAPES/PDSE-2016). Mestre em Letras e graduado em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Professor

colaborador da área de Linguística e Língua Portuguesa da Unioeste. Membro do Grupo de Estudos em Análise do Discurso da UEM (GEDUEM/CNPq). Desenvolve atividades de pesquisa que versam sobre a circulação de discursos na/da mídia brasileira contemporânea, no que tange às relações destes com a língua, com a história, com a memória e com a corporeidade. E-mail: rafaelsbfernandes@hotmail.com.

Este livro é uma proposta para apresentar, refletir, discutir e analisar diferentes possibilidades de trabalhos para os quais podemos nos apropriar dos estudos da Análise de discurso francesa (AD). Pensando nisso, como propor um volume que algum diferencial ofereça em meio a tantos outros que já existem em torno dessa referência teórica? Antes, trata-se de uma reunião de textos cuja proposta é analítica; ou seja, pensando gestos de leitura em relação a materialidades que nos façam pensar o funcionamento da língua e da subjetividade, principalmente, em relação às questões da interpelação ideológica e da resistência. Afinal, todo sujeito, necessariamente resiste àquilo com que se identifica, em uma produção interminável de relações de identidade e diferença, nas quais o sentido é sempre um "mais tarde", sempre uma promessa de futuro intervalar.

Portanto, além de uma proposta analítica, pensamos na presença de todo um material - que, por sua força, (re)existe - em relação a momentos cuja historicidade reclama incertezas que nos levam a (re)produzir entre letra e silêncio, errando (ambíguos!) sentidos. Sendo assim, acreditando que não há sentido possível antes da emergência de um sujeito, queremos refletir sobre as infinitas possibilidades de se sentir estrangeiro em uma língua que nos constitui e faz dizer em determinadas condições: paradoxalmente, somos (des)feitos pela língua que nos faz nascer à custa de estarmos sempre em um lugar perdido para sempre, "do o/Outro". Uma língua que nos faz enunciar e não dizer, concomitantemente, entender e estranhar, ser e, portanto, desejar. Ainda que em um tempo obscuro - aliás, há temporalidade que assim não seja? - como os sujeitos podem resistir? Em quais termos? Como é possível foracluir sua identificação e, ao mesmo tempo, a não reconhecer?

Dessa forma, acreditando que este volume opta por propor mais teor analítico do que revisão de teorias, intentamos refletir em quais pequenas, mas importantes, possibilidades se faz Análise de Discurso, hoje. A reunião de artigos de diversos pesquisadores desta teoria e que trabalham com diferentes temáticas mostra um pouco de como a AD tem sido tratada, abordada, referenciada no Brasil.